

PAOLO NOSELLA

**UMA NOVA EDUCAÇÃO PARA
O MEIO RURAL**

**SISTEMATIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL DAS ESCOLAS DA FAMÍLIA
AGRÍCOLA DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO**

**Pontifícia Universidade Católica
São Paulo - 1977**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ARGUIÇÃO DO CANDIDATO PROFESSOR PAOLO NOSELLA
NA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO " UMA NOVA EDUCAÇÃO PARA O MEIO RU-
RAL Sistematização e Problematização da Ex-
periência Educacional das Escolas da Família
Agrícola do Movimento de Educação Promocional
do Espírito Santo, " PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE " MESTRE EM EDUCAÇÃO (FILOSOFIA DA EDUCA-
ÇÃO " .

NOTAS OBTIDAS PELO CANDIDATO

EXAMINADORES PROFS. DRS.

NOTA

ASSINATURA

Rosalia de Oliveira Melo

9,0 (me)

S. Noel

Antonio Joaquim Severina

9,0 (boa)

[Assinatura]

DERMEVAL SAVIANI

10,0 (me)

[Assinatura]

MÉDIA:

9,3

(nove inteiros e 30)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO, 25 DE MARÇO DE 1977

Alguém Silvia Rijk (revisão)

S. Noel

PAOLO NOSELLA

UMA NOVA EDUCAÇÃO PARA O MEIO RURAL

SYSTEMATIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL DAS ESCOLAS DA FAMÍLIA
AGRÍCOLA DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO

*Dissertação apresentada como exigência
parcial para obtenção do grau de MES-
TRE EM EDUCAÇÃO (Filosofia da Educa-
ção) à Comissão Julgadora da Pontifi-
cia Universidade Católica de São Paulo,
sob a orientação do Prof. Dr. Dermeval
Saviani.*

A MARIA DE LOURDES
MINHA COMPANHEIRA.

AO HOMEM DO CAMPO DO BRASIL
AINDA NÃO CONVOCADO PARA A
CONSTRUÇÃO DE SUA ESCOLA.

COMISSÃO JULGADORA

Í N D I C E

	pág.
<u>INTRODUÇÃO</u>	9
1. Origem e justificativa da pesquisa	9
2. Natureza e método da pesquisa	12
3. Objetivos da pesquisa	14
4. Âmbito e estruturação da pesquisa	15
 <u>PRIMEIRA PARTE: SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA</u>	 17
 <u>CAPÍTULO I - HISTÓRIA DA EXPERIÊNCIA</u>	 18
1. Antecedentes da experiência	18
1.1. A fundação das Escolas da Família Agrícola	18
1.2. A expansão francesa	23
1.3. A experiência Italiana	29
1.4. A experiência africana	32
2. A experiência brasileira: o Movimento de Educação Pro- mocional do Espírito Santo - MEPES	34
2.1. Premissa	34
2.2. A entidade	34
2.2.1. Preparação	34
2.2.2. Fundação	37
2.2.3. Evolução e estrutura atual	38
2.3. As Escolas da Família Agrícola	39
2.4. O Centro de Formação	42
3. A Associação Internacional das Escolas das Famílias Rurais	44
4. Conclusão	46
 <u>CAPÍTULO II - O PLANO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DA FAMÍLIA A- GRÍCOLA</u>	 47
1. Dados de identificação	47
1.1. Escolas em funcionamento	47
1.2. O contexto social onde as Escolas atuam	48
1.3. A clientela das Escolas	48

	pág.
1.4. Situação jurídica das Escolas	48
1.5. O ano escolar	49
1.6. O prédio das Escolas	49
1.7. Manutenção das Escolas	50
2. Necessidade e gênese do Plano Pedagógico	51
3. As linhas essenciais do Plano Pedagógico	53
3.1. Os objetivos	53
3.2. Estruturas e métodos	55
3.3. Áreas de ensino	59
3.4. Avaliação	60
<u>CAPÍTULO III - O PLANO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE FORMAÇÃO ...</u>	62
1. Premissa	62
2. As linhas essenciais do Plano Pedagógico	63
2.1. Objetivos	63
2.2. O matriculado e o formado	64
2.3. Estruturas e metodologia	64
2.4. O Processo de Aprendizagem	67
2.5. A Avaliação	69
<u>SEGUNDA PARTE: PROBLEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA</u>	70
<u>CAPÍTULO IV - OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA EXPERIÊNCIA (Carac</u> <u>terização e tentativa de análise)</u>	71
Primeiro problema: Intercâmbio ou invasão cultural?	72
Segundo problema: O problema estrutural ou da participa- ção	80
Terceiro problema: O impasse da expansão	84
Quarto problema: O dilema metodológico. Currículo ofi- cial ou Plano de Estudo?	88
Quinto problema: O sentido do Centro de Formação. Filoso- fia ou ideologia da Educação?	93
Sexto problema : A fuga dos técnicos ou o ethos capita- lista	97
Sétimo problema: O problema financeiro e a questão da ajuda.	100
<u>CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS</u>	1

	pág.
<u>A N E X O</u>	117
Documento nº 1: FUNDAÇÃO ÍTALO-BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL, ECONÔMICO E SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO	117
Documento nº 2: ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ESTADO BRASILEIRO DO ESPÍRITO SANTO - PADOVA - ITÁLIA.....	122
Documento nº 3: PLANO PARA UMA AÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA E SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DE ANCHIETA, ALFREDO CHAVES, ICONHA, PIÚMA, RIO NOVO DO SUL	124
Documento nº 4: CONSTITUIÇÃO DOS COMITÊS LOCAIS	127
Documento nº 5: ESTATUTOS ATUAIS DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO (MEPES)	129
Documento nº 6: ORGANOGRAMA GERAL DO MEPES /fevereiro de 1976	134
Documento nº 7: SITUAÇÃO JURÍDICA DO MEPES	135
Documento nº 8: ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS ESCOLAS-FAMÍLIAS-RURAIS	136
Documento nº 9: REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS DA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO MEPES (partes do...)	141
Documento nº 10: EXEMPLARES DOS MELHORES PLANOS DE ESTUDO DAS ESCOLAS DA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO MEPES	145
Documento nº 11: DOCUMENTO DE SANTA HELENA: OS OBJETIVOS DAS ESCOLAS DA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO MEPES	158
Documento nº 12: BASES ESTRUTURAIS E METODOLÓGICAS DAS ESCOLAS DA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO MEPES	161
Documento nº 13: O CURRÍCULO DA ESCOLA DA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE OLIVÂNIA (Anchieta)	169
Documento nº 14: O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS DA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO MEPES	172
Documento nº 15: UM NOVO EDUCADOR PARA O MEIO RURAL: O PLANO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DO MEPES..	178

	pág.
<u>BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO</u>	200
1. BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICAS	200
2. BIBLIOGRAFIA BÁSICA	202
3. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	204

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Distribuição das "Maisons Familiales" na França	28
Distribuição das Escolas-Família na Itália	31
Estado do Espírito Santo: área de atuação do MEPES	41
Distribuição das Escolas da Família Agrícola e dos Centros de Formação no mundo	45
Número de alunos nas Escolas-Família do MEPES	85
População em idade escolar da área da Escola-Família de Oli vânia	87
Resumo Geral das Receitas do MEPES	104
Organograma Geral do MEPES	134
Gráfico nº 1 da produção de mandioca (Plano de Estudo).....	147
Gráfico nº 2 da produção de mandioca (Plano de Estudo).....	148
Sinopse Geral da Avaliação	177

Importância de Gabriel Bourdieu no Lyon e além
"na totalidade de um dos componentes da
estratégia do partido (revolução), mas ainda do
elemento chefe de sua orientação" (anos de Lyon)

I N T R O D U Ç Ã O

1. ORIGEM E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA *

Desde 1968 o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) vem ensaiando um novo tipo de Escola para o meio rural capixaba, isto é, a Escola da Família Agrícola (EFA).

O autor deste trabalho teve a oportunidade de colaborar, desde o começo, nesta iniciativa educacional. Em 1971 afastou-se da área de atuação do MEPES para retornar em 1974 com o objetivo de realizar essa pesquisa.

O interesse que suscita uma nova iniciativa educacional para o mundo rural decorre da evidente crise do ensino do meio rural e, num sentido mais geral, da própria crise do homem contemporânea com relação à terra.

Se a crise da escola é universalmente proclamada, a crise da escola do meio rural é ainda mais evidente, embora suas conotações específicas sejam menos claras do que aparece em superfície. Em todo caso, o interesse para novas alternativas educacionais, hoje, é muito forte.

Foi justamente neste contexto de crise e com a pretensão de ser uma alternativa ao ensino tradicional que apareceu a experiência educacional do MEPES. De fato, a metodologia que as Escolas da Família Agrícola do MEPES propõem, não apenas pretende solucionar alguns problemas concretos específicos de certa área geográfica mas também, em sua significação mais profunda, em sua história e organização mundial, pretende se constituir como válida alternativa a todo o sistema escolar tradicional do meio rural.

Evidentemente, nesta perspectiva, a experiência em exa-

me não pode deixar de interessar a quem pretende refletir sobre educação.

Além disso, o campo desperta a atenção do homem contemporâneo, não apenas pelo fenômeno regional do fracasso do ensino rural, e sim, talvez, por ele se aperceber que sua própria crise fundamental é consequência de sua ruptura com a terra. O homem das metrópoles parece reviver o significado do antigo mito grego: enquanto o herói permanecia em contato com a terra-mãe, ele era invencível; logo que perdeu esse contato, sua vulnerabilidade tornou-se fatal. É uma crise que, em sua manifestação mais aguda se expressa no desamor que o próprio homem do campo, pressionado pela conjuntura de interesses econômicos particulares e imediatos, tem para com sua terra, odiando-a e fugindo dela.

A indústria, enquanto transformação e potenciamento dos frutos da terra, é valorização da mesma; mas quando, por interesses econômicos particulares, o homem chega ao ponto de até destruir os produtos que a terra proporcionou ou lhes encarece o custo muitas vezes mais do que precisou para sua produção, privando a muitos do acesso a eles; ou quando o homem passa a idolatrar sofisticados objetos inúteis sendo que lhe falta o próprio oxigênio, o silêncio e o espaço vital, significa que alguma coisa de grave está acontecendo. Além dos absurdos da exploração e sofisticação industrial, existem os absurdos da técnico-burocracia que mostram como, de certa forma, o homem perdeu o seu ponto de relacionamento "fontal".

O homem, na verdade, é relacionamento essencial, radical, universal com sua terra; ele se define como habitante, filho da terra. A simbologia, ao longo da civilização, e a psicologia do profundo ilustram e confirmam essa definição do homem. A terra-mãe não é uma mera invenção poética; nem sem sentido os antigos sepultavam os cadáveres na mesma posição do feto, simbolizando o retorno do homem ao seio da grande mãe de todos, a terra.

Em todo caso, não será sem graves consequências que o homem rompe com a terra. Talvez seja justamente nesta ruptura "fontal" que pode ser localizada uma das causas da crise do homem contemporâneo:

em vão o homem através de planejamentos procura instaurar uma ordenação no globo terrestre, se não for disponível ao apêlo do caminho do campo. O perigo ameaça, que o homem de hoje não possa ouvir sua linguagem. Em seus ouvidos retumba o fragor das máquinas que chega a tomar pela voz de Deus. Assim o homem se dispersa e se torna errante. (1)

A grande fome atual e outra, ainda maior, prevista dentro de uns anos, talvez represente, de forma bem concreta e dramática, a consequência de um equilíbrio vital rompido:

Uma verdadeira e própria crise alimentar, particularmente grave para países que partem de um nível bastante baixo de nutrição, atinge, faz anos, um número crescente de países e esta crise é presságio de carísticas. Alguns, entre nós, consideravam, talvez, esta crise um perigo a longo prazo. Esses deverão rever o seu ponto de vista: a crise está já aqui. As perspectivas gerais são realmente alarmantes, proclamava o Sr. Diretor Geral da F.A.O. (2)

Concluindo, a Escola da Família Agrícola, também nesta perspectiva, conquanto ainda pequena, não deixa de ser uma experiência cujo sentido extrapola o âmbito meramente educacional para interessar ao problema do homem contemporâneo como tal. Esse trabalho, portanto, adquire uma justificativa também a partir da preocupação que atinge a todos diante de uma sociedade cujos processos de urbanização, de industrialização, de tecnoburocratização parecem escapar não apenas ao controle do homem como também da própria reflexão séria e profunda:

Do caminho do campo ergue-se, no ar variável com as estações, uma serenidade que sabe e cuja face parece muitas vezes melancólica. Esta gaia ciência é uma sageza sutil. Ninguém a obtém sem que já a possua. Os que a têm, receberam-na do caminho do campo. (3)

Um último aspecto objetivo que justifica esta pesquisa,

¹ Martin HEIDEGGER, O Caminho do Campo, pág. 70.

² René DUMEONT & Bernard ROSIER, La próxima carestia mondiale, pág. 79.

³ Martin HEIDEGGER, O Caminho do Campo, págs. 70-71.

decorre do fato de que a iniciativa das Escolas da Família Agrícola do MEPES é pioneira e ainda quase exclusiva no Brasil. Acrescentamos, ademais, que o marco teórico da Escola-família, pelo menos em seus objetivos explícitos e em suas estruturas fundamentais, é bastante diferente em comparação com os tipos tradicionais de ensino para o meio rural. De fato, porém, essa experiência educacional veio se realizando, até hoje, de forma muito asistemática, faltando assim à própria experiência um registro sistemático e global que sirva como instrumental de referência, inclusive para, num futuro próximo, realizar uma pesquisa de avaliação tecnicamente bastante equipada.

2. NATUREZA E MÉTODO DA PESQUISA

Do ponto de vista da natureza dessa pesquisa, de forma geral pode-se dizer que ela se caracteriza como sendo um trabalho no âmbito da filosofia da educação brasileira.

Considera-se a filosofia como mediação entre a ação asistemática e a ação sistemática:

Trata-se do homem-em-situação, dotado de consciência e liberdade, agindo no mundo, com o mundo e sobre o mundo. Essa ação se desenvolve normal e espontaneamente (ao nível da consciência irrefletida) até que algo interrompe o seu curso e interfere no processo, alterando a sua sequência natural. Aí, então, o homem é lavado, é obrigado mesmo, a se deter e examinar, a procurar descobrir o que é esse algo. E é a partir desse momento que ele começa a refletir (a filosofar). O ponto de partida da filosofia é pois esse "algo" a que se dá o nome de problema. Eis, pois, o objeto da filosofia: os problemas que o homem enfrenta no transcurso de sua existência. (4)

Completando essa conceituação de reflexão filosófica, dir-se-á também, com Saviani, que ela precisa ter alguns requisitos fundamentais, isto é, radicalidade, rigor e globalidade. (5)

⁴ Dermeval SAVIANI, Educação Brasileira: Estrutura e sistema, págs.65-66.

⁵ Ibidem, pág. 66.

Sintetizando, portanto, e aplicando o conceito de filosofia aqui acenado ao âmbito educacional, pode-se dizer que a filosofia da educação é uma reflexão radical, rigorosa e global sobre os problemas que o homem enfrenta no transcurso de sua ação educativa.

Especificando mais ainda a filosofia em referência, poder-se-á ulteriormente qualificá-la como sendo "brasileira" por refletir sobre uma ação educativa realizada no Brasil. Desta forma, o presente trabalho situa-se no âmbito da filosofia da educação brasileira, uma vez que a reflexão será aplicada aos problemas da educação emergentes numa ação educacional assistemática realizada no Brasil. (for a do transição! → Experiência!)

Esquemáticamente:

- existia uma iniciativa, um 'que fazer' educacional (ação): as Escolas da Família Agrícola do MEPES, no Estado do Espírito Santo;
- essa ação decorria de uma ideologia educacional previamente e laborada na França: a ideologia do ensino por alternância;
- essa ação, no Brasil, suscita uma série de problemas ou dificuldades que a ideologia prestabelecida da Escola-família-agrícola não conhecia;
- a esta altura é preciso uma reflexão (filosofia) que poderá levar a uma reformulação da ideologia e, por sua vez, a uma reformulação da ação;
- a primeira dificuldade que uma reflexão rigorosa, de conjunto e radical encontrou foi a própria localização de seus problemas, sua caracterização e sua sistematização;
- para superar essa dificuldade era indispensável descrever e circunscrever a própria experiência que ia se processando apenas espontaneamente: daí a necessidade de traçar mais claramente o histórico da experiência e os planos pedagógicos das Escolas da Família Agrícola e do Centro de Formação;
- a descrição da experiência possibilitava à reflexão a localização dos problemas e um início de análise.

Esse processo mostra como a sistematização e a problematização da experiência estão intimamente relacionadas.

Quanto às dimensões de radicalidade, rigor e globalidade, acredita-se que tendencialmente elas existem neste trabalho

desde que se pretende, sistematicamente chegar às causas últimas (ou primeiras) dos problemas apontados. A partir de uma iniciativa educacional particular, foi possível ascender aos aspectos universais, isto é, ao problema educacional brasileiro com sua característica mais fundamental, isto é, de marginalização real e de centralidade formal, porque o particular e o universal dialeticamente se identificam.

Do ponto de vista metodológico, pode-se ainda dizer que o presente trabalho inspira-se, fundamentalmente, no método fenomenológico existencial. Portanto, rejeita os conceitos de 'objetivo e subjetivo' como sendo algo de rígido ou dois polos opostos e subsistentes. Nessa pesquisa o subjetivo e o objetivo tornam-se uma relação e jamais dois termos autônomos. Por isso o trabalho é a reflexão criativa do autor a partir dos dados e do material existentes dentro do MEPES. Friça-se que o trabalho de explicitação, de registro, de análise crítica constituía-se imediatamente em um novo dado de fato dentro do MEPES e, portanto, como novo material a ser pesquisado, modificando cada vez o próprio conjunto. Visto desta maneira, o método se traduz num movimento dialógico entre a observação-reflexão do autor e a situação do MEPES. Permanecendo em constante contato com os docentes das Escolas-Família, com os agricultores, alunos, ex-alunos e dirigentes do Movimento; refletindo com eles sobre os problemas encontrados na implantação e implementação de um novo tipo de Escola no meio rural, o autor elaborou conjuntamente os Planejamentos, registrando as dificuldades e analisando suas possíveis causas. O material que nascia desse "diálogo" constitui a matéria prima desse trabalho. De certa forma, pode-se dizer que, em parte, foi pesquisada e analisada a ação educativa do próprio autor.

3. OBJETIVOS DA PESQUISA

- Sistematizar, histórica e metodologicamente, uma experiência educacional que vem sendo realizada, no Estado do Espírito Santo, de forma bastante assistemática;
- localizar, caracterizar e analisar os problemas fundamentais da mesma experiência, explicitando as possíveis contradições

- e possibilidades;
- preparar o terreno para uma pesquisa de avaliação equipada com métodos e técnicas de pesquisa objetivos e exatos;
 - fornecer, aos integrantes da própria experiência, um instrumento de reflexão para uma reformulação de sua ideologia educacional;
 - fornecer, aos de fora da experiência, um instrumento de conhecimento crítico sobre uma experiência educacional original e pioneira no Brasil.

4. ÂMBITO E ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

Essa pesquisa nasceu, inicialmente, no intuito de realizar uma avaliação da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola no Estado do Espírito Santo. O marco teórico da Escola-família é sugestivo. No entanto, a experiência concreta nem sempre correspondia às expectativas. Tentou-se esboçar um projeto de avaliação, mas logo emergiram duas dificuldades: o que avaliar e quais os problemas, exatamente?

A entidade envolvida, o MEPES (Movimento de Educação Profissional do Espírito Santo), promovia e mantinha atividades variadas e em setores bem diferentes; então, avaliar o que? O hospital? os mini-postos? as Escolas-família? o Centro de Formação? o Programa de Ação Comunitária?

Seria, primeiramente, necessário sistematizar a obra do MEPES, contar sua história, recolher documentos, localizar e definir os setores a serem analisados, registrar objetivos e métodos. Em segundo lugar seria preciso localizar, formular e levantar hipóteses explicativas de seus problemas fundamentais. Daí veio se estruturando essa pesquisa: sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do MEPES.

Seu primeiro capítulo registra a história dessa iniciativa, desde sua fundação, sua expansão européia, africana, latino-americana (Brasileira).

No segundo capítulo pretende sistematizar o Plano Pedagógico da Escola, ou seja, seu marco teórico como ele é concebido

do pelo MEPES, com seus objetivos, estruturas, métodos específicos, conteúdo e avaliação.

No terceiro capítulo apresenta a sistematização do Plano Pedagógico do Centro de Formação, onde se preparam os docentes das Escolas-família e onde é planejada e executada a assessoria metodológica às Escolas.

No quarto capítulo, são localizados os principais problemas encontrados na e pela própria experiência em análise. Cada um dos problemas foi abordado em dois níveis: 1. caracterização e 2. tentativa de análise.

Os problemas são facetas ou aspectos fundamentais de um todo, por isso, as contradições ou os impasses de um são as contradições e os impasses dos outros. Em sequência, foram analisados: 1. o problema do intercâmbio ou invasão cultural; 2. o problema estrutural ou da participação; 3. o impasse da expansão; 4. o dilema metodológico; 5. o sentido do Centro de Formação; 6. a fuga dos técnicos e 7. o problema financeiro.

Considerou-se necessário anexar os documentos principais da experiência.

PRIMEIRA PARTE

SISTEMATIZAÇÃO DA

EXPERIÊNCIA

C A P Í T U L O I

HISTÓRIA DA EXPERIÊNCIA

1. ANTECEDENTES DA EXPERIÊNCIA

1.1. A fundação das Escolas da Família Agrícola

A História da Escola da Família Agrícola transcende, em tempo, espaço e ideologia, a história da entidade brasileira que as introduziu aqui no Estado do Espírito Santo, isto é, do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES).

Se o MEPES tem oito anos de vida, a primeira "Maison Familiare" nasceu em 21 de novembro de 1935, tendo portanto quarenta anos de existência.

A história das Escolas-Família é antes de mais nada a história de uma idéia, ou melhor, a história de uma convicção que permanece viva ainda hoje, contra tudo e contra todos. Foi a convicção de um homem, filho de camponês, que por toda a vida (dele se comprometeu diretamente com o meio rural, vivendo pessoalmente no meio do povo do interior francês, compartilhando a mesma vida, carregando o mesmo passado de injustiça, sofrendo as mesmas pressões. Foi a idéia de uma Escola realmente para o meio rural e do meio rural; uma Escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico.

É a convicção que um homem teve e manteve de que alguma coisa podia ser feita "que mudará tudo" (1) devolvendo ao ho-

¹Abbé GRANEREAU, Le Livre de Lauzun, pág. 24.

mem que trabalha a terra, sua dignidade:

foi, de fato, nesta luta íntima com a terra, neste trabalho diário nos campos que, pouco a pouco, entendi o que havia de potencialmente grande na vida do homem do campo e também o que lhe faltava. (2)

A história de uma idéia é também a história de um homem e, de certa forma, é também a história da época e dos problemas vividos por ele.

O Abbé Granereau, nascido em 1885, na França, e ainda hoje vivente, preocupou-se desde sua juventude com o desinteresse, por parte do Estado e da Igreja, frente ao problema do homem do campo:

O Estado, através de seus professores (as) do primário, salvo algumas maravilhosas exceções, não sabia mesmo o que dizer aos agricultores a não ser o seguinte: seu filho é inteligente; não pode ser deixado na roça (...) é preciso encaminhá-lo nos estudos (...) vencerá na vida melhor que seu pai (...) conseguirá uma boa posição social.(3)

E os pais precisavam mesmo acreditar que seus filhos, para se formarem, para se tornarem sábios e instruídos deveriam necessariamente orientar-se para as funções urbanas. Mais uma vez a terra tornava-se o oposto de sabedoria, de ciência, de sucesso, mais uma vez celebrava-se o desquite entre cultura e agricultura.

Saindo da roça para estudar,

o jovem do interior tornava-se, muitas vezes, orgulhoso de si mesmo e olhava de cima para baixo os que foram tão bestas de permanecerem na lavoura. Não passou vergonha, muitas vezes, ele mesmo, de sua origem?

Desta forma o mundo agrícola vinha sendo depauperado de suas melhores inteligências e, às vezes, de seus verdadeiros chefes.(4)

² Abbé GRANEREAU, Le Livre de Lauzun, pág. 24.

³ Ibidem, pág. 22.

⁴ Ibidem, pág. 22.

Quanto à Igreja, que o Abbé Granereau vivenciou, talvez estivesse preocupada, pelo menos em teoria, com a educação de toda pessoa humana, porém, ela não tinha uma alternativa a não ser a fórmula escolar de matriz renascentista, inspirada num humanismo clássico já superado e totalmente alienado das mudanças sociais ocorridas.

Ele mesmo, o Abbé Granereau, pôde experimentar, em sua formação escolar, o fracasso deste tipo de educação: o latim constituiu-se em obstáculo para a obtenção de seu diploma. Derrota providencial? Sem dúvida:

pois eu não devia ter diploma algum para realizar a obra que Deus se dispunha a confiar-me um dia e para a qual seria preciso que eu fosse obrigado a distanciar-me dos caminhos batidos pelas leis escolares. (5)

O jovem Granereau, portanto, esbarrava, de um lado, diante de um Estado desinteressado dos problemas do campo e voltado única e exclusivamente para a fórmula escolar urbana; e, doutro lado, diante de uma Igreja intencionalmente voltada para o homem do campo, mas sem nenhuma fórmula educacional capaz de responder realisticamente aos problemas da lavoura. Restava uma única solução: criar uma nova educação.

Desde 1911 o Abbé Granereau tinha fundado um sindicato rural no intuito de ajudar os camponeses a superar o isolamento e o individualismo através de algumas elites. Em 1914, ele chegou à conclusão que o problema agrícola nada mais era que um problema de escola, isto é, de uma formação capaz de preparar chefes de pequenas empresas rurais. Em 1930 deixou voluntariamente uma grande paróquia urbana para se instalar na pequena paróquia rural de Sérignac-Péboudou. Exatamente aqui, após muitas dificuldades, no dia 21 de novembro de 1935, quatro alunos se apresentaram à casa paroquial. O Abbé Granereau mostra-lhes a Igreja, o presbitério, a casa paroquial, sublinhando que tudo aquilo tinha um aspecto de ruína e acrescentava: "tudo isto é símbolo do mundo rural... se quiserem começaremos algo que mudará tudo" (6). Naquele dia começou a primeira 'Maison Familiale' ou

⁵Abbé GRANEREAU, opus cit., pág. 25.

⁶Ibidem, pág. 30.

Escola da Família Agrícola.

As coisas se passaram mais ou menos desta maneira: o sacerdote não estava disposto a gastar sua vida andando de localidade em localidade de sua paróquia, celebrando apenas os sacramentos e dando aulas de religião. Ele queria formar os jovens. Mas, como fazer isso sem reunir a juventude que estava espalhada pela paróquia e como reuni-la se eles precisavam trabalhar na lavoura, dura e escassa? De uma franca conversa entre o sacerdote e alguns agricultores, chegaram a uma fórmula intermediária: os jovens permaneceriam unidos uns dias por mês, em tempo integral, para logo em seguida voltarem à sua propriedade agrícola. Foi uma fórmula que satisfez aos agricultores e aos anseios de formação do Sacerdote. O padre logo organizaria os jovens em pequenos grupos de forma a atingir, em rodízio, um bom número da juventude de sua paróquia. A Escola em alternância tinha nascido e esta fórmula foi chamada, por muito tempo, a "fórmula de Lauzun", por ter sido em Lauzun a primeira Escola-família, suficientemente estruturada, após a experiência, ainda por demais informe, de Sérignac-Peboudou. Portanto, desde o começo, praticamente, (7) nasceu a idéia de alternância: uma semana por mês na casa do padre. Não havia outro professor senão o padre. Os cursos não correspondiam a nenhum currículo pré-formulado: era o material, que chegava na casa do padre por correspondência, dos cursos organizados por um Instituto católico, que tinha cursos de agricultura por correspondência. A única tarefa do padre era auxiliar os jovens a seguir esses cursos. O conteúdo era totalmente técnico-agrícola. A parte de formação geral nada mais era que uma reflexão informal entre os jovens e o sacerdote. Nesta reflexão entrava muito assunto religioso, de formação humana e cultural sobre a vida do campo, sobre os valores do campo, etc.

Mais tarde, o Sacerdote contratou um técnico em agricultura, mas a equipe praticamente era ainda mínima e o programa era aquele seguido pelo curso de correspondência. Essa fórmula de "Maison Familiale" continuou quase a mesma até os anos 1942/43,

⁷Daqui em diante, muitas informações históricas, estão baseadas em teste munhas diretas, cujas entrevistas gravamos. Entre elas destaca-se o casal Jean e Magui CHARPANTIER.

quando as "Maisons Familiales" começaram a esboçar um currículo próprio e mais complexo.

Também a idéia de internato começou desde a primeira experiência: isto é, o fato dos jovens não voltarem para casa cada dia e sim deles pernoitarem na casa do sacerdote. Em 1937, isto é, após 2 anos do começo da Escola, os jovens ficavam na "Escola" só meia semana por mês, porque eles estavam muito atarefados na lavoura. Após mais dois anos, porém, a permanência na Escola voltou a uma semana completa por mês e já existiam três turmas (classes ou séries): 1º ano, 2º ano e 3º ano que se revezavam (1945).

Outro aspecto característico da "Maison-Familiale" é que sempre manteve uma relação muito estreita com os sindicatos rurais, primeiro, e, em segundo lugar, com o movimento da Ação Católica Francesa, (JAC), Juventude Agrícola Católica: isto significa que a "Maison Familiale" nunca foi uma Escola isolada da Ação e desenvolvimento sócio-econômico de seu meio.

Talvez seja esse o aspecto mais importante desse primeiro período.

Um terceiro elemento importante a ser destacado desse primeiro período é a ação e reflexão dos jovens "alunos" realizadas no meio social deles, participando nas organizações e reuniões sócio-religiosas de suas comunidades, procurando melhorar a situação de seu meio.

O grupo responsável da "Maison Familiale" foi, desde o começo, o grupo de pais das famílias agrícolas juntamente com o Sacerdote. Aconteceu, porém, nos primeiríssimos anos que - conforme afirmam algumas testemunhas - o caráter forte do sacerdote dominava e monopolizava a ação, surgindo, desta forma, alguns problemas.

Abriam-se três escolas até os anos 1940.

Foi então procurado um apêio junto ao governo, o que não foi difícil não existindo uma legislação educacional rígida e sendo o estudo médio ainda um luxo. Por isso, do ponto de vista burocrático, não houve dificuldade; pelo contrário, a experiência educacional incipiente ajudou o país na elaboração de uma lei de aprendizagem para o meio agrícola.

1.2. A Expansão Francesa

O segundo período viu uma expansão relativamente grande das "Maisons Familiaes" (Anos 1944/45). Este período, na França, foi caracterizado por uma grande reflexão dos franceses sobre si mesmos, seus destinos, suas possibilidades, a partir do desastre da ocupação alemã. Este novo tipo de Reflexão encontrou correspondência com a iniciativa das Escolas-Famílias por ser justamente uma experiência e possibilidade nacionais. Além disso houve também, neste mesmo período, um movimento de re-descoberta dos valores do campo e da vida rural.

Evidentemente este 2º aspecto favoreceu muito as Escolas. Foi justamente em 1942 que surgiu a primeira Escola de Monitores (o Centro de Formação). Inicialmente se tratava de um curso de apenas umas semanas (o 1º curso não tinha mais que 3 semanas ao todo). Os monitores (docentes das "Maisons Familiaes") eram agricultores que tinham completado os estudos primários e talvez alguns cursos por correspondência, mas nada mais do que isso.

Em 1942 se criou a União Nacional das Maisons Familiaes que congregava cerca de quatro ou cinco Escolas. Esta estrutura continuou até 1944/45 quando já havia umas 20 "Maisons Familiaes".

A esta altura estourou no movimento francês uma crise muito grande: no interior desta União Nacional os pais de família (agricultores) cada vez mais iam tomando as responsabilidades do movimento juntamente com os líderes formados pelo sindicalismo e pela ação católica.

A crise se determinou a partir da pessoa do sacerdote fundador. Antes de mais nada, do ponto de vista da Administração do Movimento, o bom sacerdote, evidentemente, não era um bom administrador. Levava para frente as coisas numa grande desordem. Os agricultores, ao repararem isso, começaram a ter medo das possíveis consequências dessa desordem e a exigir do padre certa disciplina administrativa. Parece que ele, infelizmente, não tinha predisposição para disciplinar-se.

Um segundo ponto que gerou a crise foi o fato de o padre fundador não ter sido suficientemente prudente em seu rela-

cionamento político: tinha-se relacionado, talvez demais, com o governo colaboracionista com os alemães e, também por essa razão, era prudente que ele se afastasse um pouco do Movimento.

Em terceiro lugar houve um problema de fundo, talvez o mais importante e merecedor de ser lembrado: era uma questão de concepção e de doutrina da "Maison Familiale".

O Sacerdote cogitava de uma Escola camponesa em sentido total e extremado, sem abertura para a cidade ou para outras formas de educação. Ele queria uma formação rural totalmente fechada, que perfizesse todo o sistema escolar, do primário até a Universidade rural. Evidentemente os agricultores não puderam aceitar essa concepção, primeiramente porque não era possível que todos os jovens ficassem no campo e, em segundo lugar, porque não seria normal fechar um meio humano do resto do País.

Este aspecto é importante a ser levantado (8), porque caracteriza uma "tentação" que ainda hoje se encontra, mesmo aqui na América Latina, isto é, a de realizar uma obra em si, uma Escola para os camponeses, uma espécie de "reserva indígena" ou de "redução jesuítica agrícola".

É uma tentação que decorre de uma concepção separativista: já que o sistema geral é mau, é preciso realizar uma "ilha" de bem fora do sistema.

O afastamento do Abbé Granereau do Movimento marcou uma nova etapa da história das "Maisons Familiales". Antes de mais nada isso significou uma reestruturação do movimento do ponto de vista administrativo, financeiro, etc. Foram, portanto, organizadas uma secretaria geral central como também uma administração geral central.

Em segundo lugar houve uma "pedagogicização" do Movimento, isto é, foram chamados técnicos em educação e pedagogia que começaram a estudar e sistematizar o movimento, utilizando noções de outras escolas pedagógicas, dando assim ao Movimento um quadro teórico e técnico mais formais, saindo da pura intuição e improvisação. O sacerdote e os primeiros agricultores tinham

⁸Esta observação foi-nos sugerida pelo Sr. Jean CHARPANTIER, Assessor técnico das Escolas da Família Agrícola da Argentina.

inventado a alternância, mas, para eles, isso nada mais era que uma prática, sem refletir sobre o que isso poderia representar para a Educação.

Inventaram o internato, mas não construíram uma teoria sobre o ambiente educativo. Neste momento apareceu o Educador André Duffaure (1946/47) e foi elaborado o famoso instrumento pedagógico chamado de "Plano de Estudo".

O período de 1945 a 1960 foi, portanto, o período da expansão e da sistematização da Experiência. As "Maisons Familiares" passaram de 30 para 500 e sua literatura pedagógica foi aumentando cada vez mais.

O problema mais sério dessa época foi justamente a demasiada expansão: passando de 30 escolas para 500 corria-se o risco de perder a originalidade da "Maison Familiale". Foi preciso freiar a expansão e, inclusive, fechar várias escolas. Essa expansão coincidiu, na França, com o surgir de uma forte consciência entre os agricultores quanto à necessidade de formar-se.

Uma organização tão grande ficava vulnerável ao perigo da burocratização. Evidentemente é um perigo normal, porém poderia ter sido tão forte ao ponto de matar a originalidade da fórmula primitiva. Para evitar este perigo, foi estudado um sistema de reorganização. Cada vez mais se deu importância às organizações intermediárias e se cuidava de que os problemas que podiam ser solucionados em nível local, não fossem levados até a União Nacional. Nota-se que uma organização tão grande, como a União Nacional, hoje tem, em sua sede central, cerca de 15 a 20 pessoas apenas. Existem porém muitas pessoas nos níveis de região e de departamentos.

O mesmo esforço foi feito com relação ao Centro de Formação, criando-se vários centros de formação regionais.

Atualmente, portanto, a estrutura é a seguinte:

- União Nacional com sua Assembléia Geral que se reúne anualmente;

- Conselho de Administração eleito pela Assembléia geral, que se reúne mais ou menos cada dois meses;

- Comitê Executivo, composto do Presidente, Tesoureiro, o Secretário Diretor, que se reúne quase todas as semanas.

A assembléia geral é formada pelos membros eleitos pelas "Maisons Familiares".

Em nível operacional existem os serviços de departamentos com o seu Conselho Departamental que resolvem os problemas locais sem levá-los à União Nacional. Inclusive os Centros de Formação dos Monitores têm sua assembléia e seus conselhos particulares.

Para completar o quadro da história da Experiência Francesa, deve-se acrescentar alguns dados sobre a história da formação dos Monitores, que, de certa maneira, correu paralela à história das "Maisons Familiares".

Inicialmente a formação dos monitores era exclusivamente uma formação pedagógica e sua duração era de três sessões, sendo que cada sessão era formada de duas semanas. Em termos de conteúdo, os monitores aprendiam a lidar com grupos de alunos, aprendiam a preparar um curso, a consultar um livro, etc... Praticamente, aprendiam alguma coisa da pedagogia da alternância e da didática geral.

Evidentemente, para alcançar o tipo de formação desejado, havia um sistema de avaliação que considerava as qualidades humanas do candidato a Monitor e as habilidades profissionais que, porém, se identificavam com as habilidades de um bom agricultor.

Em seguida, na medida em que, na França, ia aumentando o nível de escolarização, iam aumentando também as exigências do governo para com a formação dos docentes das "Maisons Familiares" como também as exigências dos mesmos agricultores. Então, a formação pedagógica foi precedida por um curso de formação técnico-agrícola, cuja duração foi inicialmente de dois a três meses, para, finalmente, se fixar a um ano inteiro. Para esta formação técnico-agrícola, matriculavam-se jovens com uma rica experiência de campo, isto é, jovens agricultores, de 17 ou 18 anos. Exigia-se deles as qualidades humanas e o conhecimento da profissão de agricultores.

Numa terceira etapa, à medida que o nível de escolarização ia aumentando, sentiu-se a necessidade de aumentar a formação geral sendo insuficiente a que eles tinham adquirido no primário, médio e nos cursos por correspondência. Então se abriu

mais um período de formação (Pré-formação) exclusivamente de cultura geral (matemática-linguagem - ciências sociais, etc...).

Atualmente, portanto, o curso para monitores acabou se estruturando desta forma:

- pré-formação (um ano)
- formação técnico-agrícola (um ano)
- formação pedagógica (um ano).

Esta formação se processa em três Centros diferentes: o Centro de Pré-formação, o de formação técnico-agrícola e o de formação pedagógica. Os três Centros funcionam, em regime de alternância, porém, evidentemente, com um tipo de alternância diferente da das "Maisons Familiares": é uma alternância de tipo profissional, em ambientes ou propriedades agrícolas que se relacionem com os objetivos dos 3 centros de formação. Mais um elemento importante a ser registrado é o seguinte: inicialmente o Centro de pré-formação servia unicamente para alimentar os centros de formação técnico e pedagógico. Aconteceu, porém, que o meio rural ia precisando de outros tipos de formação além do de monitor, tais como pessoal administrativo nas Cooperativas Agrícolas, secretários (as) das organizações rurais, sindicatos, etc..., desta forma, pouco a pouco, os centros de pré-formação e de formação técnica instruíam também pessoas que não se destinavam a ser monitores. Aos poucos, boa parte (uns 30%) dos alunos que entravam nos Centros para serem monitores, eram ex-alunos das "Maisons Familiares".

Atualmente existe também um Instituto de formação de nível Universitário, através de convênio com a Universidade Pública.

Concluindo, o que interessa notar, porém, é que este esforço para expandir sempre mais a nova experiência educacional, permaneceu sempre fiel ao princípio fundamental da alternância: estudo-profissão.

REPARTITION DES MAISONS FAMILIALES
SUR LE TERRITOIRE FRANCAIS



*Extraido da Tese de Laurea de Gabriella Arcangelli, op. cit.

1.3. A Experiência Italiana

A primeira relação de caráter internacional das "Maisons Familiales" francesas se estabeleceu com a Itália, onde a "Maison Familiale" passou a se chamar "Scuola della Famiglia Rurale", abreviando "Scuola-Famiglia".

As primeiras "Escolas-Família" na Itália nasceram em Sologo (Treviso) em 1961-62, em Ripes (Alicona) em 1963-64 (9). Os pressupostos da Expansão italiana das Escolas-Família devem ser procurados no contexto sócio-econômico-político do pós-guerra:

nas eleições de 18 de abril de 1948, os partidos democráticos tiveram a maioria. O momento parecia favorável para uma reconstrução da sociedade italiana na paz. Havia, no povo, a confiança e a esperança de que cada cidadão poderia efetivamente exercer seu direito à vida pública. (10)

A realidade do dia a dia, porém, revelou que faltavam empregos, infraestruturas e, sobretudo, que a vida política e de participação ainda era um fato de cúpula.

Para tornar efetiva a participação da classe operária, surgiu a idéia da valorização de seu trabalho através (Lei Fanfani, 29/09/1949) da qualificação e das frentes populares de trabalho para todos.

A lei, porém, apesar das intenções de A. Fanfani, foi estruturada de forma a se tornar paternalista e apoiada, de fato, no poder patronal.

Os sindicatos se revoltaram. O processo envolveu o mundo agrícola acreditando-se não poder promover o todo deixando de lado uma parte. A fórmula escolhida foi: formação e cooperação.

A ocasião se deu em 1954, com o pedido feito por algumas lideranças de Castelfranco (Treviso) de abrir uma experiência educacional nova, porém apoiada no Instituto Profissional

⁹Gabriella ARCANGELI, Aspetti psicologici del rapporto Scuola-famiglia, (tesi di laurea), Pádova, pág. 144.

¹⁰Ibidem, pág. 144.

para a Agricultura de Brusegaba (Padova). A nova experiência seria financiada metade pelo Ministério da Educação e metade pela Prefeitura local. Essa experiência acabou sendo, fundamentalmente, uma Cooperativa, onde a parte formativa (reuniões, discussões, etc.) tinha um peso preponderante. Faltava, porém, em termos de formação, um instrumento adequado e bem estruturado. Nesta altura (1960) dois líderes políticos, Sartor e Brunello, na contínua busca de fórmulas novas, vão à França e acabam conhecendo a experiência das "Maisons Familiaes". A idéia parece interessante e daí em diante as Escolas famílias foram aumentando de número.

Em termos de metodologia elas adaptaram ao ambiente italiano a metodologia francesa. O relacionamento com os poderes públicos é grande, portanto certas facilitações são maiores. Os docentes, porém, muitos deles sendo funcionários do Estado, eram menos motivados do que os docentes franceses. É uma Experiência que encontrou apóio na Igreja, mas nasceu diretamente pela ação de homens políticos: o inverso do que aconteceu na França.

(11)

¹¹ Destacou-se a Experiência Francesa por ser a iniciadora, a Italiana por serem italianas as pessoas que trouxeram para o Brasil as EFAs e a Africana por ser a Experiência que mais se distanciou da fórmula francesa, embora repetindo o princípio fundamental de alternância.

Existem, porém, EFAs na Espanha cuja Experiência, dentro da exigência desse trabalho, não será descrita. É suficiente lembrar que a situação espanhola caracterizava-se pela falta total de ensino especificamente agrícola. Foi escolhida a fórmula francesa e o relacionamento com o Estado e a Igreja sempre foi notável. Atualmente as EFAs espanholas estão associadas em duas entidades.

CARTINA DELLE "SCUOLE DELLA FAMIGLIA RURALE"
IN ITALIA



* Extraido da Tese de Laurea de Gabriella Arcangelli, op.cit.

1.4. A Experiência Africana (12)

Na Africa, Senegal, a situação sócio-econômico-política era totalmente diferente da Européia. Antes de mais nada não existia a família tipo européia (pai-mãe-filhos). Existia ao invés, a família patriarcal muito grande.

Em segundo lugar a escolarização primária africana era quase nula: a escolarização variava do mínimo de 4% a 20% no máximo da população em idade escolar.

Em terceiro lugar, os jovens que tinham cursado algumas séries do primário não tinham de forma alguma interesse pela terra. Uma Escola para esses jovens era unicamente um meio para o êxodo rural, sendo que os únicos interesses, em termos de aprendizagem, era a cultura geral.

Em quarto lugar, a agricultura existente tinha técnicas extremamente mais primárias do que as utilizadas na Europa. Desta forma, era preciso inventar uma Escola por alternância, radicalmente diferente do modelo francês. A iniciativa coube a alguns franceses, pedagogos e especialistas em Escola-família, apoiados pelos governos e pelas Igrejas locais.

A primeira Escola implantada, na tentativa de imitar o modelo francês, foi um fracasso total. Por isso pensou-se proceder da seguinte forma: localizada uma região não demasiado grande, abrangendo uns quatro ou cinco povoados (Capelas), escolhiam-se dois ou três monitores que primeiramente estacionavam num povoado. Aí eles, durante alguns meses, tentavam (orientados) descobrir aquela realidade, reunindo o pessoal e ajudando ao povo em toda e qualquer tarefa que se apresentasse: problemas de água, saúde, construções, etc.

Pouco a pouco, entre os monitores e o povo, o conhecimento recíproco aumentava cada vez mais: tratava-se, mais ou menos, de uma fase parecida com o trabalho da extensão rural. (13)

¹²Os dados sobre a experiência africana foram-nos proporcionados, oralmente, pelo Sr. Jean CHARPANTIER, atualmente assessor pedagógico das Escolas da Família Agrícola na Argentina.

¹³Para o conceito de "Extensão rural", ver Paulo Freire, Extensão ou Comunicação?

Aos poucos, transcendendo as necessidades individuais, começava-se a organizar uns mini-cursos (dois ou três dias) centrados num só assunto escolhido conforme as necessidades do momento e aberto a todos. Desta forma introduziu-se a idéia de "formação". A clientela se constituía de jovens e adultos que haviam perdido a oportunidade de escolarização regular (a idade mínima era de 17 anos).

Os primeiros mini-cursos eram respostas imediatas aos problemas concretos levantados. Devagar ia surgindo, junto aos alunos, um programa que precisava de mais mini-cursos em série. Alcançou-se um ritmo de duas ou três sessões mensais. Praticamente estava-se formando uma estrutura sistemática de Escola-família, através de uma ação assistemática de extensão. A clientela foi se subdividindo em dois grupos: os mais jovens que se reuniam mais frequentemente e por mais tempo e os mais adultos que se reuniam apenas uma ou duas vezes por mês e, ao máximo, por dois ou três dias por encontro.

Aos poucos, dois cursos se delinearão: um para adultos, assistemático, mais leve e com duração de um ano; e um sistematizado, mais teórico, com duração de três anos e com uma alternância de uma semana por mês. Entre os dois cursos não havia relação sistemática.

Do ponto de vista organizacional, praticamente, chegou-se a uma Associação Geral, geralmente abrangente as EFAs de uma região ou, até, de uma República inteira, através de dois ou três responsáveis de cada povoado que se reuniam num lugar comum. Nesta reunião se debatiam os problemas e se organizavam os cursos nos diferentes povoados. Após três anos foi pedido e obtido o reconhecimento jurídico da Associação. A experiência Africana é extremamente interessante por ser uma demonstração de que a metodologia da Escola família é aplicável a uma grande variedade de situações diferentes.

Atualmente o movimento está se expandindo, geralmente através de convênios com os governos locais, até o ponto de, por exemplo no Senegal, a fórmula africana de Escola-Família ter sido a opção oficial, em termos de educação, para todo o interior da República.

(cfr. quadro no fim do capítulo).

2. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA: O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - MEPES

2.1. Premissa

Em termos de expansão da Escola-família na América Latina, limitar-nos-emos à Experiência Brasileira por ser objeto específico de nossa pesquisa. Cabe aqui, porém, mencionar a experiência Argentina, começada na mesma época da brasileira e que, em termos de número de Escolas-família (cf. quadro no fim do capítulo) e, talvez, em termos de estruturação e fundamentação pedagógica, superou a experiência brasileira. Argentina (APEFA) e Brasil (MEPES) mantiveram sempre um intenso intercâmbio.

Além de Argentina e Brasil, existem outros grupos que estão introduzindo a experiência: Venezuela, México, Nicaragua, Equador, Uruguai, Chile, etc...

Quanto ao método, precisamos realçar o fato de nós termos sido testemunha e agentes operacionais dentro do MEPES desde a sua fundação, com um parêntese de afastamento nos anos 1972-1974. Essa situação, evidentemente, se de um lado nos favorece, doutro lado não nos isenta de certa "interpretação" pessoal.

Finalmente, é preciso observar que, das muitas iniciativas que o MEPES promoveu e ainda promove, focalizaremos, evidentemente, a experiência das Escolas-Família e de seu Centro de Formação e Reflexão que, inclusive, constituem a iniciativa mais significativa e de maior porte dessa entidade.

2.2. A Entidade - O MEPES

2.2.1. Preparação

Em 1966, nós eramos ainda estudantes do Curso de Filosofia em Gallarate (Milão - Itália); casualmente encontramos em Florença o jovem sacerdote jesuíta, italiano, Pe. Humberto Pietrogrande. Nossa conversa foi longe e o assunto era: o mundo rural do Estado do Espírito Santo - Brasil.

O referido sacerdote já tinha estado no Brasil e se encontrava em Florença apenas para completar sua formação. Durante suas andanças pelo Brasil, ficou impressionado com a situação sócio-econômica do povo interiorano capixaba, em sua grande maioria descendente de emigrantes italianos e alemães. A comparação com os filhos de emigrantes gaúchos ou, mais ainda, com a população das regiões italianas de onde saiu a emigração para o Brasil, era simplesmente desanimadora: porque o nível sócio-econômico desses emigrantes capixabas seria tão baixo? O que se fez ou se está fazendo por eles? Enfim, precisamos fazer algo para esse povo!

Além dessa consideração, o jovem sacerdote jesuíta tinha razões outras para chegar a essa conclusão:

- uma razão estrutural: a área em questão estava espiritualmente sob a tutela dos jesuítas da mesma Província (14) a que ele próprio pertencia;

- uma razão em nível de motivação ideal: a Igreja estava passando por uma transformação que se identificava com o movimento do Concílio Vaticano II, com a Encíclica "Mater et Magistra" do Papa João XXIII e com a Encíclica "Populorum Progressio" do Papa Paulo VI. Esse novo espírito induzia os padres a se preocuparem não somente com uma ação sacramentalizante como também com uma ação de promoção sócio-econômica do povo. Neste sentido o jovem sacerdote encontrou apóio, em seu propósito, nos outros sacerdotes da região. Evidentemente, a partir desta comunicação de que precisava fazer algo em prol desse povo capixaba, o Sacerdote começou a movimentar amigos e instituições, a escrever e esboçar projetos enquanto esperava a hora de embarcar de novo para o Brasil.

Antes de mais nada era preciso se convencer não só de que precisava fazer algo para o interior capixaba, mas que isso era também possível. Tarefa, aliás, que o Padre Humberto Pietro grande já vinha desenvolvendo desde 1964 e 1965 e cuja documentação, bastante pormenorizada, auspiciava e precisava a fundação de um movimento "italo-brasileiro" para o desenvolvimento re

¹⁴ Repartição jurídico-geográfica própria da ordem religiosa dos Jesuítas.

ligioso, cultural, econômico e social do Estado do Espírito Santo. (15)

Após a elaboração do documento da Fundação Italo-Brasileira, foram dados os seguintes passos:

a)- Fundação da "Associazione degli Amici dello Stato Brasiliano dello Espírito Santo (AES)".

A 11 de dezembro de 1966, em Padova (Itália), após a apresentação da Fundação Italo-Brasileira pelo desenvolvimento religioso, cultural, econômico e social do Estado do Espírito Santo no Brasil, decidiu-se, para tornar mais eficiente e sério o compromisso, fundar uma entidade jurídica chamada "Associazione degli Amici dello Stato Brasiliano dello Spirito Santo (AES), inclusive para possibilitar a assinatura de convênios e arrecadação de recursos. (16)

b)- Envio de Pessoal Brasileiro para a Itália.

A entidade italiana recém constituída (AES), conseguiu algumas bolsas de estudo para 7 rapazes, jovens agricultores capixabas, 2 assistentes sociais, um agrônomo e 2 assistentes rurais. Nota-se que o objetivo dessas bolsas de estudo não era claro, pensava-se que o pessoal brasileiro formado na Itália de "alguma maneira" poderia, ao regressar ao Brasil, servir para uma ação de promoção social na área onde os vigários, amigos do Pe. Humberto Pietrogrande, atuavam. Inclusive foram esses padres estrangeiros, residentes no Brasil, que escolheram o pessoal e organizaram a "expedição" sob orientação epistolar e financiamento que vinha da Itália.

O importante é notar que o pessoal não foi mandado à Itália com o explícito propósito de se especializar em Escola-família; porém, aconteceu que a Entidade Italiana (AES), tendo contato com as Escolas-Família da Itália, achou interessante mandar os Brasileiros estagiarem nestas escolas.

c)- Visita de Técnicos Italianos ao Brasil.

Enquanto os brasileiros estagiavam na Itália, três téc-

¹⁵Veja, em Anexo, documento nº 1, pág. 117.

¹⁶Veja, em Anexo, documento nº 2, pág. 122.

nicos italianos, um Economista, um Sociólogo, um Educador, vinham ao Brasil para analisar a região e a situação local e trazer, juntamente com o jovem Padre Jesuíta, que já tinha regressado ao Espírito Santo, um Plano de Ação concreta na área de atuação dos vigários amigos do Pe. Humberto Pietrogrande, isto é, em 5 municípios capixabas: Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Piúma e Rio Novo do Sul. Foi nesta ocasião que a opção foi se especificando em termos de educação já pensando, inclusive, no modelo da Escola da Família Agrícola. Lembramos que o técnico em Educação era, na Itália, diretor de uma Escola-Família. (17)

d)- Constituição, no Brasil, dos Comitês locais.

No intuito de criar nos cinco municípios as estruturas físicas (Escolas) e os pressupostos psicológicos (divulgação) , foram criados vários Comitês locais. Interessa registrar a constituição desses Comitês locais, porque ela será, no fundo, o modelo da estrutura jurídica da própria entidade, prestes a nascer. Seu conceito de "representatividade" já contém um problema estrutural que será desenvolvido na última parte do nosso trabalho. É interessante, também, na mesma perspectiva crítica, comparar este histórico com o histórico das Escolas famílias Africanas.

2.2.2. A Fundação

Tudo estava pronto para a fundação de uma entidade que fosse a expressão jurídica de todo o Movimento:

No dia 25 de abril de 1968, na Câmara municipal de Anchieta, uma Assembléia de agricultores representantes dos municípios, assinava a ata constitutiva do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), que tinha como finalidade a promoção da pessoa humana, através de uma ação comunitária que desenvolva a mais ampla atividade inerente ao interesse da agricultura e principalmente no que tange à elevação cultural, social e econômica dos agricultores. Na Junta Diretora do MEPES se encontram os representantes da Companhia de Jesus, dos

¹⁷Veja, em anexo, documento nº 3, pág. 124.

Vigários, dos Prefeitos, da Associação dos Amigos Italianos e da ACARES (Associação de Crédito e Assistência rural do Espírito Santo). (18)

A Junta Diretora nomeia o Secretário Executivo, enquanto um Conselho Administrativo tem o papel de controlar a atividade do Secretário Executivo e de fiscalizar as despesas. Só neste nível estão presentes os representantes dos agricultores e dos pais dos alunos.

A esta altura a entidade MEPES estava fundada e seria possível, de agora em diante, uma ação de elaboração de projetos e convênios.

2.2.3. Evolução e estrutura atual

Deste 1968 para cá, a entidade teve uma história rica de acontecimentos, porém, em termos de estrutura, não houve interessantes modificações.

Pode-se ressaltar o seguinte:

- A iniciativa das Escolas da Família Agrícola que, nas intenções da entidade devia constituir apenas uma iniciativa entre outras, na realidade acabou sendo, juntamente com seu Centro de Formação e Reflexão, a iniciativa de maior vulto e a que caracterizou significativamente a própria Entidade.

- O próprio Centro de Formação e Reflexão, que, nas intenções da Entidade devia ser um centro plurivalente, de formação variada e de verdadeira pesquisa (Reflexão) acabou sendo única e exclusivamente um Centro de formação e treinamento para monitores das Escolas da Família Agrícola.

- O Centro Comunitário de Saúde (CCS) que, nas intenções da Entidade deveria ser um complexo de atividades educacionais para o setor saúde, acabou se reduzindo quase que única e exclusivamente a um hospital do interior, financiado pelo FUNRURAL e, inclusive, com uma administração difícil e problemática.

- O Departamento de Ação Comunitária (DAC) que preten-

¹⁸ Cadernos do CEAS, Chance aos agricultores, nº 8, págs. 4-5.

dia ser um departamento de animação e ação comunitária em todos os níveis e muito diversificado em suas iniciativas, encontrou, na realidade, seu sentido e seus momentos altos na ação de animação para compras de terrenos e construção das Escolas da Família Agrícola ou mesmo em outras iniciativas sempre, porém, ligadas à iniciativa das Escolas-Famílias.

- A estrutura Jurídica da Entidade foi modificada, porém, na sua essência (19) permaneceu a mesma.

Na junta diretora foram acrescentados: um representante dos pais dos alunos das Escolas da Família Agrícola; um representante dos operadores da Entidade; um representante das Entidades nacionais convenientes, eleito pelos órgãos convenientes.

Traçaremos agora, rapidamente, o histórico das Escolas da Família Agrícola do MEPES e o histórico de seu Centro de Formação.

2.3. As Escolas da Família Agrícola

Conforme aquilo que já foi dito e conforme está escrito no Plano de Ação concreta (20), elaborado por ocasião da visita dos três técnicos italianos à região capixaba, devia-se dar prioridade absoluta à EDUCAÇÃO, numa forma não tradicional e capaz de desenvolver todas as capacidades humanas, com participação responsável das comunidades locais.

Na fase inicial, portanto, foi determinada a criação de 3 Escolas da Família Agrícola (EFAs) visando a formação dos jovens do meio rural. O mínimo de condições exigidas era a disponibilidade de três alqueires de terreno e um prédio em condição adequada para a vida de um grupo de 20 a 25 estudantes.

No dia 9 de março de 1969, portanto, as Escolas-Família-Agrícola de Olivânia, município de Anchieta, e a de Alfredo Chaves, receberam seus primeiros alunos.

Neste mesmo ano, alguns meses mais tarde, inicia suas atividades a Escola de Rio Novo do Sul.

¹⁹Veja, em anexo, documento nº 5, pág. 129.

²⁰Veja, em anexo, documento nº 3, pág. 124.

Em março de 1971 é inaugurada a Escola-Família de Campinho, município de Iconha.

Para o mês de maio do mesmo ano é a vez da Escola-família feminina de Iconha, para as moças filhas dos agricultores.

Enquanto isso, outros passos foram dados, através do Movimento pastoral da diocese de São Mateus, para a expansão das Escolas-Família ao Norte do Estado do Espírito Santo.

Em 1972 foram inauguradas as Escolas-Família de Jaguare, no município de São Mateus e do Bley no município de São Gabriel da Palha. Essas duas últimas escolas são para rapazes.

No mesmo ano foi inaugurada também a Escola-Família de Economia Doméstica (feminina), no município de São Mateus (Km. 41).

Do ano 1972 para cá não houve outras inaugurações de Escolas-Família.

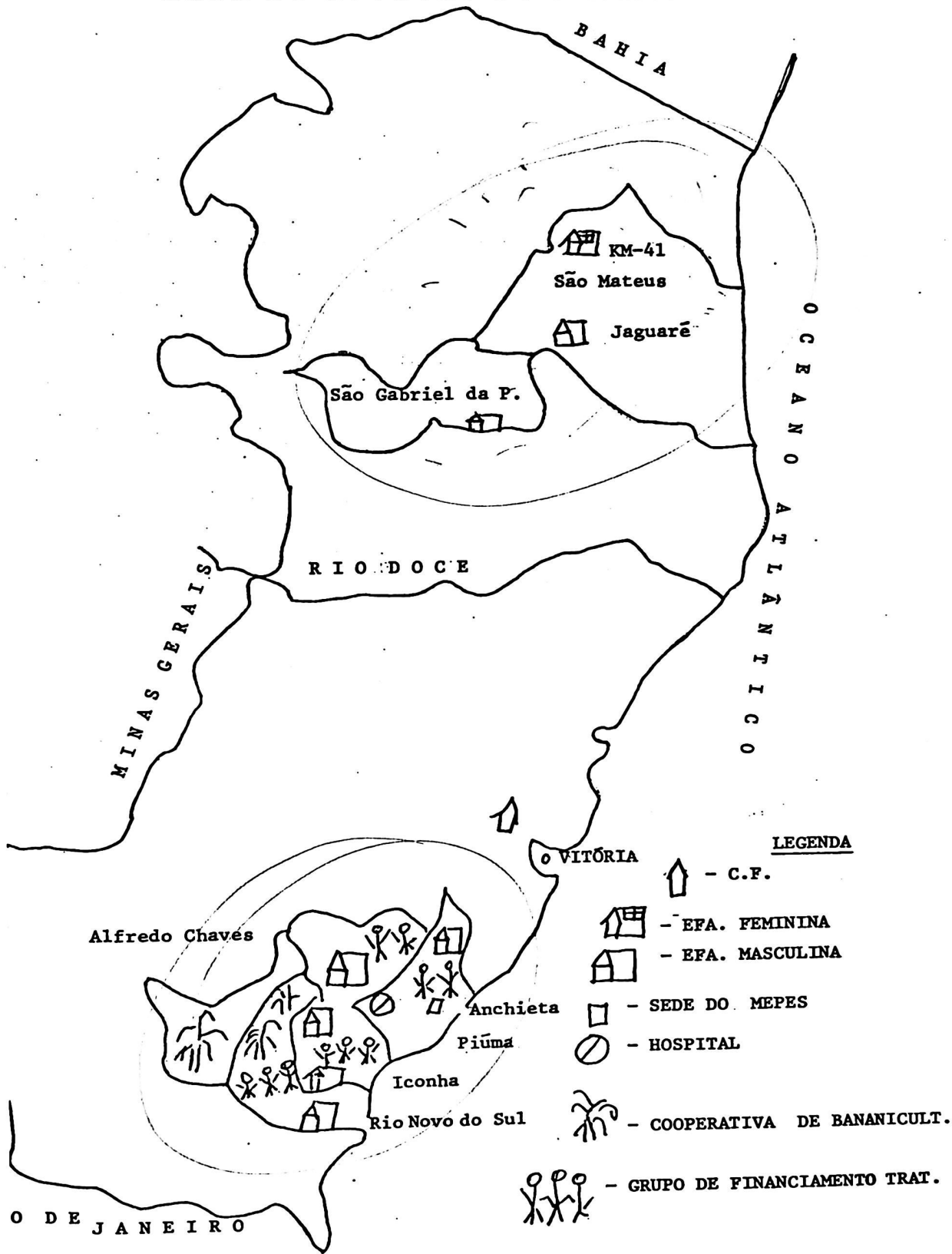
Em 1976, março, em Olivânia, município de Anchieta, no mesmo local da Escola-família de 1ª grau, foi aberta uma Escola-Família de 2ª grau para acolher os ex-alunos das Escolas-Família de 1ª grau.

Para completar o quadro das EFAs no Brasil, é preciso dizer que foram abertas duas Escolas-Família no Paraná, em intercâmbio direto com a França e o MEPES. A situação do Paraná não a conhecemos nos detalhes; sabemos, porém, que o movimento parou devido a uma crise de caráter político.

Outra tentativa está havendo no Estado da Bahia, com já 2 Escolas-Família funcionando e outras em plano de expansão, em intercâmbio com o MEPES.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ÁREA DE ATUAÇÃO DO M. E. P. E. S.



* Extraído do :MEPES , Uma cultura nova para um mundo novo, op. cit

2.4. O Centro de Formação

Uma descrição cronológica detalhada do Centro de Formação (CF) não é fácil e, inclusive, os detalhes demasiados poderiam confundir seu sentido.

É preferível, portanto, lembrar rapidamente suas etapas principais:

- O primeiro Centro de formação foi na Itália, onde um grupo de pessoas foi mandado a aprender o método Escola-Família.

O intercâmbio MEPES-ITÁLIA se iniciou com a criação da Associação dos Amigos do Espírito Santo (AES) que permitiu a preparação do pessoal para o trabalho que se pretendia. Não existiam técnicos, entre nós, formados na pedagogia e metodologia promocional que o Movimento implantaria. Na Itália encontrou-se este recurso e disponibilidade para capacitar o pessoal enviado com esta finalidade. Os primeiros responsáveis pelo trabalho do MEPES lá fizeram sua preparação:

- 7 jovens agricultores 1966-1968
Castelfranco - Veneto - Treviso e San Benedetto da Norcia
Padova. Duração: 2 anos;
- 2 assistentes sociais (1967)
Duração 6 meses;
- 1 Técnico da ACARES (1968) com estágio também na França. Duração: 1 ano;
- 2 assistentes rurais (1968) com estágios em Escola da Família Agrícola de Economia Doméstica;
Duração: 1 ano. (21)

- Logo após a abertura das primeiras escolas, em vista de uma expansão de novas escolas e por causa de uma saída constante de monitores, sentiu-se a necessidade de formar novo pessoal para Escolas. A solução "Itália" parecia inviável, quer do ponto de vista prático, quer do ponto de vista pedagógico, já que as próprias EFAs existentes aqui no Espírito Santo seriam o fator principal de treinamento do seu pessoal.

Além dessas duas razões (prática e pedagógica) reparou-

²¹MEPES, Uma cultura nova para um mundo novo, documentário (mimeografado).

-se que o pessoal treinado na Itália, se bem que voltou ao Brasil com ricos elementos cognitivos e técnicos, tudo sumado, porém, parecia sofrer um processo de alienação notável, tornando-se a inserção na região do MEPES técnica e psicologicamente problemática.

Por isso tudo, decidiu-se formar o novo pessoal aqui mesmo, em Anchieta, Espírito Santo.

A primeira turma é do ano de 1971. O currículo é interessante, sobretudo destacando a Didática Especial.

- Havendo o Centro de Formação formado, em 1971, duas turmas, o MEPES não sentiu a necessidade de uma nova turma. Por essa razão, em 1972, não houve curso de formação.

- Em 1973, de março a julho, houve o 2º curso de formação, denominado mini-curso, pela sua breve duração, determinada de um lado pela urgência de novo pessoal para as EFAs e de outro lado pela falta de verbas.

- De agosto de 1973 a julho de 1974, na nova sede de Vitória, Av. Santo Antonio nº 1746, houve o início do 3º curso para novos monitores.

O curso terminou recorrendo a arranjos curriculares, devido à crise da Equipe: isto é, a equipe se desfez e os alunos viram seu cronograma modificar e empobrecer.

- Em 1974 (2º semestre) o Centro de Formação está sem equipe, no entanto o MEPES precisava, com urgência, de mais uma turma. Foi nomeado o novo Coordenador que, porém, até o fim do ano, esteve ausente por razões de estudo.

Assim mesmo, decidiu-se organizar um Curso "Emergencial" (o 4º da série) com duração de 4 meses, no 2º semestre de 1974.

- Em 1975, março, foi iniciado o 5º curso de Formação, com 15 alunos.

A duração do curso passou a ser de 2 anos, sendo que o 1º ano em alternâncias regulares, e o 2º ano apenas com a presença de 5 sessões/semanas no Centro durante o ano inteiro.

- Em 1976, deu-se início ao 6º curso de formação para novos monitores, com 15 alunos, e com a mesma estrutura fundamental de 1975. Neste ano foi acrescentado um curso de inicia-

ção às técnicas agrícolas e foi racionalizado melhor o currículo.

Conclusão

Essas rápidas linhas sobre a história do Centro de Formação nos possibilitam concluir que fundamentalmente o sentido do Centro de Formação para o MEPES é o seguinte:

- tentativa de nacionalizar a experiência;
- tentativa de mediação entre um objetivo geral (= Promoção do homem do campo capixaba) e um instrumento técnico de aplicação desse objetivo (= a Escola da Família Agrícola) que nasceu e se estruturou fora do Brasil.

3. A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS ESCOLAS-FAMÍLIAS RURAIS

De 12 a 17 de maio de 1975, em Dakar, capital do Senegal, (África) houve o primeiro Congresso Internacional das Escolas da Família Agrícola, com o objetivo principal de fundar, oficialmente e juridicamente, a "Associação Internacional das Escolas Famílias Rurais" (22). Participaram delegados de 16 Países onde existem Escolas-Famílias.

Os objetivos da "Associação Internacional das EFAs" são:

- Coordenar, promover e desenvolver as atividades de todas as organizações de EFA no mundo;
- Representar e defender os interesses das EFAs perante os organismos supranacionais e internacionais e estabelecer relacionamento com eles;
- Difundir e defender os princípios definidos no Código Pedagógico das EFAs perante a opinião pública e especialmente nos meios rurais, profissionais e familiares;
- A pedido de interessados, assessorar na criação de novas EFAs e na organização de Uniões Regionais ou Nacionais;

²²Veja, em anexo, documento nº 8, pág. 136.

- Velar especialmente para que estas novas Instituições respeitem o Código Pedagógico das EFAs;

- Fomentar a comunicação e o intercâmbio de experiências e de material didático entre as EFAs do mundo;

- Promover a criação de serviços comuns necessários para o melhor funcionamento da associação e especialmente de um serviço central de informação e de investigação pedagógica.

Dar-se-á, a seguir, um quadro geral das Escolas-Famílias e dos Centros de Formação, no mundo, datado de maio de 1975:

QUADRO DAS EFAs NO MUNDO E DOS C.F.

CONTINENTE	PAÍS	INSTITUIÇÕES	EFAS	C.F.
EUROPA	Espanha	E.F.A.	30	3
		C.F.R.	27	1
	França	M.F.R.E.O.	519	26
	Itália	CISL-IAL	15	
		ENAIP-ACLI	2	
		ERSA	2	
		IPSA	17	
ÁFRICA	Argélia	M.F.R.	23	
	Camarum	M.F.R.	4	
	Congo	M.F.R.	4	
	Gabão	M.F.R.	2	
	R.C.A.	M.F.R.	4	
	Ruanda	M.F.R.	1	
	Senegal	M.F.R.	23	
	Tchad	M.F.R.	14	
	Todo	M.F.R.	16	
A.LATINA	Argentina	F.P.A.M.	2	
		A.P.E.F.A.	13	1
	Brasil	M.E.P.E.S.	8	1
		ASSESOAR	2	
		CESEDIC	2	
	Equador		1	
	México		1	
	Nicaragua		5	
	Uruguai		2	
Venezuela		1		
			740	32

LEGENDA:

E.F.A. - Escuelas Familiares Agrárias

C.F.R. - Colégios Familiares Rurales

M.F.R.E.O. - Maisons Familiales Rurales d'Education et d'Orientation

CIS-IAL - Istituto Addestramento Lavaratori

ENAIP-ACLI - Associazione Cattolica Lavoratori Italiani

ERSA - Ente Regionale di Sviluppo Agricolo-Gorizia

IPSA - Istituto Professionale di Stato per l'Agricoltura - TREVISO

M.F.R. - Maisons Familiales Rurales

F.P.E.M. - Fundacion Pedro A. Marzano

APEFA - Asociación para la promocion de Escuelas de la Família Agricola

MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistencia Rural

CESEDIC - Centro de Serviços para o desenvolvimento integrado de comunidades.

4. CONCLUSÃO

Concluindo este rápido histórico das Escolas da Família Agrícola, estamos convictos de que uma simples lista de fatos ao mesmo tempo revela e esconde o "porque" da Expansão das Escolas-famílias no mundo e particularmente, aqui no Brasil. As EFAs nasceram também no Brasil de uma convicção de que algo poderia ser feito para os agricultores e, em parte, pelos agricultores. Essa convicção, entrando em dialética com as condições objetivas de seu contexto sócio-cultural e econômico, parece produzir uma situação ambígua. Será exatamente essa ambigüidade o ponto mais delicado da experiência a ser, portanto, analisado, porque, ao mesmo tempo que não devemos desprezar certos resultados, também não podemos aderir acriticamente a uma iniciativa.

C A P Í T U L O I I

O PLANO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DA FAMÍLIA AGRÍCOLA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1. Escolas em funcionamento

Até a data atual (dezembro de 1976) estão em funcionamento as seguintes Escolas, implantadas conforme o seguinte cronograma:

a) Região Sul do Estado

- 1969 - Escola da Família Agrícola de Olivânia, Anchieta (masculina);
- 1969 - Escola da Família Agrícola de Alfredo Chaves (masculina);
- 1969 - Escola da Família Agrícola de Rio Novo do Sul (masculina);
- 1971 - Escola da Família Agrícola de Campinho, Iconha (masculina);
- 1971 - Escola da Família Agrícola de Economia Doméstica de Iconha (feminina);
- 1976 - Escola da Família Agrícola de 2º grau de Olivânia, Anchieta (mista).

b) Região Norte do Estado

- 1972 - Escola da Família Agrícola do Bley, S.Gabriel da Palha (masculina);
- 1972 - Escola da Família Agrícola de Jaguaré, S.Mateus (masculina);
- 1972 - Escola da Família Agrícola de Economia Doméstica do Km. 41, S.Mateus (feminina).

1.2. O Contexto Social onde as Escolas atuam

Pode-se descrever o contexto social das Escolas da seguinte maneira:

- é uma sociedade sobdesenvolvida, de uma estrutura agrária pela maior parte minifundiária e de uma economia voltada para o mercado externo;

- caracteriza-se pela exploração de mão de obra barata, que atende as grandes empresas industriais e agrícolas, favorecendo assim a implantação de capital estrangeiro;

- cria-se, conseqüentemente, desequilíbrios internos como por exemplo: a "inchação" dos grandes centros, a saída maciça do homem do campo, a formação de uma grande massa de trabalhadores na dependência deste mesmo capital de exploração, uma marginalização sempre mais significativa e ainda outros desequilíbrios.

1.3. A clientela das Escolas

A clientela das Escolas do MEPES, em média, é a seguinte:

. Pequenos proprietários	: 67%;
. Médios proprietários	: 21%;
. Meeiros	: 8%;
. Assalariados	: 4%.

A maioria dos alunos matriculados terminou o antigo 4º ano primário, estando afastados da escola faz uns dois ou três anos.

A faixa etária dos alunos das Escolas-família é de 14 a 18 anos.

1.4. Situação jurídica das Escolas

A Escola-família do MEPES foi oficialmente reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo, que a enquadrou no ensino supletivo de suplência. Portanto, sen

do 14 anos a idade mínima do aluno matriculado, a Escola-Família pode conferir diploma, equivalente ao 1º grau completo, aos alunos que terminem, com proveito, os três anos de escolarização por alternância, dentro da metodologia específica da Escola da Família Agrícola: Parecer nº 24/71, (aprovação equivalente às 5ª e 6ª séries); e Parecer nº 130/74 (aprovação do 1º grau completo). (1)

1.5. O Ano Escolar

A formação dos alunos nas EFAs tem a duração de 3 anos completos, sendo o ano letivo estruturado de maneira diversa do ano letivo comum por causa da alternância.

O ano escolar é dividido em 13 sessões, de 6 dias cada, vividas na escola e 12 alternâncias, de 15 dias cada, vividas em casa. Na escola as aulas são em número de 6 a 7 por dia, reservando-se algum tempo para os trabalhos práticos e serões. Estes, destinados à ampliação de conhecimentos e discussão de problemas, têm duas horas de duração e são ministrados pelos líderes locais, monitores, técnicos, médicos, etc. conforme o assunto em pauta. No período de permanência em casa, o aluno deve dedicar-se, pelo menos duas horas por dia, ao Plano de Estudo, preparado na Escola.

A elaboração do Currículo e programas de trabalho está a cargo e sob a orientação do Centro de Formação com a colaboração das Equipes das Escolas.

1.6. O Prédio das Escolas

As escolas construídas tem uma planta muito simples, conforme as construções do meio rural. Constan de 3 pequenos pavimentos.

¹Os dois pareceres explicam-se pelo fato do curso das EFAs, até 1972, ter sua duração de apenas dois anos, em regime de alternância de duas semanas na Escola e duas semanas em casa. O Parecer nº 24/71, portanto, reconhecia esse biênio como equivalente às 5ª e 6ª séries do 1º grau. Em 1973 as EFAs do MEPES estenderam seu curso para 3 anos, em regime de alternância de uma semana na Escola e duas em casa, perfazendo um total de 13 semanas na Escola por ano. O Parecer 130/74, então, reconheceu o novo curso de três anos como equivalente ao 1º grau completo. Veja, em anexo, doc. nº 7, pág. 135.

mentos:

- 1º - Sala de aula, biblioteca, secretaria.
- 2º - Cozinha, despensa e refeitório.
- 3º - Dormitório e dependências para os monitores.

Cada Escola da Família Agrícola do MEPES possui uma pequena propriedade para a experimentação dos alunos e para oferecer aos agricultores da região condições de acompanhar métodos novos, passíveis de aplicação em suas propriedades. Além disso, a propriedade da Escola oferece produtos para a alimentação do internato (alunos, monitores, visitas) assim como, as propriedades melhor administradas permitem uma certa comercialização de seus produtos cujo lucro retorna em benefício da própria Escola.

1.7. Manutenção das Escolas

A experiência estabeleceu o seguinte tripé:

- Construção do prédio: cabe à comunidade a responsabilidade da construção do prédio e aquisição de pequena propriedade de adjunta (2 alqueires de terra, pelo menos);

- Equipamento e pessoal: compete ao MEPES fornecer o equipamento e o pessoal preparado;

- Manutenção: cabe conjuntamente ao MEPES, aos pais, e comunidades garantir a manutenção das EFAs com recursos próprios (renda da propriedade, contribuição dos pais, festas, etc.) assim como através de convênios.

Para a construção de cada Escola foram constituídos comitês locais com a finalidade de arrecadar recursos e de preparar a Escola conforme a planta padrão, adaptada, porém, às necessidades e possibilidades locais.

Para a manutenção da Escola foi criado o Conselho Administrativo, formado por representantes do MEPES, dos pais dos alunos e de membros da comunidade local. (2)

²Veja, em anexo, documento nº 9, pág. 141.

mentos:

- 1º - Sala de aula, biblioteca, secretaria.
- 2º - Cozinha, despensa e refeitório.
- 3º - Dormitório e dependências para os monitores.

Cada Escola da Família Agrícola do MEPES possui uma pequena propriedade para a experimentação dos alunos e para oferecer aos agricultores da região condições de acompanhar métodos novos, passíveis de aplicação em suas propriedades. Além disso, a propriedade da Escola oferece produtos para a alimentação do internato (alunos, monitores, visitas) assim como, as propriedades melhor administradas permitem uma certa comercialização de seus produtos cujo lucro retorna em benefício da própria Escola.

1.7. Manutenção das Escolas

A experiência estabeleceu o seguinte tripé:

- Construção do prédio: cabe à comunidade a responsabilidade da construção do prédio e aquisição de pequena propriedade de adjunta (2 alqueires de terra, pelo menos);

- Equipamento e pessoal: compete ao MEPES fornecer o equipamento e o pessoal preparado;

- Manutenção: cabe conjuntamente ao MEPES, aos pais, e comunidades garantir a manutenção das EFAS com recursos próprios (renda da propriedade, contribuição dos pais, festas, etc.) assim como através de convênios.

Para a construção de cada Escola foram constituídos comitês locais com a finalidade de arrecadar recursos e de preparar a Escola conforme a planta padrão, adaptada, porém, às necessidades e possibilidades locais.

Para a manutenção da Escola foi criado o Conselho Administrativo, formado por representantes do MEPES, dos pais dos alunos e de membros da comunidade local. (2)

²Veja, em anexo, documento nº 9, pág. 141.

2. NECESSIDADE E GÊNESE DO PLANO PEDAGÓGICO

As Escolas do MEPES foram introduzidas no Brasil de forma bastante empírica, quase por acaso. Nas intenções de quem fundou o MEPES não existia a idéia de Escola-Família, cujo modelo nem sequer era conhecido pelos fundadores dessa entidade.

Aconteceu que os rapazes capixabas (3) que foram à Itália para aprimorar sua formação, lá frequentaram Escolas-Família. Aconteceu também que o Diretor de uma dessas Escolas italianas, simpatizando com a idéia de uma "transferência" para o Brasil, decidiu vir ao Espírito Santo junto com seus ex-alunos brasileiros. Esse grupo, uma vez em terra capixaba, propôs à Direção do MEPES um trabalho bem concreto, isto é, pôr em funcionamento algumas Escolas da Família Agrícola no Brasil. A Direção do MEPES aceitou a proposta e o trabalho teve início.

A primeira tarefa do grupo foi a de montar um Plano Pedagógico adaptado ao Brasil. Nenhum deles era pedagogo: o ex-Diretor da Escola-Família italiana era um técnico-agrícola com ampla experiência de Escola-família; os rapazes capixabas tinham completado o IIº grau e cursado, na Itália, dois anos de técnico-agrícola em Escolas-Família. A tarefa de montar um Plano Pedagógico para uma Escola-Família brasileira podia parecer fácil ao entusiasmo desse grupo "pioneiro", mas logo as dificuldades apareceram.

O técnico italiano não conhecia a estrutura escolar brasileira e não tinha o instrumental teórico para uma feliz adaptação. Era desconhecida a mínima bibliografia do país; desconhecida a legislação. O 1º currículo foi montado na base do currículo das EFAs italianas, procurando adaptar os elementos mais óbvios, por ex.: o assunto "uva" era substituído pelo assunto "banana", as aulas de mecânica agrícola eram deixadas de lado, etc.

Em todo caso o programa para o 1º ano de funcionamento das EFAs brasileiras foi montado: muito material italiano foi traduzido para o português. Não existindo textos escolares, o

³Veja, capítulo I, História da Experiência.

grupo optou pela elaboração do material didático através do mimeógrafo a álcool.

Essa improvisação possibilitou o início das atividades escolares, porém, logo surgiram sérias dificuldades: quais eram, exatamente, os objetivos das Escolas do MEPES? Eram objetivos de formação profissional ou vocacional? Qual o currículo da Escola-Família? Quais os assuntos e o método para a elaboração dos famosos Planos de Estudo que caracterizam a metodologia da Escola-Família? Como avaliar?

Nem sempre os assuntos e métodos que na Itália davam bons resultados, eram aceitos aqui no Brasil. Além disso, o grupo que estudou na Itália logo se desfez: os poucos que ficaram desapareceram em meio ao grande número de novatos que não conheciam a experiência européia. Via de regra, não havia material escrito e quando isso acontecia, tratava-se de material redigido de forma muito rudimentar, dificilmente utilizável.

A experiência começava a ser conhecida fora do Estado e alguns líderes de outras regiões pediam material e documentação.

O Conselho Estadual de Educação, para a aprovação do curso de 1º grau, exigia Regimento Interno, Currículo, carga horária, etc.

O Centro de Formação do MEPES, para realizar sua tarefa de formar novos docentes das Escolas, tinha necessidade de uma documentação objetiva e brasileira que servisse de base para o estudo de seus estagiários. Seria impossível formar alguém baseando-se apenas no trabalho em andamento, na opinião comum ou na opinião dos mais antigos.

A necessidade, portanto, de um Plano Pedagógico da Escola da Família Agrícola do MEPES evidenciava-se sempre mais.

A Direção do MEPES pediu a colaboração de técnicos em educação (pedagogos) e técnicos em Escola-Família. Encontrou-os aqui no Brasil e na Argentina onde as Escolas-Famílias se estavam expandindo muito rapidamente.

O trabalho dos técnicos em educação resumiu-se em reunir o grupo de Monitores das EFAs do MEPES, e, através de vários encontros, seminários, pesquisando a bibliografia educacional dos outros países (França, Itália, Espanha e Argentina), fo

ram elaborados vários documentos cujo conjunto constitui agora Plano Pedagógico das Escolas do MEPES.

O primeiro ponto a ser levantado, foi a questão dos objetivos. Os monitores do MEPES estiveram reunidos numa localidade chamada Santa Helena (Vitória, E.S.) orientados pelo pedagogo; daí saiu o assim chamado "Documento de Santa Helena" (4) que determina os objetivos das EFAs do MEPES.

O segundo passo realizado pelo mesmo grupo de docentes foi a elaboração de um documento que determinou as "Bases estruturais e metodológicas das EFAs do MEPES" (5).

No que se refere ao currículo, existem muitos documentos, porque, desde o começo, todo ano, as Escolas elaboram seus currículos. Em anexo, a título de exemplificação, foi escolhido currículo de uma das Escolas, o de Olivânia, Anchieta. (6)

Finalmente, o Processo de Avaliação das Escolas do MEPES foi elaborado pela equipe do Centro de Formação (7) visando auxiliar as Escolas, unificar seus métodos de avaliação e oferecer um documento para o estudo de seus estagiários.

O conjunto desses documentos forma, obviamente, o Plano Pedagógico das EFAs do MEPES, cujas linhas essenciais serão evidenciadas a seguir.

. AS LINHAS ESSENCIAIS DO PLANO PEDAGÓGICO

3.1. Os objetivos

O documento de Santa Helena, sem dúvida um dos mais importantes para o estudo do marco teórico das Escolas do MEPES, identifica objetivos com opção filosófica e, por sua vez, identifica a opção filosófica com "o termo social final 'para que' nós queremos trabalhar" (8). A opção filosófica, portanto, é ex-

⁴Veja, em anexo, documento nº 11, pág. 127.

⁵Veja, em anexo, documento nº 12, pág. 161.

⁶Veja, em anexo, Documento nº 13, pág. 169.

⁷Veja, em anexo, documento nº 14, pág. 172.

⁸Veja, em anexo, documento nº 11, pág. 158.

plicitada nos objetivos e o enfoque dos objetivos é social:

Para planejar uma ação educativa (...) é preciso uma opção filosófica, isto é, é preciso explicitarmos o termo social final 'para que' nós queremos trabalhar. (9)

Em termos mais práticos, o documento justifica a necessidade de explicitar e registrar os objetivos das Escolas, em vista do planejamento educacional, do agir conscientemente e da união entre os educadores.

Na determinação das características da sociedade futura que as Escolas-Família pretendem construir, destacam-se os conceitos de participação, igualdade, conscientização, democracia, fim da exploração entre as classes. (10)

Os objetivos específicos são coerentes com os gerais : os conceitos de informação, crítica e participação são retomados constantemente. (11)

Quanto aos objetivos referentes ao meio ambiente, o tom geral parece menos decidido, recuando, o documento, para uma aceitação da sociedade estruturada em classes, almejando que "a ação da Escola seja capaz de atender a todas as classes rurais". (12)

Concluindo: trata-se de uma Escola cujo objetivo fundamental explícito visa uma mudança social, sendo que o objetivo técnico ou de maior produção ou profissionalizante é submetido àquele. Quanto ao problema da retenção do homem no campo para evitar o êxodo rural, o documento contorna a dificuldade no sentido da Escola-Família tentar evidenciar, junto aos alunos, todas as possibilidades que o campo oferece, sem porém criar obstáculos à saída dos mesmos para as cidades. Em outros termos, pode-se dizer que a Escola-Família não é profissionalizante e sim vocacional, a serviço dos adolescentes do meio rural.

⁹Veja, em anexo, documento nº 11, pág. 158.

¹⁰Veja, em anexo, documento nº 11, pág. 158.

¹¹Veja, em anexo, documento nº 11, pág. 159.

¹²Veja, em anexo, documento nº 11, pág. 160.

3.2. Estruturas e métodos

O documento (13) referente às estruturas e métodos da Escola-Família contém os pontos de maior originalidade dessa Escola.

Sintetizando, pode-se dizer que os três pontos que determinam a especificidade e a originalidade dessa Escola são:

a) a alternância e o Plano de Estudo que ela implica; b) o ambiente educativo (prédio, pequeno grupo, internato e convivência); c) a participação dos Pais-agricultores.

a) A Alternância permite o dinamismo Escola-Realidade. A ideologia educacional da alternância é muito rica e o próprio documento do MEPES (14) mostra essa riqueza.

Começa-se com uma descrição muito simples:

"O jovem permanece uma semana na Escola e quinze dias com sua família continuando, assim, a alternância durante todo o ano de formação". (15)

Sugerem-se, em seguida, razões práticas que justificam essa alternância, como por ex.: a poupança de tempo por parte do aluno que não precisa mais ir e voltar de sua casa para a Escola todo dia (as casas dos agricultores no interior ficam muito isoladas e longe da Escola); a substituição da interrupção diária de seu trabalho na lavoura por um ritmo mais lógico e respeitoso dos tempos e necessidades da agricultura e, finalmente, a utilização das horas noturnas (serões) que, com o internato, tornam-se momentos preciosos para a formação.

Mais adiante, o Plano Pedagógico das Escolas do MEPES a borda a função essencial da alternância, isto é, proporcionar à reflexão seu ponto de partida que é a vida ou a experiência real: "a vida da família e da comunidade de cada aluno representa o ponto de partida da educação nas Escolas-Família". (16)

¹³Veja, em anexo, documento nº 12, pág. 161.

¹⁴Veja, em anexo, documento nº 12, pág. 161.

¹⁵Veja, em anexo, documento nº 12, pág. 161.

¹⁶Veja, em anexo, documento nº 12, pág. 161.

Na explicitação do conceito de "vida" emerge, reforçando a mesma idéia central dos objetivos, o fator social como tendo primazia sobre os outros:

Entende-se por vida o conjunto de situações culturais, sociais, políticas, econômicas, profissionais, diariamente experimentadas por famílias e comunidades física, intelectual e afetivamente. (17)

Esse documento, provavelmente bastante dirigido pelo técnico em Escola-Família, evidencia uma conceituação da pedagogia da alternância bastante sofisticada.

O Plano de Estudo, instrumento estritamente ligado à alternância é definido como

o instrumento pedagógico fundamental da Escola-Família, ele é a pedagogicização da alternância; é a forma concreta de tornar em ato as potencialidades educativas da alternância; é o veículo que leva para a vida as reflexões, as questões, as conclusões (...) O Plano de Estudo é um guia (questionário) elaborado pelos alunos juntamente com a equipe dos professores, ao findar uma semana de aula, a fim de investigar, com seus pais, um aspecto da realidade cotidiana da família, seu meio e suas vivências. As respostas ao Plano de Estudo, que o aluno anota em seu caderno de propriedade ou do lar, são postas em comum ao voltar à Escola no início da nova sessão de aula. (18)

A idéia é clara e parece relativamente simples sua realização: ao terminar o curso, o aluno teria seu "texto", escrito por ele, sobre temas estritamente relacionados com sua realidade, com a colaboração de sua família e da equipe dos monitores da Escola. A lista de temas citados no documento (19) é rica e eles são bem relacionados com a vida dos alunos: "um ovo de Colombo!" é a expressão que muitas pessoas utilizam comentando Escola-Família do MEPES e seu método.

Note-se que o Plano de Estudo jamais é uma aplicação técnica

¹⁷Veja, mais adiante, Problematização da Experiência: O dilema metodológico, quarto problema, pág. 88.

¹⁸Veja, em anexo, documento nº 12, pág. 162.

¹⁹Veja, em anexo, documento nº 12, pág. 161.

nico-agrícola, no sentido da Escola ensinar ao aluno técnicas cada vez mais aprimoradas para ele, em seguida, aplicá-las na propriedade de sua família. O enfoque do Plano de Estudo é a conscientização: "é um compromisso dos alunos e de sua família para analisar sua própria vida". (20)

b) O ambiente educativo da Escola-Família é determinado pelo pequeno grupo de alunos (máximo de 20/25 alunos), pela idade dos alunos (adolescentes), pelo prédio (semelhante às casas dos agricultores, apenas um pouco mais decorado) e pela convivência entre educadores e alunos (os monitores, na sua maioria, tomam refeição e pernoitam na Escola).

O ambiente educativo é o segundo ponto característico da Escola do MEPES. Sobre a importância desse ponto, existe entre os educadores do MEPES uma consciência clara a ponto de exigir que também os alunos que moram perto da Escola, pernoitem no dormitório da mesma junto aos colegas.

Quanto ao prédio o MEPES tem sua ideologia formada e exige a construção segundo uma planta-padrão que foi aperfeiçoada pela experiência. O internato é visto como condição existencial para uma autêntica reflexão: "a fim de que a vida desenvolva o máximo de suas possibilidades educadoras é necessário uma tomada de distância da realidade diária que permita refletir e sistematizar". (21)

c) A participação das famílias dos alunos no processo educativo da Escola é decorrência da pedagogia da alternância e considerada o 3º ponto essencial da pedagogia das Escolas da Família Agrícola. Se a 'vida', a 'experiência', a 'realidade' do aluno é o ponto de partida do processo de formação, necessariamente a família, em se tratando de adolescentes, constitui o núcleo dessa 'vida' ou 'experiência' ou 'realidade':

A necessidade de uma íntima e plena participação das famílias pode ser facilmente induzida por tudo o que foi dito a respeito da alternância. A direta e plena responsabilidade dos agricultores sobre a EFA constitui

²⁰Veja, em anexo, documento nº 12, pág. 162.

²¹Veja, em Anexo, documento nº 12, pág. 166.

ponto básico e essencial da Escola-Família.
Sem alternância e sem participação e responsabilidade dos agricultores, pais dos alunos, a Escola não é admitida na União Internacional das EFAs. (22)

Além dessa razão pedagógica, a participação das famílias na vida da Escola é também decorrência da opção "filosófica" das EFAs do MEPES, pois o objetivo da Escola - como vimos - é desencadear o processo de participação do meio ambiente. (23)

Contudo, o aspecto mais original e específico não é apenas o simples fato da Escola do MEPES defender o princípio da participação das famílias dos alunos, pois a idéia de Escola-Comunidade assim como as Associações de pais e mestres não constituem novidade alguma na história da educação do Brasil. O que especifica a Escola-Família neste ponto é a ênfase dada a esta participação assim como a determinação das modalidades da mesma. Por isso o conceito de 'participação', embora utilizado, é suspeito e prefere-se o conceito de 'responsabilidade':

às vezes fala-se de participação, outras vezes de responsabilidade. Prefere-se este último termo. Participação pode apenas significar ser consultado, utilizar os seus esforços (materiais e econômicos) sem ter informações e nem poder real. (24)

Com referência à estratégia e ao âmbito da participação, sua bibliografia é ampla e suas técnicas bem detalhadas; o âmbito de participação é definido por três níveis: 1. individual, 2. grupal, 3. jurídico:

A participação das famílias se realiza em três níveis:

- a) participação e responsabilidade de cada família, individualmente; tal responsabilidade é completada durante o tempo que o jovem passa com sua família;
- b) participação das famílias numa reflexão comum, procurando constantemente melhorar a educação do jovem em cada família e na Escola;

²²Veja, em anexo, documento nº 12, pág. 167.

²³Veja, em anexo, documento nº 11, pág. 158.

²⁴Veja, em anexo, documento nº 12, pág. 167.

c) responsabilidade coletiva das famílias org
ganizadas como pessoa jurídica. (25)

Sintetizando: a documentação analisada referente à participação das famílias 1. rejeita o conceito de participação por ser mistificador, embora o utilize; 2. evita o conceito de comunidade substituindo-o por grupos sociais mais concretos e de finidos: 'famílias', 'pais de alunos', etc.; 3. evita as genera lidades estabelecendo uma estratégia bem concreta de participa- ção. Trata-se, portanto, de um ponto realmente essencial para o marco teórico dessa Escola; sem isto a Escola da Família Agrí- cola deixará de existir.

3.3. Áreas de ensino.

Com referência às áreas de ensino (26), a EFA adotou as do currículo oficial, sugeridas pelo Conselho Estadual de Edu- cação do Estado do Espírito Santo. A saber: Comunicação e Ex- pressão, Estudos Sociais, Ciências, Matemática, Estudos Espe- ciais (agricultura ou economia doméstica), Religião.

Analisando as disciplinas lecionadas nas EFAs do MEPES, facilmente pode-se concluir que se trata de um apanhado geral correspondente, no conjunto, às 5a., 6a., 7a., 8a. séries do 1º grau, com grande preocupação de distribuir todos esses conteú- dos no cronograma especial da Escola-Família.

A Comunicação e Expressão, assim como as matérias técni- co-agropecuárias gozam de destaque especial.

Grande é o esforço dos docentes para que o princípio u- nificador de todos os conhecimentos seja o mundo agrícola e suas necessidades. O instrumento unificador deve ser o Plano de Estu- do, cujos temas deveriam servir de motivação e catalizadores dos conteúdos das disciplinas. A idéia, teoricamente, é interesstan- te, sua realização, porém, apresenta sérias dificuldades. (27).

²⁵Veja, em anexo, documento nº 12, pág. 167.

²⁶Veja, em anexo, documento nº 13, pág. 169

²⁷Veja, mais adiante, Problematização da Experiência, O Dilema Metodoló- gico, quarto problema, pág. 88.

3.4. Avaliação

No processo de avaliação das EFAs do MEPES (28) destacam-se as seguintes características: a) sua importância; b) seu conceito; c) sua globalidade.

a) Importância. Tem-se a impressão de que a EFA é uma máquina de avaliação constante: todo mundo avalia tudo e a todos, grupal e individualmente, a cada momento.

A EFA tem consciência de ser uma experiência nova e pretende ser uma alternativa válida para todo o sistema de ensino do meio rural. Por isso, o Plano Pedagógico revela um espírito de pioneirismo que exige um constante aperfeiçoamento da experiência e não admite fraquezas:

Importância da avaliação para o sistema educacional - importância da avaliação para o MEPES - importância da avaliação para as próprias EFAs - importância da avaliação para a expansão da experiência. (29)

b) Conceito. Avaliação é identificada com tomada de consciência, com reflexão ou retorno para dentro de si: "Avaliação é tudo aquilo que se faz para conscientizar: avaliar e conscientizar tornam-se, de certa forma, sinônimos". (30)

Avaliação é uma atitude constante. Acredita-se que a convivência alunos-monitores em regime de internato e a presença de sacerdote na fundação e administração das Escolas-Família, assim como do MEPES, tenham acentuado este espírito de avaliação parecido com "exame de consciência", "revisão de vida", integrando, evidentemente, a parte da avaliação da aprendizagem.

c) Globalidade. É suficiente analisar o quadro geral da avaliação, chamado pelo Plano Pedagógico de "Sinopse Geral da Avaliação" (31) para perceber até que ponto a globalidade e a inter-avaliação são tomadas a sério.

²⁸Veja, em anexo, documento nº 14, pág. 172.

²⁹Veja, em anexo, documento nº 14, pág. 172.

³⁰Veja, em anexo, Documento nº 14, pág. 172.

³¹Veja, em anexo, Documento nº 14, pág. 177.

Avalia-se tudo: as estruturas da Escola (alternância, ambiente educativo, participação dos pais), as atitudes dos alunos (participação, responsabilidade, iniciativa, etc.), as aptidões dos alunos (pasta pessoal, observação, informação, exercícios de casa, etc.), a aprendizagem dos alunos (as disciplinas). Da alternância avalia-se o Plano de Estudo, a integração e participação do aluno na comunidade local; do ambiente educativo avalia-se a capacitação e integração dos monitores, as normas do Regimento Interno, a conservação do prédio, a administração da propriedade e a integração da Escola com a Comunidade local; da participação dos pais avalia-se a empatia, a informação, os encontros, a expressão, os compromissos e responsabilidade.

Cada item deverá ter seu conceito ou nota.

Os agentes avaliadores são: equipe de monitores, Conselho Administrativo, alunos, Centro de Formação, Secretaria Executiva MEPES, Comunidade local, Pais dos alunos.

O Plano Pedagógico determina para cada agente avaliador os itens, os tempos e as modalidades de avaliação.

Considerando a situação do ensino brasileiro no meio rural, em especial no Norte e Nordeste do País e no seu interior, ^{SEM} seu dúvida deve-se dizer que estamos diante de um mecanismo educativo teoricamente muito além da realidade educacional existente.

C A P Í T U L O I I I

O PLANO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE FORMAÇÃO

1. PREMISSA

Muitas são as reformas educacionais que fracassam, ou que nunca se aplicam, pela inadequada formação dos professores encarregados de aplicá-las. Não se leva em consideração que tais professores foram formados no mesmo sistema que se pretende reformar, não só como técnicos em educação (formação pedagógica), mas também como pessoas humanas (atitudes). Qualquer mudança profunda em educação supõe mudança profunda dos educadores.

Por essa razão, pouco depois da criação das Escolas da Família Agrícola, o MEPES, analisando o problema da formação do pessoal docente, decidiu criar um curso de formação específica para seus docentes, os monitores das EFAs.

Esse curso, cujo Plano Pedagógico pretende-se apresentar no presente capítulo, é oferecido anualmente a 15/20 bolsistas que tenham terminado o IIº grau. É um curso livre, pode ser considerado um curso de habilitação profissional. Sua sede fica na capital do Estado do Espírito Santo, Vitória.

Comparando o Plano Pedagógico do Centro de Formação com o das EFAs, emergem diferenças e semelhanças. Os dois Planos diferem pela gênese e pelos objetivos: enquanto o das EFAs nasceu aos poucos, por partes, através de várias reuniões dos seus docentes, o do Centro de Formação nasceu mais rápido, de uma vez, elaborado pelos técnicos em educação do MEPES que foram auxiliados por técnicos franceses residentes na Argentina. Com referência aos objetivos, enquanto os objetivos das Escolas encaram

principalmente o meio social e a pessoa do aluno, os objetivos do Centro de Formação têm como princípio unificador e orientador a profissão de Monitor das Escolas-Família. Os conteúdos (disciplinas e atividades) diferem, coerentemente, a partir deste critério.

As demais partes, no entanto, (estruturas, métodos, avaliação, etc.) são muito parecidas às do Plano Pedagógico das EFAs, pois o MEPES visa estruturar um Centro de Formação como se fosse uma Escola-Família de grau superior, pretendendo, desta maneira, acostumar os seus estagiários ao futuro trabalho.

2. AS LINHAS ESSENCIAIS DO PLANO PEDAGÓGICO

2.1. Objetivos

O curso do Centro de Formação do MEPES é essencialmente profissionalizante: o que mais importa é a tarefa que o futuro docente deverá desempenhar lá na Escola. A rigor, mais que um curso de formação, seria exato chamá-lo de curso de habilitação profissional. O MEPES conhece o perfil do Monitor da EFA, as aptidões e atitudes necessárias. Sua meta fundamental é preparar um ótimo monitor. Em vista disso determinou três grandes objetivos:

- objetivo de conscientização;
- objetivo de fundamentação teórica;
- objetivo de capacitação técnica (1).

Ao especificar esses objetivos, o Plano Pedagógico esclarece o sentido exato dos mesmos: a conscientização é pressuposto essencial e coerente com os objetivos de análise e de mudança social que as Escolas pretendem; a fundamentação teórica situa-se sobretudo nas áreas da sociologia e psicologia e fundamenta a profissão do docente; a capacitação técnica refere-se à didática geral e especial e à metodologia específica da Escola-Família (Plano de Estudo, participação dos pais-agricultores, etc.) possibilitando concretamente o que-fazer educacional do Monitor na EFA.

¹Veja, em anexo, documento nº 15, pág. 178.

2.2. O matriculado e o formado

O MEPES prefere que os candidatos a monitores das Escolas sejam selecionados entre os jovens do meio rural, possivelmente moradores próximos às Escolas (2), que tenham atitudes de respeito para com os sentimentos religiosos e tradicionais do povo do campo, que sejam bastante motivados para um trabalho promocional e de educação, inclinados para o magistério, aceitos e integrados no grupo e, de preferência, que sejam formados numa Escola técnico-agrícola (3).

Evidentemente, as características do candidato ao Curso de Formação facilitarão a ação formativa do MEPES sobre ele : talvez esteja acentuado por demais o aspecto de "docilidade" do candidato em prejuízo de outras características mais adequadas a um agente educacional que pretende realizar uma mudança social no meio ambiente de sua Escola. Sem dúvida, em todo caso, a dificuldade maior será encontrar técnicos-agrícolas que tenham todas as características que o MEPES pretende. Este ponto será tratado, mais adiante, na problematização, sexto problema: a fuga dos técnicos ou o ethos capitalista.

O perfil do Monitor traçado pelo Plano Pedagógico do Centro de Formação é extremamente rico e sugestivo: foi esboçado um verdadeiro educador que "acompanha e ajuda" (4) aos alunos em seu processo de descoberta, de informação, de análise, de auto-disciplina, de diálogo e de crítica.

Teoricamente, com educadores assim formados, a Escola-Família estará muito bem implementada.

2.3. Estruturas e metodologia

O modelo da EFA sugeriu, como já foi dito, as estruturas e os métodos para a elaboração do Plano Pedagógico do Centro de Formação do MEPES; nasceu, desta forma, um curso de ní-

²Veja, em anexo, documento nº 15, pág. 180.

³Veja, em anexo, documento nº 15, pág. 180.

⁴Veja, em anexo, documento nº 15, pág. 181.

vel superior muito interessante e rico.

As estruturas gerais que caracterizam o Curso são: 1. alternância; 2. ambiente educativo; 3. responsabilidade dos agricultores; 4. responsabilidade das Escolas.

A alternância para os futuros docentes das EFAs se processa entre o Centro de Formação (lugar da reflexão e estudo) e o futuro ambiente de trabalho (meio rural e Escolas); a duração varia de duas a três semanas por sessão (5). O princípio pedagógico fundamental da EFA segundo o qual a vida educa mais que a escola, portanto, se concretizou, no Centro de Formação, através dessa alternância trabalho-estudo.

O ambiente educativo tem a mesma conformação e fundamentação do ambiente das Escolas.

A responsabilidade dos agricultores-pais de alunos se inicia com os dois primeiros estágios quando os futuros docentes passam duas ou três semanas nas casas dos mesmos agricultores, em observação. A partir desses estágios, a fim de possibilitar a avaliação dos estagiários pelos agricultores, realizam-se encontros entre a equipe do Centro de Formação e os mesmos agricultores para uma troca de idéias sobre os estagiários e, daí, sobre os problemas de educação no meio rural.

Não podia faltar a presença das Escolas na formação dos estagiários. Esta presença, aliás, é considerada essencial:

Se desaparecesse o Centro de Formação, ainda seria possível formar novos docentes coordenando os estudos deles nas Escolas e acompanhando sua reflexão junto aos Monitores das Escolas; se, porém, desaparecessem as Escolas, de nada adiantaria a existência do Centro, faltando o elemento essencial para a formação deles. (6)

Essa colocação é muito coerente com o princípio de que a experiência forma mais que o estudo, embora não se dispense o estudo.

Também a metodologia do Curso é rica e original. A con-

⁵Veja, em anexo, documento nº 15, pág. 195.

⁶Veja, em anexo, documento nº 15, pág. 182.

vicção de que "o Monitor das EFAs não é um professor de ciclo básico que ensina matérias adaptadas ao meio rural" (7) anima to da uma metodologia cujas linhas essenciais, sem dúvida, oferecem um Plano Pedagógico surpreendentemente bem fundamentado e inovador.

Sintetizando, os princípios fundamentais que orientam a metodologia do Centro de Formação são: 1. capacitação para uma profissão; 2. formação para adultos; 3. a vida e a experiência profissional como base de formação; 4. integração dos fatores a fetivos; 5. formação por etapas; 6. formação integrada; 7. formação de uma mentalidade de mudança. (8)

Desses princípios, destacam-se:

a) a vida e a experiência como base de formação. Já se viu como esse princípio se concretizava através da alternância trabalho-estudo. Além disso, porém, existe uma atividade fundamental no Centro de Formação que merece um comentário especial. Trata-se de uma atividade que o Plano Pedagógico chama de "Meto dologia aplicada" (9). A Metodologia aplicada nada mais é do que o Plano de Estudo em nível de Centro de Formação: os estagiários são convidados a elaborar um esquema de questões sobre um tema que constituirá o assunto de pesquisa durante o estágio. Ao regressarem ao Centro de Formação, o material levantado será colocado em comum, sistematizado, discutido e serão tiradas algumas conclusões pelo grupo todo. Esse mesmo material constitui rá o tema básico para o estudo teórico durante aquela sessão no Centro. Sendo o Curso livre, o MEPES não se sente obrigado por nenhum currículo oficial imposto, por isso a reflexão se processa mais tranqüila e proveitosa

Os temas dessas pesquisas ou Planos de Estudo são: a fa mília rural, a comunidade rural, o ambiente educativo, a participação dos pais, as técnicas da alternância, minha área de ensino. O conjunto das pesquisas, com as respectivas sistematizações e conclusões, constituem, ao finalizar o curso, um volume

⁷Veja, em anexo, documento nº 15, pág. 182.

⁸Veja, em anexo, documento nº 15, págs. 183 e seg.

⁹Veja, em anexo, documento nº 15, pág. 187.

interessante elaborado pelos próprios estagiários sob a orientação da equipe do Centro de Formação.

b) Formação de uma mentalidade de mudança. Merece ser destacado esse princípio por ele estar relacionado com o objetivo fundamental das EFAs, a mudança social. O Plano Pedagógico do Centro de Formação, porém, utiliza um conceito de mudança muito mais genérico do que o utilizado pelo documento de Santa Helena (10). Aqui o conceito de mudança se identifica com a evolução da sociedade tecnológica, sem referência à mudança social em termos de desestruturação da pirâmide social. O Conceito de mudança, portanto, aproxima-se mais ao de crescimento tecnológico: "A formação dos Monitores será feita para uma situação em evolução. Numa situação de mudança, a pedagogia da EFA é uma pedagogia de mudança". (11)

Evidentemente, o pressuposto básico de um Plano Pedagógico cuja metodologia é tão rica, é que a educação é uma coisa séria e importante. Talvez, justamente esse pressuposto, tão belo em si, acabe sendo frustrado pelo peso real que a educação (e, mais ainda, a educação no meio rural) tem e sempre teve no contexto sócio-econômico brasileiro.

2.4. O Processo de aprendizagem

As etapas do processo de aprendizagem dos futuros docentes das EFAs, são claramente determinadas pelo Plano Pedagógico do Centro de Formação do MEPES.

Numa primeira etapa os alunos são convidados a estudar o meio rural: disciplinas, estágios, pesquisas, tudo é estruturado em vista do meio rural (12). As principais atividades dessa primeira etapa são: os dois estágios em duas famílias de alunos da EFA, os dois Planos de Estudo (a família rural e a comunidade rural), a sociologia rural, cooperativismo, sindicalismo, direito agrário e técnicas agrícolas. Essa etapa, cuja duração é de 14 semanas, encerra-se com uma síntese pessoal, elaborada

¹⁰Veja, em anexo, documentos, nº 11 e 15, pág. 158 e pág. 178.

¹¹Veja, em anexo, documento nº 15, pág. 186.

¹²Veja, em anexo, documento nº 15 (cronograma), pág. 195.

e em seguida debatida pelo próprio estagiário juntamente com a equipe dos professores do Centro.

Numa segunda etapa aborda-se diretamente a Escola da Família Agrícola. As atividades principais são: quatro estágios em 4 Escolas diferentes, três Planos de Estudo (ambiente educativo - alternância - métodos de ensino), aulas de psicologia social e do adolescente rural, metodologia da EFA, didática geral. A duração dessa etapa é de 19 semanas.

Numa terceira etapa aborda-se uma área de ensino específica, exatamente aquela área que o estagiário futuramente assumirá. As atividades principais são: um estágio em uma EFA, um Plano de Estudo (a minha área de ensino), didática especial. A duração dessa etapa é de 7 semanas. Essa terceira etapa, que encerra o primeiro ano de formação, assim como a primeira etapa, conclui-se com uma segunda síntese pessoal, cujo tema é a Escola-Família: sua história, seus objetivos, sua metodologia.

O processo de aprendizagem prevê uma quarta etapa que se realiza no 2º ano de formação, quando o estagiário praticamente já faz parte de uma equipe de monitores responsável pelo funcionamento regular de uma Escola. É uma etapa de complementação e aprofundamento educacional; seus momentos de estudo (cinco semanas) são distribuídos ao longo de todo um ano e suas atividades principais são: história da educação brasileira, Viagem de Estudo, Estrutura e funcionamento do ensino, psicologia da aprendizagem, filosofia da educação, dinâmica de grupo.

Para completar o quadro das atividades do Centro de Formação, devem ser lembradas as muitas aulas de Comunicação e Expressão, o curso de metodologia do trabalho científico, o curso de Estudos de problemas brasileiros e Religião e educação.

A partir desse quadro de atividades e disciplinas, é fácil concluir que o currículo apresentado pelo Plano Pedagógico do Centro de Formação é rico e bem estruturado. Ao analisar, detalhadamente disciplina por disciplina, atividade por atividade, reforça-se a percepção de que, realmente, os programas e os métodos do Plano Pedagógico do Centro de Formação do MEPES são avançados, essenciais e sérios. A bibliografia e a equipe dos professores alcançam um nível bastante elevado.

2.5. A avaliação

O Centro de Formação, com referência ao processo de avaliação, reproduz o mesmo processo das Escolas-família. É mantido, portanto, o mesmo conceito de avaliação como conscientização e é dada máxima importância à ação avaliadora.

Sua articulação é rica e global:

Fundamentalmente, o processo de avaliação no Centro de Formação se realiza em três níveis: 1. agricultores; 2. equipes docentes das Escolas; 3. equipe docente do Centro de Formação. (13)

Merece destaque o enfoque que o Plano Pedagógico dá à avaliação feita pelos próprios agricultores, pais de alunos das EFAs. Note-se que existe a convicção de que a avaliação feita pelos agricultores-pais de alunos da EFA é mais exata e objetiva do que a avaliação feita pelas equipes das Escolas e do próprio Centro de Formação. De fato, na avaliação dos docentes-monitores (e a equipe do Centro de Formação é em sua maior parte formada de ex-monitores) sobre os docentes-estagiários pode haver interferências subjetivas: medo da concorrência, ciúmes, ridivalidades, razões afetivas dificilmente ponderáveis, coleguismo, etc. Pelo contrário, na avaliação feita pelos agricultores, cujos filhos estudam nas Escolas, o único interesse existente é o de fornecer às Escolas bons professores e eliminar os incapazes. Neste sentido, como também na perspectiva de envolver sempre mais o agricultor nos assuntos da Escola, explica-se a distribuição das tarefas avaliativas no Centro de Formação.

Realça-se mais uma vez, portanto, a organicidade e coerência do Plano Pedagógico do Centro de Formação do MEPES.

¹³Veja, em anexo, documento nº 15, pág. 198.

SEGUNDA PARTE

PROBLEMATIZAÇÃO DA

EXPERIÊNCIA

C A P Í T U L O I V

OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA EXPERIÊNCIA:

CARACTERIZAÇÃO E TENTATIVA DE ANÁLISE

Esta pesquisa se orienta em duas direções: sistematização de uma experiência educacional e problematização da mesma.

Não foi possível, ainda, uma pesquisa mais técnica de avaliação sobre o MEPES. Existe um projeto, inclusive muito bom, mas não passou de projeto por falta de recursos. Em todo caso seria necessário sistematizar o trabalho e levantar seus problemas mesmo antes de efetuar uma pesquisa de avaliação que utilize um amplo instrumental técnico.

Problematização de uma experiência é a tentativa de localizar alguns dos problemas mais fundamentais, caracterizá-los o mais possível e lançar algumas hipóteses explicativas ou alternativas.

Infelizmente, assim como a atividade do filósofo não é óbvia e não encontra reconhecimento geral, precisando justificar-se, também a atividade do filósofo da educação parece não fugir a esta lei geral:

Acontece que a filosofia se legitima na medida em que, ao poder mistificado pela ideologia, contrapõe o poder da crítica. Não que se queira negar a função da ideologia junto e precedente à ação, apenas queremos contra por-lhe o poder da crítica a fim de que a ideologia não se torne por demais um poder cego. (1)

¹ José Henrique SANTOS, Filosofia e crítica da ciência, em Cadernos do CEAS, pág. 3.

Não obstante isso, sabe-se que "como todo poder humano, também o poder da crítica não é absoluto nem onipotente, mas é pelo menos o exercício de uma liberdade" (2). É a partir desses pressupostos que foi elaborado o presente capítulo.

PRIMEIRO PROBLEMA: INTERCÂMBIO OU INVASÃO CULTURAL?

A) CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

- As intenções

O fundador e atual Presidente do MEPES, Pe. Humberto Pietrogrande, em sua exposição ao IIº Simpósio em setembro de 1976, afirmava:

A pergunta que estava presente ao iniciar os trabalhos do MEPES era: 'de que maneira con seguir a promoção do meio rural escolhido co mo área de ação para o MEPES?' A resposta, também aqui, veio da doutrina cristã: 'Entre as civilizações, como entre as pessoas, o diálogo sincero torna-se criador de fraternidade. Buscar o desenvolvimento há de aproximar os povos nas realizações, fruto de um esforço comum, se todos, desde os governos e seus representantes até ao mais humil de dos técnicos, estiverem animados de amor fraterno e movidos pelo desejo sincero de construir uma civilização de solidariedade mundial. Então, abrir-se-á um diálogo centrado no homem e não nas mercadorias ou nas técnicas. E será fecundo, na medida em que trazer aos povos, que dele se beneficiam, os meios para se educarem e espiritualizarem; na medida em que os técnicos se fizerem educadores; e na medida em que o ensino dado tiver características espirituais e morais tão elevadas, que possa garantir um desenvolvimento, não só econômico mas também humano. Terminada a assistência, permanecerão as relações assim estabelecidas. Quem po de deixar de reconhecer quanto estas hão de contribuir para a paz no mundo?' (3)

² José Henrique SANTOS, opus cit., pág. 3.

³ Papa PAULO VI, Populorum Progressio, encíclica, citação extraída do MEPES, Uma cultura nova para um mundo novo, documentário (mimeografado).

Após essa citação de um documento papal, o Presidente do MEPES, continua:

foram estes apelos e diretrizes, além da consciência nascida através da experiência, que serviram de base à ideologia do INTER-CÂMBIO para o MEPES. Era necessário estabelecer um diálogo entre as nossas regiões rurais do Espírito Santo e outras regiões da Itália. Da região vêneta (Itália) havia saído a maioria dos emigrantes italianos, que no século passado desbravaram o Espírito Santo. Com a mesma região italiana podia-se, no presente, estabelecer um diálogo profundo e fecundo. De técnicos precisavam nossas Comunidades rurais do Espírito Santo. De humanismo simples e genuíno precisavam os jovens angustiados e desanimados das comunidades italianas. Uma parte não era chamada a dar e a outra a receber, mas, as duas, reciprocamente deveriam dar e receber. Foi através da "Associazione degli Amici dello Stato Brasileiro Dello Sprito Santo (AES)", constituída na Itália, que foi possível este diálogo. A legislação italiana sobre o serviço civil alternativo ao serviço militar facilitou o diálogo. (4)

- Os fatos.

Após oito anos de atividades somos levados a reconhecer que nem sempre conseguimos manter o intercâmbio naquele nível ideal que teríamos desejado. Nem sempre a colaboração foi vista na perspectiva de diálogo de civilizações ou diálogo de pessoas. Uma ou outra vez, a qualificação técnica ou grau de consciência sócio-política dos italianos que os levavam a ocuparem órgãos de responsabilidade dentro do Movimento, suscitou ciúmes ou desconfianças. (5)

Acontece que:

- Atualmente o Presidente, o Secretário Executivo e o Diretor do Centro de Formação são italianos;

- Os próprios técnicos italianos, cujo grau de consciência sócio-política acaba de ser elogiado pelo Sr. Presidente,

⁴MEPES, Uma cultura nova para um mundo novo, documentário (mimeografado).

⁵Ibidem.

criaram sérios problemas com a entidade ao ter que cumprir um contrato de "devolução" de dinheiro que o Governo Italiano enviava pessoalmente para os técnicos, mas que o técnico devia ceder, em parte, em benefício do MEPES, por se tratar de somas muito elevadas em comparação com o salário dos operadores brasileiros:

Outro acontecimento que prejudicou a vivência do intercâmbio foi o contrato assinado pelo Governo da Itália com os técnicos italianos que dão colaboração ao MEPES. Efetivamente, o salário destes técnicos era notavelmente superior ao salário que o MEPES paga aos seus colaboradores brasileiros. Isto criou o perigo da discriminação entre os membros da mesma equipe de trabalho. Criou-se um impasse para o MEPES que, de um lado, não poderia renunciar a essa colaboração que lhe vinha do governo italiano e, de outro, via-se na necessidade de evitar a discriminação salarial entre seus operadores. Foi a seguinte a solução encontrada: oferecer ao técnico italiano uma parte do salário ficando a outra parte depositada no Fundo do Intercâmbio criado para financiar atividades de intercâmbio e administrado pelo Presidente do Movimento. Também esta solução não foi satisfatória e apareceram sombras sobre a presença dos italianos no MEPES... (6)

- Na realidade o intercâmbio Itália-Brasil e Brasil-Itália, significou apenas Itália-Brasil:

entretanto, infelizmente, até 1971 o setor de intercâmbio atuou em um único sentido: Itália-Brasil. Seria conveniente que após o aprofundamento desta experiência, pudéssemos atuar em dupla direção: Itália-Brasil e Brasil-Itália. E que este intercâmbio não representasse somente um contato de técnicos e profissionais italianos com a realidade do Brasil, mas, também um contato de técnicos e profissionais brasileiros com a realidade italiana. Chegaríamos assim a uma forma de intercâmbio adulto e o diálogo entre as duas civilizações seria um diálogo de irmãos, enriquecedor para ambos. Seja a CASA CAPIXABA, na Itália, por nós tão desejada, o 1º passo desta nova época. (7)

Pelo que se pode observar, o entusiasmo por essa "Casa

⁶ MEPES, Uma Cultura nova para um mundo novo, documentário (mimeografado).

⁷ Ibidem.

Capixaba na Itália" não é bilateral e, sempre quando existe, parece esconder interesses diversos e outros dos professados nas intenções.

Com efeito, pode-se constatar que a maioria dos estrangeiros que aqui vieram engajados nesta idéia de intercâmbio e promoção do homem local, atualmente está engajada em negócios econômicos tendo sido mesmo criada uma entidade para fornecer informações aos industriais estrangeiros. (8)

B) TENTATIVA DE ANÁLISE: A ambigüidade do conceito de intercâmbio cultural.

É muito frequente ouvir-se a expressão: "intercâmbio cultural" designando aproximações e trocas entre grupos e nações diferentes. Geralmente, o "intercâmbio cultural" é o primeiro passo para um outro intercâmbio, o econômico. Por sua vez, o intercâmbio econômico, na maioria dos casos, esconde outras intenções, isto é, de dominação e exploração a partir de uma situação de desigualdade das duas partes.

A explicação para a necessidade de encabeçar esse processo de dominação e exploração utilizando o intercâmbio cultural como fachada, parece se localizar no fato deste conceito aparentemente se apresentar como unívoco e indubitavelmente positivo. *

De fato, o intercâmbio cultural parece se apoiar na concepção de irmandade universal, na idéia do homem ser fundamentalmente igual em todo lugar e no pressuposto de que a natureza do homem é de constituir uma única comunidade:

no plano promocional o princípio da solidariedade e fraternidade, na base do intercâmbio e pluralismo autêntico, encontrou oportuna e feliz aplicação no caso da colaboração com entidades e grupos estrangeiros. (9)

⁸ Note-se, inclusive, que pela lei italiana, levar para fora do país dinheiro ou tecnologia não declarada, ou mesmo colaborar com isso, é grande delito. Ora, ninguém, atualmente, pode declarar o dinheiro exportado sem prejudicar quase totalmente seu lucro.

⁹ Cadernos do CEAS, Chance aos agricultores, nº 8, pág. 11.

Ora, justamente um tipo de Movimento como o MEPES pode mostrar com maiores garantias ou 'a fortiori' (por ser Movimento sem fins lucrativos, ou seja, promocional) a gravidade do equívoco do conceito de intercâmbio cultural. É um equívoco que, por sua vez, se fundamenta na pressuposta univocidade do conceito de aculturação. De fato sabemos que no MEPES a tensão entre os estrangeiros e o pessoal do meio é muito forte.

Pelo exposto nas páginas precedentes, salta aos olhos a presença de um personagem característico do MEPES: o agente externo, não originário da comunidade. É o Sacerdote estrangeiro, são os técnicos italianos, são os enviados de organizações nacionais e internacionais que aparecem continuamente.

Um contato direto com o ambiente confirma a impressão: o agente externo está presente. Presente, às vezes, ainda com todos seus hábitos, originários de outro meio social, e, em muitos casos, de outras nações. A justificativa básica apresentada, desenvolvida e teorizada pelos próprios interessados é a 'Lei do Intercâmbio':

Cada pessoa, cada grupo traz o que lhe é próprio visando um enriquecimento mútuo da experiência. Dentro dessa mentalidade orienta-se a superação de atitudes paternalistas tradicionais em agentes externos; estes não são mais considerados simplesmente como os que vem para "dar", "ensinar", "dirigir", e sim, fundamentalmente, como os que colaboram com um processo no qual se inserem e do qual são parcialmente responsáveis. Eles têm, pelo menos, tanto que aprender quanto que ensinar. (10)

Esta idéia, não está isenta de sérios perigos; aliás, ela é radicalmente equívoca por se basear numa mistificação do conceito de intercâmbio. É quase impossível não importar inconscientemente modelos inadequados e este perigo é tanto maior quanto mais "tranqüila" for a consciência do agente externo a respeito do seu próprio trabalho. Ele pode enganar-se supondo já ter efetuado as adaptações necessárias, só porque está predisposto ao diálogo e professa um alto idealismo. O processo de racionalização é sempre grande; verdade é que vários agentes ex-

¹⁰ Cadernos do CEAS, Chance aos agricultores, nº 8, pág. 11.

ternos sō pensam em intercâmbio e em suas motivações depois que já o tinham escolhido e realizado. Citamos aqui mais um texto oficial do MEPES que diz:

Fica, porém, assente que a introdução de agentes externos é normalmente o primeiro passo do desenvolvimento, pois a sociedade subdesenvolvida se define por sua incapacidade de auto-determinação. (11)

Existe aqui, claramente, a identificação entre o conceito de desenvolvimento com o de atualização histórica.

Para ir mais a fundo em nossa análise, utilizamos o conceito de "aculturação" de Darcy Ribeiro e talvez consigamos localizar melhor o equívoco:

Os estudos de aculturação ganham nova dimensão. Ao invés de se circunscreverem às situações e aos resultados da conjunção entre entidades culturais autônomas, passam a focalizar, principalmente, o processo de formação de novas etnias no curso de expansão de povos ativados por processos civilizatórios e de subjugação de populações por eles avassaladas por força da atualização histórica. (12)

Em outras palavras, Darcy Ribeiro nega o sentido unívoco do intercâmbio, seja ele qual for, já que para quem está no processo de aceleração evolutiva, intercâmbio terá um sentido de progresso social, preservando seu perfil étnico cultural e expandindo-se sobre outros povos na forma de macro-etnia; pelo contrário, para quem está no processo de atualização histórica, intercâmbio significa sofrer o impacto de sociedades mais desenvolvidas tecnicamente e ser por elas subjugado, perdendo sua autonomia e correndo o risco de ver traumatizada sua cultura e descharacterizado seu perfil étnico. (13)

¹¹ Cadernos do CEAS, Chance aos agricultores, nº 8, pág. 14.

¹² Darcy RIBEIRO, Configurações sociais dos povos americanos, pág. 10.

¹³ Um segundo exemplo, tirado diretamente de nossa experiência profissional e que poderia mostrar a mistificação do conceito de intercâmbio cultural, o temos observando o processo de formação dos professores das Universidades Brasileiras, pelo menos de muitas delas. Aqui, de novo, a invasão cultural esconde-se atrás do intercâmbio cultural. Aparentemente, o movimento de docentes que vão para o estrangeiro e vice-versa, realiza uma comunhão cultural entre entidades autônomas. Além disso, esse processo de intercâmbio parece constituir, aos poucos, uma civilização universal, cujos limites

Esse enfoque e esses exemplos de intercâmbios culturais ilustram perfeitamente a problemática e as teses de Darcy Ribeiro:

O grande dilema brasileiro de nossos dias está na opção que deve exercer entre a via da atualização histórica e a da aceleração evolutiva, no âmbito, agora, de uma nova revolução tecnológica em curso, a termonuclear. A primeira é a alternativa propugnada pela classe dominante e consiste na industrialização recolonizadora e na modernização regida pelas grandes corporações multinacionais. Representa, agora, o exercício do papel de consumidor de transistores, computadores, aparelhos eletrônicos, radar, etc., que perpetua sua condição neocolonial e sua subordinação aos interesses econômicos do sistema implantado na América do Norte. Esta nova atualização consolidaria, simultaneamente, a velha estrutura de poder, em seus conteúdos patronais e patriarcais e congelaria a estratificação social vigente com os privilégios que ela própria propicia à classe dominante. A segunda, correspondente à aceleração evolutiva, é o caminho da industrialização autônoma, da realização das potencialidades econômicas do País através da exploração intensiva dos recursos nacionais e da mobilização e integração na vida nacional das enormes reservas disponíveis de mão-de-obra. Sua adoção requer, porém, uma mudança revolucionária prévia da estrutura de poder, que retire as alavancas de decisão das mãos das classes dominantes que fracassaram, secularmente, em assegurar progresso generalizado a toda a população e em implantar um regime democrático, já que seu próprio projeto classista de prosperidade é incompatível com uma ampliação das bases sociais do sistema capaz de permitir a participação de todo um povo na riqueza que cria com seu trabalho e no exercício do poder. (14)

seriam os mesmos limites do mundo. Na realidade o que está acontecendo atualmente, sobretudo com relação aos Estados Unidos, é que lá se realiza um processo civilizatório de dominação enquanto aqui, no Brasil, se realiza uma sempre maior subjugação, ou seja, um processo de atualização histórica. Analizemos mais concretamente: a influência que os métodos e estruturas de ensino, por exemplo, exercem nas pessoas que lá se formam, cria nas nossas Universidades ou rede de ensino exigências técnico-estruturais que, a rigor, existem só nas pessoas que lá se formaram. Essas exigências criam dependências psicológica e econômica e tendem a concentrar as realizações mais sofisticadas (de atualização histórica) numa pequena classe para torná-las, de alguma forma, possíveis. Desta maneira, a distância entre uma pequena classe de atualização histórica, falsamente representando o País, e a massa do povo torna-se sempre maior, aumentando as contradições sociais.

¹⁴Darcy RIBEIRO, Teoria do Brasil, pág. 49.

Neste primeiro problema enfocou-se uma experiência educacional que está sendo realizada no Estado do Espírito Santo, um dos mais pobres Estados do Brasil. Trata-se de uma experiência dentro da América Latina. E justamente aqui, concluindo, lança-se uma questão: é essa uma experiência na América Latina ou uma experiência da América Latina?...

O autor desse trabalho participou dessa Experiência, mas há momentos em que nuvens de perplexidade ^{grau}passou pelo seu espírito. Há horas em que nos perguntamos, com desejo e com medo ao mesmo tempo, porque não nasceu ainda um novo estilo de filosofar, de educar na América Latina que seja da América Latina?... Sebe-se que todo pensar, todo agir nasce, no fundo, de um certo "ego"; mas qual é o "ego" da América Latina?...

Talvez a América Latina ainda tente se mascarar, se identificar com o "ego" do poder, o "ego" Europeu de conquistador, o "ego" do poder dos EE.UU. ou da Rússia, assim como um ser vo muitas vezes se identifica com o dono. Será que a América Latina tem vergonha do seu verdadeiro "ego", isto é, o do oprimido, do pobre, de quem teve uma história de colônia?

Acontece que, na melhor das hipóteses, a reflexão vinda de fora, também quando ela é muito benevolente e compreensiva - (como aconteceu, em raros casos, para o "ego" do Índio, do Africano, do Asiático), necessariamente transformará o "ego" Latino-Americano em objeto, jamais será um "ego". A palavra do "ego" Latino-Americano será somente aquela pronunciada por ele mesmo e originariamente dele. Não é esnobismo a valorização que está sendo dada à "Pedagogia do Oprimido" fora do Brasil; é que a palavra autêntica é sempre mais válida do que qualquer plágio.

Talvez a filosofia da libertação, a "Pedagogia do Oprimido" sejam as primeiras palavras deste Ego Latino-Americano, embora por certos aspectos, ainda informe. Na verdade, não se pode avançar muito além de um "talvez" (de uma hipótese) porque é difícil localizar a personalidade de Alguém que, por séculos e séculos, foi dominado de toda forma: suas reações, nestas condições, são imprevisíveis.

Por isso tudo, recela-se que também o MEPES possa tornar-se um belo discurso, de um outro "ego", ensaiado ao Latino-Americano para que ele o proclame como seu discurso educacio-

nal. O título do livro publicado pelas EFAs da Argentina é "Otra Escuela para a América Latina"; será ela também uma escola da América Latina?...

Em todo caso, espera-se que emergja, desta estrutura, um sistema novo, isto é, uma coordenação consciente de todos os que nela trabalham para que surja a palavra livre e libertadora. Quem sabe, a primeira palavra talvez seja a de uma destruição da História Educacional na América Latina para iniciarmos uma História Educacional da América Latina.

SEGUNDO PROBLEMA: O PROBLEMA ESTRUTURAL OU DA PARTICIPAÇÃO.

A) CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Um segundo problema que se apresenta ao analisar o MEPES é o problema estrutural. O marco teórico da Escola da Família Agrícola, conforme veio se formando ao longo de sua História, su gere um certo tipo de organização do poder, isto é, das decisões e das informações que está em contradição com a estrutura do MEPES conforme se expressa em seus Estatutos e em sua História. O marco teórico das Escolas da Família Agrícola coloca a responsabilidade dos Pais (agricultores) na base do processo educativo sendo a Assembléia Geral a estrutura fundamental de on de provém todo o poder decisional. Da Assembléia Geral sai a Jun ta Diretora na qual se encontra o Presidente. A Junta Diretora indica a Secretaria Executiva.

O esquema do MEPES segue um processo oposto: a Junta Di retora é o órgão máximo. A Junta Diretora é composta por pessoas físicas ou jurídicas que, de fato, foram escolhidas pelo Presidente. O Presidente é o próprio fundador que, na realidade, sustenta a própria Junta Diretora. Dir-se-ia que a pessoa do Pre sidente concentra todo o poder do Movimento.

Por influência e pressão do modelo teórico das EFAs e na esperança do MEPES encontrar maior apoio entre a população capixaba realizou-se respectivamente em 1975 e 1976 a Iª e IIª As sembléia Geral das EFAs que, porém, não tem lugar algum na Estrutura Jurídica do MEPES. A Assembléia é mais uma atividade de

doutrinação do que um autêntico exercício de poder por parte das bases. Após cerca de 10 anos de trabalho, o próprio fundador escreve:

Pensamos, portanto que, se de um lado é necessária uma ação educativa por parte dos operadores para que a representatividade dos Agricultores seja efetiva e as decisões sejam por eles assumidas conscientemente, faz-se igualmente necessário que a estrutura mesma do Movimento tome consciência desta nova realidade e encontre um lugar específico a ser entregue a estes grupos. São assim o MEPES permanecerá fiel a suas aspirações iniciais, educando à participação e entregando, gradativamente, a responsabilidade do Movimento às pessoas que se promoveram no exercício das atividades pelo MEPES mesmo promovidas.

Alguma experiência tem sido tentada pelo MEPES: o último Simpósio colocou entre os membros da Junta Diretora um representante dos Agricultores (Pai de aluno das EFAs) e um representante dos Operadores. Ao final do ano de 1975, na Iª Assêmbliã Geral de Pais dos alunos das EFAs, foi constituído o Conselho Geral das EFAs, formado com um agricultor representando cada uma das EFAs. É intenção, neste ano, na IIª Assemblêia Geral das EFAs (que se realizará a 9 e 10 de outubro), ampliar a participação das bases e, desta forma, ampliar a experiência democrática dentro do nosso Movimento. *

Forçoso é reconhecer que a participação destes Agricultores na responsabilidade direcional do Movimento corre o risco de ser demagógica, algumas vezes. De fato, a pouca disponibilidade de tempo, a relativamente escassa consciência dos problemas gerais do Movimento contribuem para que o agricultor acabe confirmando e assinando decisões tomadas por outros. (15)

O Senhor Presidente do MEPES, em sua colocação, manifesta muito receio diante do efetivo exercício da responsabilidade por parte da base (agricultores). Este receio contrasta com a indiscutibilidade ^{ver} da responsabilidade das famílias conforme está escrito no marco teórico da EFA (ver cap. IIº deste trabalho).

¹⁵ MEPES, Uma cultura nova para um mundo novo, documentário (mimeografado).

Além disso, o conceito de "participação" utilizado pelo Sr. Presidente do MEPES é justamente o conceito rejeitado pelo marco teórico das EFAs: a participação, através de representantes incorporados em estruturas alheias à classe, torna-se mistificação do exercício da responsabilidade.

Finalmente, pelo que se entende do marco teórico da EFA, a questão do exercício direto da responsabilidade dos agricultores não é discutível, sendo ela uma estrutura essencial da EFA: uma vez, portanto, que haja discussão sobre esse ponto, 'a priori' coloca-se fora do modelo EFA.

A análise do Sr. Presidente do MEPES, após a abordagem da participação das bases (= agricultores), passa a abordar a questão da participação dos 'operadores' (Monitores, administradores, etc.) do Movimento:

Relativamente à perspectiva administrativa, outro problema que se coloca é o da participação dos operadores. Num Movimento promocional como o nosso é necessário que se garanta um lugar à participação e criatividade para os que com ele se comprometam. É necessário que o operador perceba que não é um assalariado ou um funcionário chamado a desenvolver tarefas que lhe são impostas, mas, que, espontaneamente, se engaje no Movimento que lhe permite ampla possibilidade de desenvolvimento de sua criatividade profissional, juntamente com seus ideais. Somente assim se justifica o relativo pequeno salário com a magnitude das responsabilidades e a intensidade do compromisso.

Afirmado este princípio temos, porém, que encarar as consequências que poderiam ser negativas para o Movimento. O Movimento poderia passar, tranquilamente, às mãos dos Operadores, tornando-se, para os mais lúcidos, um instrumento para afirmação de idéias pessoais muitas vezes contraditórias à ideologia do Movimento. Então, não teríamos mais o MEPES. Faz-se necessário encontrar a justa medida, ou seja um caminho que permita participação dos operadores mas, garanta também a identidade própria do Movimento. Para tanto julgamos ser necessário uma mais ativa e mais integrada participação de todos os órgãos do Movimento: Junta Diretora, em 1ª linha... (16)

¹⁶ MEPES, Uma cultura nova para um mundo novo, documentário (Mimeografado).

B) TENTATIVA DE ANÁLISE

A contradição estrutural apresentada pode ser explicada analisando a Fundação da entidade, sua estruturação jurídica e seu relacionamento com os poderes públicos que a financiam.

- Fundação:

Outro ponto que proponho à reflexão do Simpósio é ligado à natureza do nosso Movimento. Ele nasceu como expressão de um pequeno grupo desejoso de ajudar ao nosso agricultor em sua promoção e quer tornar-se progressivamente base com as bases. Isto será conseguido com a ampliação da participação responsável das bases e nossas bases são os agricultores ligados à ação promocional do MEPES. (17)

Nestas expressões e numa atenta leitura do histórico, pa-rece-nos detectar certa concepção assistencialista e elitista de um lado e uma concepção do exercício democrático do poder através da representatividade formal dos grupos: o que é um agricultor dentro da Junta Diretora? O que significa isso, na realidade? É um exercício do poder das bases ou é uma justificativa do exercício de poder das elites?

- Estruturação Jurídica: Já foi dito que nos Estatutos do MEPES, desde sua primeira formulação até a atual, não surgiram modificações substanciais. Ora, os primeiros Estatutos foram redigidos pelo então Secretário Executivo da ACARES (Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo) que, evidentemente, os elaborou dentro da filosofia da entidade que ele administrava.

- Relacionamento com os Poderes Públicos do Estado: Atualmente (1976) os recursos do MEPES estão ligados essencialmente aos Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros) do Governo do Estado. A folha de pagamento mensal dos operadores do Movimento, no que diz respeito ao setor das Escolas é de Cr\$95.000,00 (noventa e cinco mil cruzeiros) no ano em curso de 1976. Em sua

¹⁷ MEPES, Uma cultura nova para um mundo novo, documentário (mimeografado).

política o MEPES, para as obras de infra-estrutura, apela para a ajuda internacional, mas, para a administração ordinária deve contar apenas com os recursos locais.

Na Junta Diretora, pelos últimos Estatutos do MEPES,⁽¹⁸⁾ está presente o "representante" das entidades convenientes, isto significa, o representante do governo, uma vez que o mesmo é no meado pelo Governador do Estado.

Concluindo, o MEPES está neste impasse: se ele for adotar a estrutura que a filosofia, metodologia e história das EFAs sugerem, com toda probabilidade não encontraria o apoio econômico de que precisa; se conservar a atual organização deve arcar com a contradição entre a sua estrutura e a estrutura professada pela iniciativa educacional que ele defende, isto é, pelo marco teórico das EFAs.

TERCEIRO PROBLEMA: O IMPASSE DA EXPANSÃO.

A) CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.

Pelo que vimos na descrição do modelo teórico da Escola-Família (vide histórico e Metodologia da EFA), estamos diante de uma experiência educacional, por hipótese, adequada ao meio rural. Seus objetivos, suas estruturas, sua metodologia, seu conteúdo, tudo foi pensado a partir e para o meio rural.

Trata-se de uma "outra escola", supostamente não alienada, inserida na comunidade local.

Em segundo lugar, a partir do histórico das Escolas da Família Agrícola e das intenções dos operadores e dirigentes do MEPES, podemos legitimamente deduzir que esta experiência tem uma insofismável tendência para a expansão: a rigor, ela pretende ser uma alternativa válida ao sistema tradicional de ensino do meio rural.

Essas são as intenções.

¹⁸Veja, em anexo, documento nº 5, pág. 129.

Os fatos podem ser entrevistados neste quadro geral. (19)

ESCOLAS FAMÍLIAS / ANOS	69	70	71	72	73	74	75	76
Alfredo Chaves	26	40	34	33	29	57	48	33*
Rio Novo do Sul	20	37	41	39	43	32	54	46
Campinho (Iconha)	-	-	23	33	36	35	41	29
Olivânia (Anchieta)	27	46	43	46	31	14	21	30*
Iconha (Ecn.Domest)	-	-	40	51	34	32	47	42
Bley (S.G.da Palha)	-	-	-	24	37	38	44	56
Jaguaré (S.Mateus)	-	-	-	26	45	36	62	32*
Km-41 (Econ.Domest)	-	-	-	26	40	44	60	52
TOTAIS				278	295	288	377	320

Analisando esses dados, duas observações podem ser levantadas:

a - Do ano de 1969 a 1972 houve a expansão das Escolas, sendo que 3 escolas foram inauguradas em 1969, mais duas em 1971 e mais três em 1972. De 1973 para cá, isto é, nestes últimos quatro anos não houve expansão.

b - O número total de alunos matriculados, no ano letivo de 1976 é de 320.

O marco teórico da Escola põe um limite máximo de 20 a 25 alunos por turma, isto significa, cerca de 60 a 75 alunos por escola. Dentro da metodologia do ambiente educativo, este teto máximo significa uma limitação numérica para evitar turmas demasiado grandes e, portanto, dificultar um processo de formação e aprendizagem que se baseia numa dinâmica de grupo "familiar". Acontece que, multiplicando os 60 a 75 alunos permitidos pela orientação metodológica, pelas oito escolas, daria um total geral de 480 a 600 alunos. Mas, o número real é de 320, isto é, bem abaixo do permitido pela metodologia do ambiente educativo. Essa observação é reforçada pela constante preocupação da Secretaria Executiva do MEPES, expressa em muitos documentos, sobre o problema da escassez do recrutamento, até o ponto de sugere

¹⁹MEPES, Uma cultura nova para um mundo novo, documentário (mimeografado).

rir à II Assembléia geral das EFAs, realizada em outubro de 1976, justamente o tema do Recrutamento como sendo um problema sério e vital das Escolas: "Objetivos específicos da IIª Assembléia Geral das EFAs: Estudar o problema de expansão da idéia da EFA no meio Rural para traçar uma estratégia eficaz de recrutamento" . (20).

Reforçando ainda mais esta colocação, através de depoimentos dos monitores da EFA, sabemos da dificuldade que a maioria das Escolas têm (salvo alguns raros casos) para angariar alunos para as Escolas, de forma que, ao iniciar o ano letivo, os monitores se vêem obrigados a bater de porta em porta para juntar um mínimo de alunos e assim formar um "quorum" por turma suficiente para o funcionamento da Escola.

Note-se que as Escolas de Alfredo Chaves, Olivânia e Jaguaré mal chegam a uma média de 10 alunos por ano.

B) TENTATIVA DE ANÁLISE.

Primeiramente pode-se afastar a hipótese de que essa escassez de matrículas seja resultado da escassez de população em idade e necessidade escolar, porque, do levantamento realizado pelo MEPES, em vista da IIª Assembléia Geral, nas comunidades ao redor das Escolas, para verificar o número de rapazes e moças em idade e necessidade da EFA, resultou que o número de população potencial para as Escolas é muito grande. Veja-se, a título de exemplo, a tabela do levantamento da Escola Olivânia:

²⁰MEPES, Planejamento da IIª Assembléia Geral (mimeografado).

RESULTADO DO LEVANTAMENTO 1976 (21)

COMUNIDADES	JOVENS	
	MASCULINO	FEMININO
Olivânia	20	17
São Miguel	09	21
Alto S. Miguel	10	12
Independência	16	05
Ladeira do Felix	19	12
Rio Grande	11	08
São João de Jaboti	24	13
Pau D'Óleo	16	02
Buenos Aires	19	13
Rio Calçado	16	-
Santana	08	05
Água Surda	04	04
Rio da Prata	03	-
Duas Barras	44	21
Total	219	133

Outras hipóteses levantadas, que explicariam esse fenômeno-problema, foram:

- O despreparo do pessoal docente;
- e a má vontade dos agricultores na formação de seus filhos.

Quanto à hipótese do despreparo do pessoal docente das EFAs, parece pouco viável se considerarmos que, na realidade, eles não são menos preparados do que os demais docentes da área.

A segunda hipótese, a nosso ver, deverá ser analisada com maior cautela, porque parece que a EFA se encontra neste dilema: para os pais que temem a escolarização por ser um meio de êxodo do seu filho da lavoura e portanto causa de perda de mão de obra, a EFA é temida porque ela dá o diploma de 1º grau e prepara nas disciplinas de cultura geral o suficiente para permitir a continuação da escolaridade; para os pais que desejam a

²¹MEPES, Levantamento da população em idade e necessidade da Escola, (mi meografado).

saída do filho da lavoura, a EFA é sim um meio útil, porém não tão adequado como o ginásio tradicional, por ser a EFA uma Escola diferente cuja metodologia insiste muito na alternância, na realidade local (Plano de Estudo) o que, evidentemente, não serve ao objetivo desejado. Portanto, a EFA recolheria o pessoal que de certa forma quer sair do campo e infelizmente não tem acesso ao ginásio tradicional.

Concluindo: esse é um problema de extrema gravidade e me recedor de uma pesquisa tecnicamente bem conduzida afim de que se possam ter respostas mais exatas. Em todo caso, as pistas de explicação variam de: a situação de marginalização sócio-econômica que a educação ocupa no contexto brasileiro e, mais ainda, no interior do Brasil; a não concordância entre o objetivo da EFA, em seu modelo teórico, e o objetivo da Escola da rede oficial. Essas conclusões-hipóteses serão retomadas mais adiante.

Quanto ao aspecto da não abertura de novas escolas nestes quatro anos, as pistas explicativas deverão ser encontradas:

- nas razões da dificuldade de recrutamento das EFAs já existentes;
- no contexto sócio-político-econômico que analisaremos no último problema.

QUARTO PROBLEMA: O DILEMA METODOLÓGICO. CURRÍCULO OFICIAL OU PLANO DE ESTUDO?

A) CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.

O primeiro fato-problema registrado em termos de metodologia da Escola Família Agrícola é o desânimo existente a respeito do Plano de Estudo e do Caderno da Propriedade entre os alunos e os próprios monitores. Esse desânimo chega, muitas vezes, a ser verdadeira rejeição daquilo que, por definição do marco teórico da EFA, constitui justamente sua especificidade metodológica:

"Em 1972, o MEPES fez um estudo muito interessante sobre o melhor e o pior Plano de Estudo em cada EFA. Em 1976 nos encontramos com muito desânimo". Esta opinião foi registrada por

dois técnicos em Escola-Família que recém-visitaram as Escolas do MEPES. O documento é ainda manuscrito e será publicado pelo MEPES para uso interno.

A problemática se aprofunda a partir da análise dos objetivos específicos do P.E. Em vez de apreendermos os objetivos específicos através do marco teórico tentaremos induzí-los pelas definições dos próprios alunos:

- "O P.E. é uma pesquisa que se faz junto com a Família para ver a situação da realidade em que vivemos;
- "O P.E.: aumentar nossa comunicação com a família - fazer uma análise de realidade e estudar maneiras de fazer modificações - realizar troca de experiência;
- "Tudo que se dá no Plano de Estudo é para conhecer as nossas técnicas que nossos pais usam. E para saber o que acontece na nossa propriedade se está havendo melhora ou piora";
- "O Plano de Estudo serve para saber como está correndo a coisa na minha propriedade e dar uma comunicação na família";
- "O Plano de Estudo serve para aprender coisas sobre a propriedade";
- "Serve para comunicar com os pais e irmãos sobre como fazer na propriedade para ter mais lucro;
- "O Plano de Estudo serve para dar o desenvolvimento dos alunos e estudar algumas técnicas que nossos pais não conhecem". (22)

Paramos por aqui a lista das opiniões dos alunos sobre o que seja e para que serve o Plano de Estudo. Pelas respostas deles e pelas definições do marco-teórico, parece que os conceitos dos alunos são suficientemente claros: O P.E. é um instrumento de comunicação com a família para uma análise de sua realidade em vista de uma melhoria técnica.

No entanto, num encontro de reciclagem com um grupo de Monitores, realizado no Centro de Formação de 18 a 23 de agosto de 1975, recolhemos as seguintes informações. O grupo foi convidado a expor os problemas mais sentidos por eles nas Escolas. Após um trabalho em pequenos grupos, surgiram as seguintes dificuldades:

²²MEPES, Levantamento de opiniões, junto aos alunos, sobre a função do Plano de Estudo, (mimeografado).

- Dar gramática (aula com estudo de textos, 3º ano);
- P.E. desligado das aulas - Não aceitação do P.E. por parte dos alunos;
- Falta de livros nas Escolas;
- Falta de material didático;
- Falta de acompanhamento por parte do CF;
- Dúvidas no que se ensina. Falta de Objetivos do P.E.;
- Individualismo dos monitores na preparação das aulas;
- Aulas expositivas sem trabalho de grupos;
- Falta de programa de curso. Falta de P.E.;
- Falta de tempo numa sessão;
- Não adaptação do trabalho comunitário ao P.E.;
- Aluno-problema;
- Dificuldade na elaboração das aulas;
- Dificuldade na adaptação ao método da EFA;
- Metodologia para trabalhar textos;
- Redação do P.E.;
- Falta de Programação geral;
- Falta de aceitação do P.E.

Como podemos observar, direta ou indiretamente, os problemas todos têm alguma coisa a que ver com o Plano de Estudo, o método que caracteriza a EFA.

Num segundo documento, que foi a conclusão de mais um encontro de reciclagem com um novo grupo de Monitores de todas as EFAs e realizado no Centro de Formação de 14 a 20 de março de 1976, podemos ler:

quanto à metodologia, existem muitas dificuldades por falta de esclarecimento para os monitores sobre os objetivos e validade dos métodos usados na EFA; muita preocupação com o currículo e carga horária, não sabendo, os monitores, a que dar mais importância. Consideram que a EFA está perdendo suas características, está se tornando um ginásio. Apesar disso e apesar também da falta de material didático, algumas equipes estão tentando levar à frente o Plano de Estudo. (23)

B) TENTATIVA DE ANÁLISE.

Existem várias hipóteses que tentam explicar o fato da perda da especificidade metodológica por parte da EFA:

a) Falta de esclarecimento para os monitores sobre os objetivos e validade dos métodos usados na EFA.

Esta hipótese parece não convencer muito pelo seguinte: a carga horária do Curso de Formação para Monitores, na área de Metodologia da EFA, é muito grande. Os próprios alunos têm uma suficiente clareza do que seja e para que serve o Plano de Estudo.

b) Muita preocupação com o currículo (oficial) e carga horária, não sabendo a que dar mais importância. A EFA está perdendo sua característica e se tornando um ginásio.

Creemos que esta segunda hipótese tenha maior chance de explicar o nosso problema.

Pelo que transparece no histórico da Escola-Família, sobre tudo analisando sua fundação e portanto sua idéia inspiradora, os objetivos dessa Escola visam, através da técnica da lavoura e de um novo espírito de classe, criar uma "outra" escola.

O objetivo inicial das Escolas-Família foi de elaborar um meio de educação do meio rural e para o meio rural. A escola foi e deve ser uma escola para os agricultores, para aqueles que exerçam a profissão de agricultores e que estejam interessados em mudar alguma coisa da realidade que eles vivem: "O mundo rural poderá chegar a possuir, um dia, uma escola verdadeiramente dele". (24)

Desde as primeiras Escolas-Família, o objetivo não foi de melhorar a escola tradicional, mas sim, criar uma outra escola:

para este vinho novo que eu já senti fermentar é preciso criar novos barris. É preciso, sem titubear, ser revolucionário (...) é preciso que eu seja obrigado a me afastar dos atalhos batidos pelas leis escolares. (25)

²⁴ Abbé GRANEREAU, Le livre de Lauzun, pág. 25.

²⁵ Ibidem, pág. 26.

Em Serignac-Péboudou os agricultores perceberam com muita clareza que a escola não era uma escola como as outras: "De fato é algo de novo e de extremamente interessante". (26)

Também no MEPES o objetivo inicial foi a criação de uma escola do campo e para o campo e para isso percebeu-se logo que devia encontrar uma fórmula original: "devia-se dar prioridade absoluta à educação numa forma não tradicional". (27) A agricultura e o técnico agrícola tinham um lugar de primeira importância.

No entanto, numa exposição de um educador, durante o IIº Simpósio do MEPES, em setembro de 1976, podemos ouvir:

os técnicos agrícolas (a problemática rural) tinham mais chances nas EFAs e no MEPES no início do que agora. Porque está acontecendo isso? Os técnicos deixaram o MEPES só por causa do salário ou por motivos psicológicos? A Escola deverá ser muito aderente à realidade (Plano de Estudo) ou fazer um currículo oficial (ginásio) no qual a realidade passa em segundo lugar? (28)

O êxodo rural dos técnicos-agrícolas e sua progressiva diminuição é um fato. A tendência da Escola-Família para ser um ginásio, também é um fato. Tudo isso acontece contra as intenções explícitas do Movimento.

Existe mais um aspecto a ser levantado para a reflexão: os melhores Planos de Estudo realizados pelo MEPES, conforme o parecer de técnicos em Metodologia da EFA, foram os da área de estudos Sociais e não os da área técnico-agrícola (estudos especiais).

Evidentemente, este problema, assim como os demais, precisa de uma pesquisa tecnicamente bem equipada, a fim de que as respostas tenham uma documentação objetiva muito maior.

Em todo caso avançamos um certo tipo de resposta que de verá, dentro da natureza deste trabalho, ter caráter de hipótese:

²⁶ Abbé GRANEREAU, Le livre de Lauzun, pág. 69.

²⁷ Cadernos do CEAS, Chance aos agricultores, ibidem, pág. 4.

²⁸ MEPES, Uma cultura nova para um mundo novo, documentário (mimeografado).

Em Serignac-Péboudou os agricultores perceberam com muita clareza que a escola não era uma escola como as outras: "De fato é algo de novo e de extremamente interessante". (26)

Também no MEPES o objetivo inicial foi a criação de uma escola do campo e para o campo e para isso percebeu-se logo que devia encontrar uma fórmula original: "devia-se dar prioridade absoluta à educação numa forma não tradicional". (27) A agricultura e o técnico agrícola tinham um lugar de primeira importância.

No entanto, numa exposição de um educador, durante o IIº Simpósio do MEPES, em setembro de 1976, podemos ouvir:

os técnicos agrícolas (a problemática rural) tinham mais chances nas EFAs e no MEPES no início do que agora. Porque está acontecendo isso? Os técnicos deixaram o MEPES só por causa do salário ou por motivos psicológicos? A Escola deverá ser muito aderente à realidade (Plano de Estudo) ou fazer um currículo oficial (ginásio) no qual a realidade passa em segundo lugar? (28)

O êxodo rural dos técnicos-agrícolas e sua progressiva diminuição é um fato. A tendência da Escola-Família para ser um ginásio, também é um fato. Tudo isso acontece contra as intenções explícitas do Movimento.

Existe mais um aspecto a ser levantado para a reflexão: os melhores Planos de Estudo realizados pelo MEPES, conforme o parecer de técnicos em Metodologia da EFA, foram os da área de estudos Sociais e não os da área técnico-agrícola (estudos especiais).

Evidentemente, este problema, assim como os demais, precisa de uma pesquisa tecnicamente bem equipada, a fim de que as respostas tenham uma documentação objetiva muito maior.

Em todo caso avançamos um certo tipo de resposta que de verá, dentro da natureza deste trabalho, ter caráter de hipótese:

²⁶ Abbé GRANEREAU, Le livre de Lauzun, pág. 69.

²⁷ Cadernos do CEAS, Chance aos agricultores, ibidem, pág. 4.

²⁸ MEPES, Uma cultura nova para um mundo novo, documentário (mimeografado).

Havendo uma divergência entre os objetivos reais do processo de escolarização oficial e os objetivos reais do marco teórico da EFA, a EFA do MEPES estará neste dilema: se tomar o caminho de uma análise (Plano de Estudo) social, bem aderente à realidade, tecnicamente possível, irá ao encontro da repressão por parte da Sociedade capitalista com consequente corte de verbas. De fato, essa análise leva a desvendar as contradições objetivas do sistema capitalista. Neste caso, a EFA encontrará também a rejeição dos agricultores que não visam criticar o sistema capitalista, e sim ascender na escala social precisando, portanto, do sistema escolar tradicional (ginásio).

Se a EFA enveredar pelo caminho técnico-agrícola, não encontrará repressão, porém encontrará desinteresse por parte dos jovens por estar o meio rural marginalizado no contexto econômico global de produção, sobretudo em se tratando de pequenos agricultores, meeiros e assalariados.

Dai se explica a tendência para uma metodologia tradicional (ginásio) que, apesar de ser mais alienada, é meio de ascensão social e de êxodo rural.

QUINTO PROBLEMA: O SENTIDO DO CENTRO DE FORMAÇÃO. FILOSOFIA OU IDEOLOGIA DA EDUCAÇÃO?

A) CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.

Sintetizamos o problema numa questão fundamental: o Centro de Formação é um momento de mediação entre um objetivo Geral (= promoção do homem do campo) e sua aplicação prática (= objetivos específicos, métodos, iniciativas) ou é apenas um centro de treinamento onde se prepara o pessoal dentro de uma ideologia e metodologia já elaboradas e estruturadas? É um momento de busca (e portanto de desordem) ou apenas um momento de aplicação e aprendizagem?

Na 1.^a hipótese existe a vantagem de um Centro aberto e à procura de sempre novos caminhos; existe porém a desvantagem de uma indefinição no processo educativo, o que não aconteceria na 2.^a hipótese.

Adiantamos desde já que o MEPES já respondeu a esta questão prática e juridicamente.

Praticamente, porque o CF de fato nada mais é que um centro de formação e reciclagem dentro da ideologia da EFA; juridicamente, porque a Junta Diretora já decidiu, para 1977, que o Centro de Formação e Reflexão (C.F.R.) se chamará Centro de Formação de Pessoal (C.F.P.) sendo esse um órgão em nível gerencial, isto é, sob a direta responsabilidade da Secretaria Executiva (29). Para suprir a falta de um órgão de Pesquisa, foi proposta a criação de um Grupo de Reflexão, como assessor à Presidência. Esse grupo, porém, não encontrou ainda condições de funcionamento.

B) TENTATIVA DE ANÁLISE.

A iniciativa do MEPES partiu de um grupo de pessoas de variada formação profissional (padres, sociólogos, líderes políticos, educadores, etc.) que se uniram ao redor de uma atitude fundamental e de uma opção, isto é, todos visavam promover o homem numa certa área geográfica e todos o queriam através da educação tomada em seu mais amplo sentido. Por isso se explica a sigla MEPES: Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo.

Mas, o que seria mais exatamente educação? Eis o primeiro problema que emergiu daquele grupo ao mesmo tempo homogêneo e heterogêneo. Uma coisa parecia certa: a rejeição de certa concepção de educação que simbolicamente se identificava com o "pedagogo" ou "o professor tradicional", trabalhando nas instituições escolares que conhecemos. "Pedagogo", num grupo de profissionais como os citados acima, chegava a ser expressão um tanto pejorativa. O que era afinal, um pedagogo? Era um homem grande (ou mulher) que cuidava de crianças. A Educação não era rejeitada, a pedagogia sim! Interessante (ou irônico) notar como, apesar de uma opção para a área educacional, o que vinha a ser rejeitado era justamente o "especialista" em educação. Na equipe

²⁹Veja, em anexo, documento nº 6, pág. 134.

houve um conflito entre os especialistas (sobretudo os sociólogos, juristas, psicólogos, economistas) e os "genéricos" (pais e líderes locais): os primeiros insistiam numa ação específica e aprofundada (evidentemente dentro da área de cada um) e os segundos insistiam numa ação plurivalente, que abrangesse o setor da saúde, escolas, cooperativas, pequenas indústrias, centros de reflexão, etc... O elemento que resolveu o impasse foi determinado pelos agricultores locais que viam a necessidade concreta e imediata de Escolas para seus filhos e a concordância da equipe foi alcançada a partir da proposta de um novo tipo de escola que anulou a rejeição contra as escolas tradicionais. Enfim, em se tratando de uma escola diferente, então ótimo!

Foi assim que se decidiu pela implantação das EFAs.

Creemos que esta primeira solução, no fundo, escondia um outro equívoco que logo viria emergir: cada um viu na EFA a resposta à sua redução teórica defendida:

a) o pedagogo viu finalmente a pedagogia triunfar;

b) os sociólogos viram, no novo tipo de escola, triunfar a sociologia e, através do aluno e da escola, se propunha desenvolver as comunidades com métodos e critérios sugeridos pela literatura sociológica;

c) os psicólogos também, a partir dum novo tipo de internato (alternância), viram o triunfo da psicologia;

d) os pais e políticos viram, no novo tipo de escola, a fonte de múltiplas iniciativas: cooperativas, associações de tratores, fundação de postos de saúde;

e) os economistas viram no novo tipo de escola a solução econômica para a região.

Deste momento em diante a EFA se tornou a arena de novas batalhas, novos equívocos, novas flutuações. Todos eram Educadores, mas, no fundo, cada um entendia a educação à sua maneira.

Passaram pelas escolas várias ondas: a onda da sociologia (a mais forte), a onda da psicologia, a do direito, a da economia e até, a partir de pessoas que trabalhavam junto à Secretaria da Educação, a onda da Administração Escolar. Cada uma via a solução no aprofundamento de sua especialização.

Aos poucos ia emergindo uma solução. O MEPES precisa de um centro de reflexão que catalize o movimento e seja foco de reflexão para, sem apriorismos, forjar as soluções a partir de sua própria realidade. Por isso se decidiu fundar o CFR (Centro de Formação e Reflexão). Note-se que o específico e o resultado dessas flutuações está na última letra, isto é, reflexão(R). Isto significa que se decidiu optar para uma atitude de filosofia da educação. (30)

Evidentemente, ao fundar o CFR, nem tudo era claro: intuía-se, porém, a necessidade de libertar o movimento de tantas flutuações pré-críticas e vindas de fora que acabavam esgotando o movimento e alienando-o da problemática concreta.

O Movimento conscientizou-se de que era preciso refletir a partir da realidade, profundamente, sem esquecer elementos significativos. Contudo, logo emergiu o problema da confusão entre filosofia da educação e ideologia.

Para os padres, filosofia da educação significava um humanismo cristão, aquela visão do homem integral (Maritain e Paulo VI). Para os especialistas em Escolas-Família, filosofia da educação era nada mais que a fundamentação teórica (sócio-psicológica) das mesmas estruturas didáticas (Alternância, Plano de Estudo, internato, participação dos pais, caderno da Propriedade). Para outros, era o materialismo dialético e, para outros ainda, a Moral e Cívica.

Afinal, qual deveria ser a filosofia (ideologia) do Movimento? O problema das flutuações estaria apenas deslocado?

Evidentemente, pelas opções que o MEPES fez, isto é, de transformar o Centro de Formação e Reflexão em Centro de Formação de Pessoal, significa que não conseguiu enveredar por uma autêntica filosofia da Educação Latino Americana, e sim apenas introduzir de fora uma ideologia Educacional, no caso, a ideologia educacional da fórmula francesa de Escola-Família.

A questão da filosofia da Educação da América Latina e não apenas na América Latina, nos envia ao primeiro problema, ou

³⁰ Para o conceito de Filosofia e Ideologia da Educação, veja o estudo de Dermeval SAVIANI, Educação Brasileira: Estrutura e sistema, op. cit.

O MEPES, além disso, preocupou-se sempre no sentido de que o número de homens, entre o total dos docentes, não fosse inferior ao número das mulheres.

No entanto, está acontecendo justamente o contrário: o número de técnicos agrícolas está diminuindo a cada ano e a porcentagem das normalistas (mulheres) está aumentando cada vez mais.

Na turma de formandos do ano de 1975, entre 15 alunos havia quatro técnicos agrícolas e um total de 6 homens. Ao finalizar o curso, 2 técnicos se afastaram; os demais permaneceram apenas porque não lograram obter aprovação no concurso da ACARES (Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo).

Na turma de 1976, num total de 14 alunos, há um só técnico e 4 rapazes ao todo, sendo que 2 deles têm o colegial científico e 1 ainda não completou o IIº Grau, esperando fazê-lo através do exame do Supletivo.

Já se fez referência às queixas de um relator no IIº Simpósio:

Os técnicos agrícolas tinham mais chances nas EFAs do MEPES no início do que agora. Porque está acontecendo isso? Os técnicos deixaram o MEPES só por causa do salário ou por motivos psicológicos? (32)

Além da fuga dos técnicos agrícolas e do elemento masculino em geral, existe também a fuga do técnico de nível superior: eles entram no MEPES por um certo período mas após dois anos, no máximo, abandonam o Movimento.

B) TENTATIVA DE ANÁLISE.

As discussões acerca das causas desse fenômeno-problema, oscilam entre o fator econômico e o fator psicológico.

A nosso ver, tanto a hipótese de que o pessoal técnico se afastaria por razões econômicas, como também a hipótese de

³² MEPES, Uma cultura nova para um mundo novo, documentário (mimeografado).

que o afastamento seria determinado por fatores psicológicos, precisam ser esclarecidas.

Os técnicos agrícolas que trabalham no MEPES deixam essa instituição para entrarem, na quase total maioria dos casos na ACARES (Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo) onde os salários são de duas a três vezes maiores do que no MEPES. Essa constatação se torna o argumento base dos que afirmam que o fenômeno-problema do afastamento do pessoal técnico é causado pelo baixo salário do MEPES.

A segunda hipótese explicativa, isto é, a que se baseia nas razões psicológicas, responde observando que na ACARES acontece o mesmo fenômeno-problema, ou seja, lá também o êxodo do pessoal técnico é grande (até maior do que no MEPES) e a permanência de boa parte dos operadores é, em média, de dois anos. Se o MEPES, portanto, aumentasse o salário de seus técnicos até poder competir com o salário da ACARES, hipótese extremamente inviável para uma entidade promocional como o MEPES, com isto não solucionaria o problema em pauta. A razão verdadeira, portanto, é psicológica, no sentido dos técnicos agrícolas não se encaixam num tipo de trabalho que o MEPES caracterizou por demais como sendo pedagógico, marginalizando, desta forma, a função e a pessoa do técnico agrícola.

No entanto, todo técnico agrícola que sai do MEPES afirma que o faz unicamente por razões econômicas, e o faz com grande pesar já que o espírito do MEPES, de certa forma, o tinha cativado. Nós mesmos presenciemos cenas de despedidas que comprovariam essa afirmação. Existe, inclusive, a coincidência de que o êxodo dos técnicos-agrícolas do MEPES, assim como dos da ACARES, é determinado pelo salário, já que os técnicos da ACARES saem para as empresas particulares onde o salário é de novo maior.

Concluindo, tentaríamos uma resposta neste sentido: a causa do êxodo dos técnicos deve ser localizada no ÉTHOS capitalista que se caracteriza basicamente pelo consumo, concorrência e progressiva concentração dos capitais-meios de produção.

Este "ethos capitalista" funciona universalmente, tanto no MEPES como na ACARES e nas empresas particulares em forma de funil. Ora, se a hipótese da razão psicológica se modificasse no sentido de significar justamente esse "Éthos capitalista",

realmente ela tem seu sentido.

Doutro lado, é fácil perceber que a base que gera e defende o éthos capitalista é constituída pelas relações de produção econômica capitalista, no sentido de o éthos ser gerado pelo sistema econômico-capitalista e o sistema, por sua vez, ser defendido e possibilitado por esse ethos.

Esse esquema, inclusive, explica o porque das "cortinas" de "bambú ou de ferro", já que o éthos capitalista desencana nas pessoas um processo que as impele a um consumo sempre maior.

Restará, então, a questão de como o MEPES poderia, sendo ele um micro-sistema dentro de um macro-sistema econômico capitalista, se imunizar contra esse ethos capitalista.

SÉTIMO PROBLEMA: O PROBLEMA FINANCEIRO E A QUESTÃO DA AJUDA.

A) CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Em termos de dados, restringe-se essa documentação ao triênio de 1973, 1974 e 1975.

O MEPES, para suas atividades, procurou recursos nas áreas local, estadual, nacional e internacional. (33)

1. Recursos Locais. As primeiras a serem convidadas para participar financeiramente, foram as comunidades locais onde a Escola seria construída. Geralmente acontece que, na fase de construção do prédio escolar, a contribuição das forças locais é grande. Todas as Escolas-Família nascem desta maneira.

As comunidades locais aceitam generosamente o convite para uma colaboração extraordinária, atraídas pela novidade da Escola. Em seguida, porém, salvo em alguns casos, não assumem o acompanhamento e a manutenção da Escola.

³³ Os dados que aqui transcrevemos, inclusive conservando certo estilo e observações, foram extraídos do discurso pronunciado pelo Sr. Secretário Executivo do MEPES, no 11º Simpósio realizado em Vitória a 21-25 de setembro de 1976 (mimeografado).

Nesta fase inicial de construção, a Escola conta também com uma contribuição, embora modesta, por parte das Prefeituras.

Para a manutenção das Escolas, a contribuição das administrações municipais foi diminuindo no decorrer do tempo.

Em 1975 apenas três das sete prefeituras interessadas colocaram em seu orçamento uma verba para as Escolas-Família: duas delas efetivamente liberaram a verba, a terceira não o fêz.

As contribuições foram respectivamente de Cr\$ 500,00 e Cr\$ 400,00 mensais: "As demais administrações parecem ignorar nossa presença e nosso trabalho dentro de seus municípios, embora as EFAs atuem em setores de grande interesse social". (34)

Os pais dos alunos contribuem com a taxa de alimentação, calculada, em algumas Escolas, dividindo, sessão por sessão, a despesa total pelo número dos alunos; em outras Escolas prefere-se fixar uma taxa média para o ano inteiro ou reajustada periodicamente:

Para se ter uma idéia do que significa isso comparado ao custo global duma escola basta dizer que neste ano na Escola-Família de Alfredo Chaves a entrada anual da taxa de alimentação dos alunos, suposto que paguem todos em dia, o que raramente acontece, corresponde a 17-18% do que o Movimento gasta com os salários dos monitores, da cozinheira e do tomador de conta da propriedade da mesma escola. (35)

2. Recursos Estaduais. A maior contribuição vem do governo estadual. Os convênios celebrados, no decorrer dos anos, tiveram razoáveis reajustes:

Podemos dizer que esta é a fonte de maior segurança, embora a assinatura do convênio é demorada e lenta a liberação das parcelas.

Em 1976 o Convênio foi do valor de Cr\$... 900.000,00 correspondente a cerca de 60% do que o MEPES gasta anualmente com os salários dos operadores no setor da educação, excluindo, portanto, o setor de saúde.

Durante estes anos a ligação com o Estado

34 MEPES, IIº Simpósio, ibidem (mimeografado).

35 MEPES, IIº Simpósio, ibidem (mimeografado).

Nesta fase inicial de ~~criação~~ a escola conta também com uma contribuição, embora ~~menor~~ ~~em~~ parte das Prefeituras.

Para a manutenção ~~das escolas~~ a contribuição das administrações municipais foi ~~diminuída~~ ~~de~~ decorrer do tempo.

Em 1975 apenas ~~três~~ ~~de~~ ~~seis~~ prefeituras interessadas colocaram em seu orçamento ~~uma~~ ~~verba~~ para as Escolas-Família: duas delas efetivamente ~~liberam~~ ~~a~~ ~~verba~~, a terceira não o fez.

As contribuições foram respectivamente de Cr\$ 500,00 e Cr\$ 400,00 mensais: "As demais administrações parecem ignorar nossa presença e nosso trabalho dentro de seus municípios, embora as EFAs atuem em setores de grande interesse social". (34)

Os pais dos alunos contribuem com a taxa de alimentação, calculada, em algumas Escolas, dividindo, ~~sessão por sessão~~ a despesa total pelo número dos alunos; em outras Escolas ~~preferem~~ -se fixar uma taxa média para o ano inteiro ~~ou reajustada~~ ~~sempre~~ dicamente:

Para se ter uma idéia do que ~~significa~~ ~~isso~~ comparado ao custo global ~~duma~~ ~~escola~~ ~~deveria~~ dizer que neste ano na Escola-Família ~~de~~ ~~Frederico~~ ~~Chaves~~ a entrada anual ~~de~~ taxa ~~de~~ ~~alimentação~~ dos alunos, suposto ~~que~~ ~~fossem~~ ~~pagos~~ ~~em~~ ~~dia~~, o que raramente acontece, responde a 17-18% do que o Movimento ~~gasta~~ com os salários dos monitores, ~~de~~ ~~material~~ ~~de~~ ~~escritório~~ e do tomador de conta da ~~escola~~ ~~mesma~~ escola. (35)

2. Recursos Estaduais. A maior ~~contribuição~~ ~~vem~~ ~~do~~ ~~governo~~ ~~estadual~~. Os convênios celebrados, ~~no~~ ~~âmbito~~ ~~do~~ ~~governo~~ ~~estadual~~, tiveram razoáveis reajustes:

Podemos dizer que esta é a fonte ~~de~~ ~~segurança~~, embora a assinatura ~~do~~ ~~convênio~~ ~~é~~ ~~demorada~~ ~~e~~ ~~lenta~~ a liberação ~~da~~ ~~verba~~ ~~do~~ ~~convênio~~. Em 1976 o Convênio foi do valor ~~de~~ ~~900.000,00~~ correspondente a cerca ~~de~~ ~~10%~~ ~~do~~ ~~que~~ ~~o~~ ~~MEPES~~ ~~gasta~~ ~~anualmente~~ ~~com~~ ~~os~~ ~~salários~~ ~~dos~~ ~~operadores~~ ~~no~~ ~~setor~~ ~~da~~ ~~saúde~~, incluindo, portanto, o setor de ~~saúde~~. Durante estes anos a ligação ~~com~~ ~~o~~ ~~governo~~ ~~estadual~~

34. MEPES, IIº Simpósio, ibidem (mimeografado).

35. MEPES, IIº Simpósio, ibidem (mimeografado).

efetuou-se através de órgãos diferentes: Secretaria da Educação, Secretaria da Agricultura, Secretaria do Bem Estar Social. Isto nos preocupa um pouco: está o MEPES prestando um serviço útil ou somos um peso que passa dos ombros de um para os ombros de outros? Qual o órgão competente para nosso relacionamento com o Estado? Será que o Estado vai continuar apoiando, garantindo sua contribuição reajustada pelo menos da inflação? Faz uns 15 dias, num encontro muito cordial e franco com o Sr. Secretário de Estado, demonstrava-se ele bastante cético sobre a possibilidade do reajuste para 1977; aliás, sua dúvida chegava até a insinuar a possibilidade de um corte ou mesmo o fim da contribuição.

.....

Aos homens do governo nós dizemos que o MEPES está disponível. Seria pena que uma iniciativa pioneira, uma carga maravilhosa de recursos humanos morresse por asfixia. (36)

3. Recursos Nacionais. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) colabora com o prédio e a propriedade de Olivânia em Anchieta, onde está funcionando o 2º grau. O convênio em valor não é grande, mas até agora foi constante.

Programa Intensivo de Preparação da Mão de Obra (PIPMO): essa entidade permite a realização de cursos profissionalizantes no setor primário e secundário em colaboração com as Escolas.

Fundação Espiritossantense do Bem Estar do Menor (FES-BEM) e a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM): Os convênios com estas entidades são ocasionais, financiando o equipamento das Escolas.

FUNRURAL (no que se refere a um Hospital do MEPES).

A Sociedade Nacional de Instrução (SNI), ou seja, a Ordem Religiosa dos Jesuitas da Província Brasileira da Bahia, que abrange também o Estado do Espírito Santo. Sua colaboração, mais que em termos de dinheiro, deve ser avaliada em termos de capital humano.

4. Recursos Internacionais.

MISEREOR da Alemanha: permitiu equipar os grupos de tra

³⁶ MEPES, IIº Simpósio, ibidem, (mimeografado).

tores, mas, "ao tentar, em 1976, renovar o convênio, encontramos as portas fechadas". (37)

CEBEMO da Holanda: financiou a construção de um Hospital.

Fundação Interamericana dos Estados Unidos (FINA): desde maio de 1974 até dezembro de 1976 está financiando, "com critérios muitos liberais" (38), o Centro de Formação do MEPES.

Associação dos Amigos do Espírito Santo da Itália (AES): financiou as despesas de viagens e de salário dos voluntários italianos no Brasil (MEPES) e conseguiu, junto ao governo italiano, os contratos para os técnicos de nível superior.

Por várias razões a AES não poderá mais garantir seu auxílio ao MEPES. Para sintetizar a caracterização do problema financeiro, nada melhor que citar, na íntegra, a conclusão da exposição do Sr. Secretário Executivo do MEPES:

Meus Senhores, ao encerrar esta análise deveria tentar uma síntese, tirar uma conclusão, projetar algo em termos de perspectivas. O MEPES, nestes anos, viveu e cresceu no meio de dificuldades, através de sacrifícios, sempre porém conseguiu superar as horas de crise. Isso nos faz esperançosos, mas não completamente despreocupados. O que mais desgasta e nos deixa duvidosos não é a escassez de recursos, não é o fato de não podermos pagar melhor nossos operadores. O que mais preocupa e faz, às vezes, nossas noites insoneas é a INCERTEZA dos recursos.

Todos os recursos sofrem da mesma carência de fundo: a PRECARIIDADE DA DURAÇÃO DO CONVÊNIO. Disso deriva uma INSEGURANÇA profunda em nossos operadores, que causa frequentemente um senso de frustração com aspectos e consequências diferentes: de acomodação destes, de revolta daqueles, de desistência dos outros e respectiva defasagem geral na vida do Movimento e reflexo negativo sofrido em suas atividades.

Neste oito anos, a medida que o MEPES cresceu, a precariedade continuou e a insegurança se fez, talvez, mais aguda. Estamos num beco sem saída ou dá para enxergar soluções? (39)

³⁷ MEPES, IIº Simpósio, ibidem, (mimeografado).

³⁸ MEPES, IIº Simpósio, ibidem, (mimeografado).

³⁹ MEPES, IIº Simpósio, ibidem, (mimeografado). Os grifos e maiúsculas são do texto original.

RESUMO GERAL DAS RECEITAS DO MEPE					
	1973	1974	1975	Tot. Parcial	TOTAL
<u>Recursos Locais</u>					
- Comunidades Locais	10.000,00	30.000,00	85.000,00	125.000,00	
- Prefeituras	10.600,00	11.000,00	10.000,00	32.200,00	
- Pais-alunos + Pensão Monitores	62.942,41	91.119,47	173.536,72	327.598,60	
Total.....	83.542,41	<i>Conta</i> 132.119,47	268.536,72		484.798,60
<u>Recursos Estaduais</u>					
- FESBEM	-	19.000,00	-	19.000,00	
- Governo do Estado	321.060,00	374.180,00	528.860,00	1.224.100,00	
Total.....	321.060,00	393.180,00	528.860,00		1.243.100,00
<u>Recursos Nacionais</u>					
- FUNABEM	100.000,00	64.000,00	-	164.000,00	
- FUNRURAL	108.000,00	197.471,91	323.729,28	629.201,19	
- PIPMO	44.022,60	40.620,00	157.975,00	242.617,60	
- LBA	108.315,50	124.600,00	123.800,00	356.715,00	
- Sociedade Nacional de Instrução	-	41.098,00	68.812,00	109.910,00	
Total.....	<i>Conta</i> 390.338,10	467.789,91	674.316,28		1.502.443,79
<u>Recursos Internacionais</u>					
- AES - Itália	205.668,10	92.871,80	85.000,00	383.539,90	
- Outras entidades (*)	450.283,05	484.350,85	659.467,50	1.594.101,40	
- Avulsos	113.961,93	164.694,57	190.738,91	469.395,41	
Total.....	769.913,08	741.917,22	935.206,41		2.447.036,71
<i>Conta</i> 1.531.830,1					
<i>Conta</i> 1.135.066,60					
(*) Campanha de Hambre (Espanha)					
Inter-American Foundation (USA)					
CEBEMO (Holanda)					
MISEREO (Alemanha)					
					(40)

B) TENTATIVA DE ANÁLISE.

Uma tentativa de análise desse problema, como de resto dos outros problemas, deverá partir do próprio contexto histórico-sócio-político do MEPES, em nível local, nacional e internacional, o que não se pretende fazer nos detalhes dentro dos objetivos e limites desse trabalho.

Como primeira observação, porém, acredita-se que as dificuldades econômicas do MEPES em nível local (comunidades locais, pais de alunos, prefeituras, Estado e Nação) encontram certa explicação nos seguintes fatores:

- Marginalização real do setor educacional no contexto sócio-econômico-cultural-político do Brasil. Essa marginalização real, contrastando com a centralidade formal, faz parte de um vício atávico do Brasil que, por vezes, foi denominado de dualidade brasileira ou choque entre a legislação e a realidade existente:

O abismo entre legislação e a realidade é óbvio em exemplos como o da obrigatoriedade escolar que amplia de 7 a 11 anos para de 7 a 14 anos, não havendo na realidade escola nem professores para atender a todos. As estatísticas demonstram que existem entre 4 e 5 milhões de crianças brasileiras, na faixa etária de obrigatoriedade, que não podem ser escolarizadas por falta de escola. (41)

- Em segundo lugar devemos encontrar a razão dessa falta de apoio na discrepância entre os objetivos específicos da Escola-Família e os objetivos tradicionais da Escola da rede oficial. Conforme vimos no Problema nº 4, o dilema metodológico, a metodologia original da Escola-Família é mais engajada e aderente à realidade, porém o currículo oficial responde melhor às pressões do sistema em vigor ao ponto de a Escola-Família ser procurada pelos agricultores na medida em que ela renuncia aos seus objetivos específicos tornando-se um 'ginásio', talvez pedagogicamente mais equipado:

⁴¹ Estrutura e Funcionamento do ensino médio, Faculdade de Filosofia e Letras de Ijuí, R.S. (mimeografado).

A educação no Brasil é a manipulação dos interesses dos grupos dominantes com a finalidade de reproduzir o 'status quo' conclui Bárbara Freitag, in Política e Realidade Educ. Brasileira: 'a educação, como agente de mudança, no sentido de estruturação das bases sociais, nunca existiu (...). É um processo em que a sociedade impõe ao indivíduo sua vontade e, com isso, transmite e perpetua sua cultura'. (42)

- Em terceiro lugar, pode-se avançar a hipótese, justificada por observações empíricas, segundo a qual a "novidade" do marco teórico da Escola-Família convence os políticos locais apenas no início: eles esperam alcançar, através do apoio à Escola, uma maior força e prestígio político e, em segundo lugar, esperam realizar algo tecnicamente original e válido. O apoio, porém, em se tratando de novidade é condicional, isto é, é uma experiência cuja ideologia social e método técnico deverão ser avaliados.

Os políticos locais, logo que percebem que essa Escola, por ser particular, não é barganha política para eles, desistem de apoiá-la.

Os políticos em nível estadual e nacional, ainda deverão avaliar se o modelo Escola-Família promove realmente um desenvolvimento econômico sem modificações de ordem social existente.

A alternância e o Plano de Estudo, por exemplo, são logo encarados como instrumentos técnicos de desenvolvimento econômico, jamais como instrumento de modificações da ordem social existente. Enquanto esta avaliação, por parte dos políticos, não terminar, seu apoio será condicional decorrendo daí a "insegurança" de que falava o Secretário do MEPES. Terminada a avaliação, se a Escola-Família for julgada instrumento de mudança social, dentro das opções atuais do País, ela não será apoiada; em contrapartida, se ela for julgada instrumento de desenvolvimento econômico, sem ser fator de mudança social, será apoiada; porém, neste caso, ela terá traído seu marco teórico e seus objetivos explícitos.

42. Estrutura e Funcionamento do ensino médio, Faculdade de Filosofia e Letras de Ijuí, R.S. (mimeografado).

Antes de se passar à análise da ajuda estrangeira, será preciso explicar melhor a afirmação de que o modelo atual do governo brasileiro "nada mais é que um modelo para a promoção do desenvolvimento econômico sem modificação da ordem social existente". (43)

A consciência nacional para um desenvolvimento econômico do Brasil, vem se acentuando desde 1930:

Nas condições do Brasil, a partir de 1930, tornou-se progressivamente óbvio que o nacional-capitalismo seria o modelo mais adequado para a promoção de seu desenvolvimento nacional. Mais do que isto, a análise do que foi realmente feito no País, do segundo governo de Vargas até meados de 1963, revela que o modelo de nacional-capitalismo, conquanto de forma imperfeita e em entecipação à sua colaboração teórica pelos cientistas sociais, foi prática e continuamente adotado pelos governos brasileiros.

Fundamentalmente, o que era essencial nas políticas adotadas por Vargas, Kubitschek, Quadros e (até meados de 1963) por Goulart, corresponde ao que tinham em comum: um esforço para empreender o desenvolvimento sócio-econômico autônomo e endógeno do País, preservando o sistema de iniciativa privada sob a direção dos empreendedores nacionais e usando o Estado como um órgão para o planejamento, a coordenação e a suplementação de tal esforço. (44)

A experiência, parece, foi positiva levando o País "à fronteira mesma da decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado". (45) Aos poucos, porém, foram emergindo no País condições fundamentais que o modelo desenvolvimentista não conseguiu superar, pelo contrário, de certa forma acentuou.

Foram justamente essas contradições que levaram o governo Goulart a uma tentativa de conjugar o desenvolvimento econômico com a mudança sócio-política. A tentativa, talvez por querer uma "revolução social do tampo para baixo, sem a formação prévia dos quadros revolucionários, sem a participação efetiva das massas" (46) fracassou.

⁴³Hélio JAGUARIBE, Brasil: Tempos Modernos, pág. 34.

⁴⁴Ibidem, págs. 28-29.

⁴⁵Ibidem, pág. 29.

⁴⁶Ibidem, pág. 39.

A revolução de 1964 introduziu um modelo para a estabilidade social, com características firmes e seguras, com a finalidade de evitar a ruptura do modelo pela explosão das condições objetivas do sistema.

Pode-se sintetizar as características desse modelo desta forma:

- a) Antes de mais nada, estabilidade social.
- b) Completo engajamento do Brasil com os Estados Unidos (...) logo foram proporcionadas facilidades para o investimento estrangeiro e o movimento de capital. A ajuda externa, que fora praticamente suspensa no governo de Goulart, foi novamente canalizada para o Brasil e grandes somas lhe foram prometidas. (47)
- c) Ênfase ao capital privado e à livre empresa.

Essas características, na opinião de Hélio Jaguaribe⁽⁴⁸⁾, são típicas de um modelo político que ele chama de Colonial-Fascismo.

Concluindo, é neste contexto político que a Escola-Família do Brasil deverá viver e ser explicada, isto é, dentro de uma opção nacional de conservadorismo social e de desenvolvimento econômico.

Em termos de recursos Internacionais, as pistas fundamentais para uma análise do problema, já foram traçadas. Merece, porém, uma reflexão especial.

Primeiramente, o MEPES se vangloria de uma variedade de fontes de recursos, que lhe possibilitaria um certo jogo pelo qual ele conservaria sua autonomia.

Realmente, as fontes são bem diferenciadas, isso, porém, não impede que todas elas se caracterizem pela provisoriade que gera insegurança.

Em segundo lugar, pode-se facilmente distinguir dois tipos de fontes: as ligadas a regimes mais "socializantes" e as ligadas a regimes completamente capitalistas.

⁴⁷ Hélio JAGUARIBE, Brasil, Tempos Modernos, pág. 41.

⁴⁸ Ibidem, págs. 25-47.

O primeiro tipo de fonte tende a se extinguir na medida em que os seus relacionamentos com o governo brasileiro não são positivos. Ex.: AES (Itália), Misereor (Alemanha), CEBEMO (Holanda), etc.

O segundo tipo de fonte praticamente se resume na Fundação Interamericana (FINA) que, conforme podemos entender através da exposição do Sr. Secretário Executivo do MEPES "está financiando com critérios muito liberais o Centro de Formação e Reflexão do MEPES". (49)

A esta altura devemos tentar explicar esse tipo de ajuda, conjugando o fator de estabilidade social com o processo de internacionalização da economia brasileira, conforme reza o modelo colonial-fascista:

O processo de internacionalização da economia brasileira permitiu o ingresso nesse circuito, com papel acrescido e diverso do anterior, de um novo fator: a ajuda internacional. A ajuda não se situa no universo imediato do empréstimo externo, mas também não está desvinculada deste. Enquanto os empréstimos externos objetivavam investimentos diretos, físicos, no universo da ajuda, o volume maior de recursos era canalizado para construções (colégios, seminários, templos, etc.). Quando a ênfase dos empréstimos se centrou na rubrica 'desenvolvimento econômico', verificou-se uma reformulação tendencial da destinação dos recursos canalizados através da ajuda para 'programas de desenvolvimento'. (50)

Em outros termos, a experiência precedente a 1964, mostrou que não é fácil manter a mesma ordem social junto a um crescimento econômico e que, para tanto, junto à força de repressão, é prudente promover uma certa intervenção social através de programas chamados promocionais ou fundamentalmente assistenciais, a fim de garantir tranquilidade aos investimentos econômicos que, inclusive, numa população por demais marginalizada, não teriam o êxito desejado.

⁴⁹ MEPES, IIº Simpósio, ibidem (mimeografado).

⁵⁰ Jancsó ISTVÁN, O Nordeste e os projetos de intervenção Social, Cadernos do CEAS, nº 44, págs. 24-25.

Concluindo,

a ajuda a programas de intervenção social não pode ser compreendida à margem da situação global de dependência que caracteriza a economia brasileira, sendo, na verdade, um dos fatores desse dado global. (51)

Pode-se completar dizendo que o MEPES não só não pode ser compreendido à margem da situação global de dependência que caracteriza a economia brasileira, como também não pode ser compreendido à margem do nosso contexto histórico que gerou o modelo sócio-político-econômico que constitui a atual opção do Brasil.

51 Jancsó ISTVÁN, opus cit., pág. 25.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

A) CONCLUSÕES GERAIS.

1. O caso particular se identifica, dialeticamente, com o contexto Universal.

A descrição de uma experiência educacional particular, limitada pelo número de Escolas e, mais ainda, pelo número de alunos, e localizada no interior de um dos menores Estados da Federação, apresentou problemas concretos cuja análise, aos poucos, levou a reflexão para a abordagem de contextos sempre mais universais: das atitudes da clientela das Escolas, à situação sócio-econômica-política do Estado que, por sua vez, se explica dentro do contexto nacional e internacional.

Não existe, para as Escolas-Família do MEPES, uma situação de exceção. Daí a necessidade dos educadores, alunos e agricultores envolvidos na experiência analisarem suas dificuldades relacionando-as constantemente com o contexto universal; não basta uma aguda consciência do particular sem uma ampla consciência do universal; é preciso estabelecer entre os diversos níveis uma relação dialética no sentido de nenhum termo ser absoluto. Essa relação dialética é também fonte de esperança, pois nada é absolutamente causa e nada é absolutamente efeito; tudo, é inter-dependente.

2. A filosofia da educação Brasileira é uma reflexão, radical, rigorosa e de conjunto que parte dos problemas concretos da práxis educacional do Brasil. (52)

Com isso pretende-se afirmar que não é filosofia da educação brasileira o tipo de reflexão que partiu do contexto de problemas outros para, apenas no final da reflexão, 'fazer algumas aplicações à nossa realidade'.

Através desse trabalho, ou melhor, pela metodologia dele, implicitamente defendeu-se um conceito de função da filosofia da educação brasileira como mediatização entre a ação assis-temática e a ação sistemática, a partir dos problemas concretos surgidos ao longo da ação espontânea, com vistas à elaboração de uma nova ideologia mais correspondente às necessidades e, consequentemente, com vistas à reformulação da ação que gerou os problemas analisados.

Infelizmente, este trabalho, pelo âmbito e objetivo dele não chegou a definir as novas linhas de ação para as Escolas do MEPES; essas novas linhas, porém, estão implícitas na análise e espera-se que os próprios educadores e dirigentes do Movimento as explicitem em termos de tornar a experiência mais con-dizente com o contexto nacional e local.

B) CONCLUSÕES ESPECÍFICAS E PERSPECTIVAS.

3. A Escola da Família Agrícola do MEPES é uma iniciativa fundamentalmente positiva, embora ambígua, por ser ela uma crítica radical ao sistema tradicional de ensino do meio rural contrapondo-se a ele como uma alternativa estrutural e metodológica, intencionalmente revolucionária.

Sua positividade decorre sobretudo do fato dela ser uma tentativa séria de Escola do homem do campo, onde o genitivo do ma sua significação radical de gênese e de posse: 'do' homem do campo por ser uma Escola nascida da classe agrícola e por pertencer, dentro de seu marco teórico, à própria classe agrícola. É uma tentativa que, em teoria, reconhece o princípio de que o homem do campo é sujeito e, como tal, se revela somente auto-re-velando-se; é uma concepção de Escola como instrumento para o homem do campo dizer sua palavra e construir sua cultura dentro de seu contexto vital (recorda-se a metodologia da Escola-Família, sobretudo o Plano de Estudo).

4. Sua ambigüidade decorre do fato dessa iniciativa educacional ser a importação de um modelo nascido sim da classe agrícola, não porém da classe agrícola brasileira. Trata-se de uma experiência educacional implantada num contexto sócio-econômico cujas forças dominantes não têm interesse que o homem do campo se levante e fale e, portanto, acaba pressionando a experiência de forma tal que ela só tem duas saídas: morrer ou renunciar, em boa parte, à originalidade de sua inspiração.

Especificando mais:

- a Escola da Família Agrícola do MEPES é um modelo importado e sua dependência se manifesta pelo relevante número de estrangeiros na direção, pelo marco teórico da Escola e pelas verbas que, numerosas, vêm do exterior; ora, a inspiração original da Escola-Família pretende justamente se opor a esta dependência externa, optando por uma Escola do meio rural no sentido de 'nascida da' e 'pertencente à' classe agrícola;

- em boa parte as Escolas do MEPES conservam uma postura de crítica ao sistema sócio-econômico e educacional do Brasil, mas essa oposição existe sobretudo por ser seu pessoal fundador e dirigente, assim como grande parte de sua manutenção ideológica e financeira, 'de fora'. Portanto, não se trata ainda de uma oposição crítica da classe agrícola local que, supostamente, tenha consciência e posicionamento críticos frente às condições objetivas existentes no sistema;

- os dirigentes do MEPES, pressionados pela clientela das Escolas, 'optaram pelo diploma'; essa opção é fictícia, já que ela foi condição indispensável de sobrevivência e uma decorrência do sistema sócio-econômico-educacional em que vivemos. Essa ambigüidade gerou o dilema metodológico: currículo oficial ou Plano de Estudo? A tendência é do Plano de Estudo, que é a essência metodológica da Escola-Família, tornar-se mera complementação curricular ou até desaparecer das Escolas do MEPES;

- o MEPES, inicialmente, optou por um Centro de Formação sem ideologia pré-estabelecida cujo plano de ação emergisse pela reflexão (lembre-se o Centro de Formação e Reflexão) a partir dos problemas concretos da realidade, isto é, optou por uma filosofia da Educação brasileira; atualmente, no entanto, o Movimento optou por um Centro de Formação de Pessoal (ideologia

educacional importada) por falta de condições objetivas para a opção filosófica, isto é, falta de linhas próprias e originais para a ação e, sobretudo, falta de pessoal pesquisador brasileiro;

- o MEPES optou pela valorização, antes de mais nada, do capital humano local; no entanto, ele se encontra na impossibilidade de segurar técnicos de nível médio e superior por mais de dois anos;

- o MEPES optou pela autonomia financeira e administrativa dos modelos promocionais que conseguisse lançar; no entanto se encontra, após quase dez anos de atividades, a lutar com uma constante insegurança e escassez financeiras para sequer manter as poucas unidades operacionais existentes, ficando não somente a autonomia e sim também a expansão dos modelos, mero projeto adiado de ano para ano.

Em síntese: as Escolas do MEPES querem uma mudança da sociedade em que elas operam, mas justamente essa mudança é rejeitada pelas forças dominantes dessa sociedade. Portanto, ou as Escolas optam única e exclusivamente pelos objetivos técnicos de crescimento econômico (preparação de mão de obra, tecnicismo, currículo oficial, Escola como ginásio, etc.) renunciando assim aos objetivos de mudança social (conscientização, reflexão e Plano de Estudo, Escola como verdadeira Escola-Família, Estudos Sociais e Comunicação e Expressão como posse da palavra crítica pelo agricultor, etc.) ou, caso contrário, sua sobrevivência e expansão serão objetivamente estranguladas.

5. Apesar de se apontar para tantas ambigüidades, considera-se positiva a experiência; em parte pelo trabalho educacional corajoso e bem intencionado já realizado e, em parte, por certos resultados obtidos, não obstante as pressões do sistema e as contradições do próprio Movimento (MEPES). Acontece que nenhum sistema é tão rígido e poderoso que possa abafar totalmente o homem.

Fundamenta-se essa afirmação em dois raciocínios, 'a priori' e 'a posteriori'. Se o sistema fosse mais forte do que o homem, instalar-se-ia na sociedade o imobilismo total e definitivo, porque a intenção do sistema dominante é de perpetuar-

-se. No entanto, sistemas vão e sistemas vêm e a causa dessa contínua mudança histórica repousa no aparentemente frágil ser humano oprimido que, por baixo, aos poucos, derruba os sistemas visando novos mundos e novas relações. Em segundo lugar, é fácil relevar que o sistema colonial-capitalista tende a gerar e a aumentar a cada dia as contradições objetivas, tornando sempre mais difícil sua mistificação; por isso, justamente nas 'frestas' dessas contradições é possível um certo trabalho de mudança social que, mais cedo ou mais tarde, dará seus resultados.

6. Finalizando, considera-se fundamentalmente positiva a experiência das Escolas da Família Agrícola do MEPES tendo em vista suas perspectivas futuras.

Em termos de perspectivas, naturalmente, é preciso especificar o sentido e o 'para quem' das mesmas. Quando ao sentido, a referência às perspectivas das Escolas do MEPES pretende, sobretudo, apontar para sua expansão e sua fidelidade ao marco original, ou seja, aos seus objetivos formais. Desta maneira, a pergunta pode ser formulada assim: as Escolas do MEPES poderão se expandir no Brasil, isto é, aumentar de número avançando pelos interiores do País e permanecendo fiéis aos seus objetivos de crescimento econômico, sim, mas sobretudo de mudança social?

Em termos de 'para quem', é preciso distinguir a classe dominante da classe agrícola, sobretudo assalariados e pequenos agricultores. Neste sentido, é evidente que para a classe dominante não existem perspectivas para as Escolas-Família no Brasil, a não ser na medida em que elas renunciem totalmente ao objetivo de mudança social para optarem apenas pelo crescimento econômico. Para a classe dos agricultores, pelo contrário, existe perspectiva para as Escolas-Família, já que essa classe almeja uma mudança social onde as oportunidades econômicas, culturais e de poder sejam equitativamente distribuídas.

Por isso, a questão da perspectiva do movimento das Escolas da Família Agrícola não é unívoca, mas está ligada à perspectiva das próprias classes. A priori não é possível prever nada, a não ser para quem acredite - como o autor deste trabalho - que a causa da classe dominada, mais cedo ou mais tarde, há

de prevalecer.

Este trabalho, portanto, não visa, de forma alguma, de-
sestimular o esforço de quem está engajado na experiência educa-
cional das Escolas da Família Agrícola do MEPES; ao contrário,
visa oferecer uma reflexão mais objetiva para uma revisão do
que-fazer educacional, tendo em consideração o contexto sócio-e-
conômico com o qual a Escola-Família está dialeticamente rela-
cionada; consciente, porém, de que o futuro não é uma dimensão
pré-estabelecida e materialmente decorrente das condições do ho-
je e sim é uma realidade resultante da dialética entre as condi-
ções objetivas e as esperanças de quem precisa e quer uma mudan-
ça.

O MEPES subestimou, até hoje, as condições objetivas? A
credita-se que sim. Isso, porém, não significa eliminar o fator
esperança que, de resto, só será eliminado quando os dirigentes
e educadores do MEPES, consciente ou inconscientemente, se colo-
carem ao lado da classe dominante, porque, apesar das aparên-
cias, a única classe que realmente detém a esperança de uma mu-
dança social é a classe dominada.

A N E X O

FUNDAÇÃO ÍTALO-BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO RELIGIOSO,
CULTURAL, ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A) - Finalidade

Providenciar mediante a colaboração de Entidades e Associações italianas e brasileiras em plano de pesquisa científica e de realização prática a formação de uma comunidade nova, fruto de um processo natural de desenvolvimento (religioso, cultural, econômico, social) realizado no âmbito dos valores fundamentais da pessoa humana e das exigências, ao mesmo tempo naturais e sobrenaturais, de uma vida comunitária.

B) - Características fundamentais:

- o experimento

criar-se-á uma espécie de laboratório onde se possam experimentar:

- as possibilidades de colaboração diferente entre as diferentes Entidades e Associações, unidas por uma finalidade comum;
- a possibilidade prática de colaboração no trabalho entre pessoas de diversa formação e diferente mentalidade (economistas, sociólogos, sacerdotes...);
- a possibilidade de orientar de dentro, sempre respeitando a própria dinâmica fundamental de expansão, uma comunidade primitiva-agrícola, que se transforma em comunidade industrial-evoluída;
- a possibilidade de inserção dos valores religiosos dentro dessa mesma experiência;
- a possibilidade de experimentar uma pastoral que acompanhe passo por passo, o desenvolvimento de uma comunidade;
- a possibilidade que possui uma espiritualidade comunitária, vivida seriamente, de ser o cimento de unificação de diferentes experiências;
- a possibilidade de encontrar uma linha espiritual comunitária entre sacerdotes, religiosos e leigos, respeitando as respectivas diferenças, e que nasça de uma necessidade diária de um trabalho em comum.

- o serviço

- é essencialmente um serviço prestado a uma comunidade subdesenvolvida a fim de que possa encontrar a sua autêntica fisionomia espiritual, econômica, social e religiosa sem ser constringida a sacrificar um ou outro destes valores;
- não se trata portanto de colocar esquemas ou concepções já pré-determinadas mas de pôr em comum patrimônios diferentes a fim de que a experiência possa ser mais rica possível;
- respeito profundo de todos os valores que se encontram e esforço sério e tranquilo para coordená-los em seu devido lugar.

C) - Por que o Espírito Santo?

- Porque é:

- um território relativamente limitado (40.871 km²) e com uma população de pouco mais de um milhão de habitantes;
- profundamente caracterizado como Estado subdesenvolvido: está se processando, porém, um incipiente movimento de desenvolvimento completo nas suas estruturas políticas, religiosas, administrativas e econômicas;
- profundamente religioso no que diz respeito ao povo, apesar da escassez de sacerdotes;
- rico em elementos humanos tanto do ponto de vista intelectual, quanto do ponto de vista moral. Também a capacidade de trabalho e de empendimento da população é notável: grande parte (cerca de 50%) descendentes de italianos vênets e lombardos que tiveram a força e a coragem de deixar a própria Pátria para tentar em terras estrangeiras uma sistematização mais decorosa. Por isso, no sangue de seus filhos corre um espírito de empreendimento e de aventura junto com o equilíbrio próprio dos camponeses italianos;
- a presença do elemento italiano (pelo menos no que diz respeito à origem), oferece razões de convivência para o intercâmbio com a Itália. Pelo menos razões de justiça. É terrível a história da emigração italiana para o Estado do Espírito Santo: nunca houve uma ajuda e um interessamento por parte do Estado italiano e da igreja da Itália por esses filhos que foram constringidos a abandonar a própria Pátria. Estas razões aconselham a fazer aqui esta tentativa, por encontrar aqui esperanças mais fundadas para um bom êxito da experiência, e, uma vez alcançado este êxito, devidamente modificado, possa ser aplicado a outras zonas. Além disso, a limitada extensão do território facilita os contatos e reduz ao máximo o perigo da dispersão enquanto que a riqueza do elemento humano torna concreta a esperança de encontrar no lugar, dentro em breve, forças que possam colaborar ativamente a levar adiante a iniciativa. O elemento de origem italiana favorece a ambientação para aqueles que haverão de vir aqui e também a desejada fusão de forças no trabalho em equipe.

D) - Estrutura da Fundação

- a Fundação terá personalidade jurídica reconhecida quer na Itália, quer no Brasil;
- a Fundação terá dois comitês:
 - o comitê econômico para a arrecadação dos fundos, necessários entre entidades públicas e particulares, nacionais e internacionais e para a administração dos mesmos; o comitê científico para prestar assistência científica de homens e meios necessários para alcançar os fins da fundação. Membros dos dois comitês serão os representantes das entidades empenhadas na experiência e que darem vida à fundação;
- constituição em Vitória (Capital do Estado) de um Centro, de nível universitário, para o desenvolvimento religioso... etc. do Estado do Espírito Santo. As finalidades do Centro serão:
 - a) pesquisa científica no âmbito das diversas competências;
 - b) elaboração de um plano de ação coordenada;
 - c) preparação e formação de equipes paroquiais destinadas à execução deste plano;
 - d) assistência à equipe em seu trabalho;

- e) coordenação do trabalho das equipes;
- f) assistência às várias comunidades paroquiais também na fase sucessiva ao trabalho das equipes.

O Centro será dirigido por um presidente e será dividido em várias seções que terão também o próprio responsável.

O trabalho do Centro será orientado pelo comitê científico e estará em estrita colaboração com as entidades interessadas na Fundação de modo que seja permitido o maior intercâmbio possível de experiências.

Eventuais e possíveis Seções do Centro:

- a) Economia;
 - b) agrária;
 - c) assistência social (em particular formação de comunidades rurais);
 - d) medicina;
 - e) sociologia;
 - f) cultural (escolas, opinião pública, etc...);
 - g) ação católica;
 - h) teologia pastoral, dogma, moral (moral familiar);
- constituição de várias Equipes Pastorais;
 - serão aquelas que permitirão a realização dos fins da fundação;
 - terão estrutura própria e serão de diferente nível segundo as diferentes necessidades (trabalharão em base paroquial, dificilmente num âmbito mais vasto);
 - cada equipe deveria ser composta em geral de não mais de 5 pessoas: um sacerdote, um técnico agrário, um ou uma assistente social, um ou uma responsável pela educação (escola e movimento de alfabetização), um entendido na organização do movimento dos adultos (cooperativa, A.C. etc.);
 - a equipe terá a finalidade de constituir estruturas paroquiais novas, adequadas com a finalidade da fundação e de dar um testemunho prático da possibilidade de atuação dos ideais da mesma Fundação;
 - o trabalho da equipe será de tempo limitado e não deveria, em via de regra, superar os 5 anos. Uma vez constituída sólidas estruturas paroquiais e encontradas no lugar forças suficientes para continuar a experiência, a equipe transferir-se-á para outros lugares e o Centro continuará na assistência à precedente paróquia;
 - a equipe poderá sempre contar sobre a orientação e assistência científica e espiritual do Centro do qual depende em tudo. Dentro dos limites do possível dever-se-á procurar uma certa homogeneidade na formação da equipe a fim de garantir a sua eficiência no campo do trabalho.

E) - Vantagens

Este tipo de experiência poderá oferecer múltiplas vantagens tanto à Itália quanto ao Brasil:

- ao Brasil: é um território imenso e um país em fase de desenvolvimento que ainda está à procura do seu caminho;
- tendo presente as profundas diferenças entre os vários Estados do Brasil, no momento atual, seria talvez impossível impor uma linha única de desenvolvimento sem o perigo de cair na demagogia ou sem criar uma problemática sem possibilidade de saída;
- impõe-se desta maneira a necessidade de realizar tipos de experiência em várias zonas do país, experiências que, recolhidas sucessivamente e convenientemente examinadas e sistematizadas, oferecerão úteis e indispensáveis indicações para uma solução de âmbito nacional;

- ao mesmo tempo o país inteiro poderá beneficiar de uma zona que se desenvolveu com a ajuda e colaboração de amigos;
- à Itália oferecer-lhe-á a possibilidade de experimentar métodos e de fazer experiências em campo econômico, social, cultural, religioso e pastoral que sua estrutura extremamente complexa e antiga não lhe permitiria sem o perigo de provocar profundos e perigosos choques em todo o sistema. Não é de excluir a possibilidade de chegar, mais tarde, a beneficiar e até aplicar a si mesma os resultados desta experiência;
- ofereceria uma grande abertura e amplitude de respiro de idéias e perspectivas;
- intercâmbios úteis de caráter econômico, comercial e cultural que poderiam assumir caráter permanente;
- aos dois é um ato de autêntica caridade cristã e de solidariedade humana no espírito do Concílio Ecumênico Vaticano II e do sinal dos nossos tempos;
- é a encarnação de uma espiritualidade comunitária e da ascética do serviço, tão exigentes e ao mesmo tempo tão fecundas e que parecem ser uma indicação do Espírito Santo para a santidade do nosso século;
- oferece a possibilidade de um intercâmbio, de colocar em comum patrimônios diferentes que, sem dúvida, enriquecem os dois, ao Brasil a bagagem de tradição que talvez lhe falte e à Itália a genuinidade da novidade que, talvez, perdeu;
- é a passagem de um tipo de ajuda fundado essencialmente sobre a generosidade e a capacidade do indivíduo; para uma ajuda que empenha a responsabilidade e a competência de entidades e associações qualificadas;
- a possibilidade do encontro entre civilizações diferentes, com a esperança que daí possa nascer uma nova civilização, mais rica do que as outras e capaz de conciliar profundamente o dado religioso e o dado profano, a sociedade religiosa e a sociedade civil.

F) - Entidades que poderiam estar interessadas

a) Italianas

- Universidade do Sagrado Coração de Milão (Faculdade agrária, economia e sociologia);
- Faculdade Agrária de Piacenza;
- Ação Católica (homens, laureados, juventude, FUCI);
- Conferência Episcopal;
- ICAS;
- Coltivatori diretti;
- Faculdade de assistentes sociais (Onarmo);
- Instituto de Agrária da Universidade de Roma;
- Prov. Veneto-Milanesa da Companhia de Jesus;
- Aggiornamenti Sociali;
- Seminário di Verona para a América Latina;
- Governo (?) Sottosegretariato per l'immigrazione (?);
- Bancos e outros institutos de créditos.

b) Brasileiros

- Universidade de Vitória;
- Bispos da Província do Espírito Santo;
- Governo do Estado do Espírito Santo;
- Governo Federal;

- . Vice-Provincia Baiense da Companhia de Jesus;
- . Combonianos.

c) Internacionais

- . F A O;
- . UNESCO;
- . CELAM;
- . O E A;
- . MISEREOR;
- . CARITAS;
- . ALIANÇA PARA O PROGRESSO;

G) - Plano aproximativo de trabalho (a caráter de indicação)

- Iª Etapa: (1964-65) . contatos pessoais com responsáveis de entidades e associações interessadas no experimento.
 . Visita de grupos de estudo no Estado do Espírito Santo para examinar a possibilidade da realização e primeiros contatos.

- IIª Etapa: (1965-66) . estruturação da Fundação;
 . preparação dos estatutos;
 . arrecadação dos primeiros fundos;
 . constituição do comitê científico e econômico.

- IIIª Etapa: . Lançamento e início do trabalho;
 . constituição do Centro de Vitória;
 . preparação e lançamento das primeiras equipes de trabalho paroquiais.

NB - Tudo quanto foi exposto é um simples pró-memória com caráter de orientação e indicação destinado ao Provincial a fim de pô-lo ao corrente da iniciativa. Resta claro que podem ser feitas todas as modificações consideradas oportunas.

E S T A T U T O SDA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ESTADO BRASILEIRO DO "ESPÍRITO SANTO"PADOVA, VIA ALTINATE, 30.

Art. 1)- É constituída em Padova a Associação dos Amigos do Estado Brasileiro do Espírito Santo, com a finalidade de promover e desenvolver qualquer forma de intercâmbio a nível de indivíduos, grupos, associações, entidades, etc., entre a Itália e este Estado do Brasil com a tendência de estabelecer um encontro que represente o recíproco enriquecimento no plano humano e colabore no desenvolvimento desta região.

Art. 2)- Para conseguir esta finalidade a Associação se propõe a efetuar as seguintes iniciativas:

- a)- Promover a constituição de "bolsas de estudo" em escolas médias, universitárias e pós-universitárias italianas, em favor de jovens brasileiros espiritosantenses que desejam melhorar sua preparação profissional para colocar a serviço de sua comunidade;
- b)- Assistir, moral e economicamente, estes jovens no período de sua permanência na Itália;
- c)- Promover e apoiar, junto à Universidade de Vitória, capital do Espírito Santo, cursos de especialização orientados por docentes italianos em colaboração com autoridades acadêmicas italianas e espiritosantenses. Convidar igualmente na Itália, a fim de ter contatos com autoridades acadêmicas italianas, professores universitários, técnicos, profissionais espiritosantense;
- d)- Promover conferências, projeções, filmes, serviços jornalísticos e outros para fazer conhecer a presença do elemento italiano (na maioria Vêneto e Lombardo), as características, as exigências e as grandes possibilidades desta região do Brasil;
- e)- Promover, com estudos e pesquisas feitas em comum pelas associações italianas e brasileiras, um maior conhecimento das características sócio-econômicas, culturais, religiosas do Espírito Santo, em vista de operações aptas ao desenvolvimento e ao progresso sócio-econômico cultural e religioso da região;
- f)- Assistir economicamente e apoiar espiritualmente jovens italianos que desejam dedicar parte de sua vida ao serviço social daquela região;
- g)- Despertar o interesse de entidades e autoridades italianas a fim de intensificar o intercâmbio com aquela região e sustentar, também com ajudas econômicas, iniciativas aptas a favorecer o desenvolvimento econômico e a promoção humana daquela região.

Art. 3)- São sócios da Associação pessoas e entidades que desejam colaborar

nas finalidades acima enumeradas com contribuições financeiras.

Art. 4)- Acompanha a associação uma sessão de colaboradores que oferecem sua colaboração gratuita seja com a própria competência profissional e técnica, seja com a dedicação de parte de seu tempo disponível.

Art. 5)- São órgãos da Associação:

- a) - A Assembléia dos Sócios;
- b) - O Conselho Diretivo composto por:
 - 1)- Um presidente;
 - 2)- Um vice-presidente;
 - 3)- Um secretário;
 - 4)- Um tesoureiro;
 - 5)- De cinco a nove Conselheiros;
 - 6)- Os conselheiros onorários.

Os membros do Conselho Diretivo serão eleitos pela Assembléia dos Sócios.

PLANO PARA UMA AÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA E SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DE
ANCHIETA, ALFREDO CHAVES, ICONHA, PIÚMA E RIO NOVO DO SUL

Apresentação

O nosso plano surge de uma colaboração entre entidades italianas e brasileiras, que, depois de ter examinado a realidade sócio-econômica do território que compreende os cinco municípios (mais ou menos dois mil quilômetros quadrados), foram despertadas para a promoção humana dos habitantes da quela região (mais ou menos 50.000 pessoas) convencidas de que o desenvolvimento da pessoa humana é a condição indispensável de cada e qualquer desenvolvimento.

Na realização do plano estão comprometidas todas as Autoridades locais: Prefeitos, Vigários, Líderes Naturais (chefes de família, agricultores, etc...) além dos responsáveis de Entidades Estaduais como: Secretaria da Educação, ACARES, e LBA. Colaboram também entidades italianas como a Associazione di Amici dello Stato dello Spirito Santo (com sede em Padova), a Faculdade de Agronomia da Universidade de Padova, o CECAT (Centro di Educazione e Coperazione Agricola Trevigiana), etc...

Interpretação

Para entender o plano é necessário ter presente algumas premissas que foram o fruto de um estudo preliminar das características sociológicas da comunidade e da estrutura agrícola da região.

As premissas são as seguintes:

a) Trata-se de uma zona colonizada por imigrantes do século passado, na grande maioria italianos;

b) Trata-se de um ambiente quase completamente agrícola, caracterizado por fazendas pequenas e médias sendo a economia pobre destinada ao próprio consumo. Neste ambiente a sociedade natural é a família;

c) As pessoas que compõem esta sociedade são abertas para compreenderem e discutirem a própria situação, mas por falta de um nível cultural e por um sistema de vida ainda muito vinculado às antigas tradições, encontram dificuldades para tomar decisões e enfrentar os problemas com um certo dinamismo de grupo;

d) Atualmente não existe no ambiente possibilidades para os agricultores e seus filhos de melhorar a própria formação profissional e elevar o nível de cultura; as estruturas escolares existentes preparam os jovens mais capacitados para abandonar a terra e inserir-se na máquina burocrática do Estado privando assim o ambiente dos elementos que maiores esperanças poderiam oferecer para o seu desenvolvimento;

e) Não existe, na zona, técnicas modernas de trabalho, a agricultura é fundamentada prevalentemente no trabalho manual do homem e nas queimadas (como preparo do terreno), existe sim grande quantidade de recursos naturais (o animal, por exemplo, mas que não são racionalmente aproveitados (o animal, por exemplo, não é utilizado como colaborador do homem no trabalho do campo, e a água,

rica na região, não entra no ciclo produtivo como elemento normalizador da cultura);

f) A população é em média muito jovem e concentrada em famílias muito numerosas. Assim sendo, atingindo as famílias, se atingirá a um número notável de pessoas.

Fundamentação

Tendo presente as premissas citadas acima, a atividade que visa a promoção desta comunidade fundamentar-se-á sobre dois princípios básicos:

a) Utilizar todos os recursos disponíveis, tendo presente que são numerosos, por isso exige-se uma utilização mais racional e com técnicas produtivas que sejam acessíveis aos agricultores.

b) Investir os capitais disponíveis prevalentemente na educação, e assim desenvolver as capacidades potenciais da pessoa humana, em particular a capacidade de tomar decisões autônomas (educação, atitude de solução dos problemas quotidianos, com as próprias capacidades). Importante ainda é desenvolver a idéia que progredir verticalmente é possível também no próprio ambiente, mas a condição de que se possa dar uma preparação profissional àquele que fica na agricultura e desenvolver os não tomados em séria consideração (colaboração, cooperativismo, especialização, etc...).

Recursos

Utilização de escolas; não escolas tradicionais, mas escolas que eduquem à reflexão, que convidam os jovens a permanecer no próprio ambiente, que desenvolvam as capacidades técnicas do aluno, que sejam totalmente introsadadas com a família; numa palavra, novos tipos de Escolas Rurais, que formem não técnicos agrícolas, mas agricultores técnicos, fiéis ao ambiente real onde vivem. Tais escolas fundamentam-se sobre esses elementos:

a) A Família - Não é sobre o indivíduo, não é com grupo profissional ou com uma outra elite que se fundamenta a ação da escola, mas nas famílias onde encontra-se a solidariedade de todos, junto aos irmãos, do carinho da mãe, a autoridade do pai. Desta forma, os pais participam diretamente da educação dos filhos por meio da escola à qual pertencem.

b) A Alternância - Não existe uma escola, mas várias escolas: a mesa da família, a rua, os encontros com os amigos, a vida dos colegas, etc... A alternância é juntar tudo isso; o ensino da vida com o ensino da escola; é a porta da escola que fica aberta à vida e a porta da vida que fica aberta à escola. Em concreto, a alternância quer dizer para o aluno, um tempo de escola, um tempo de vida familiar e um tempo de prática agrícola. Assim de o jovem não se torna simples estudante, mas utiliza a escola como meio de formação cultural, profissional e humana, como também se habitua a refletir sobre sua própria situação, da família e do ambiente. Os problemas que o aluno encontra na família, são levados à escola; esta procura interpretá-los, compará-los com outros problemas, dando-lhes uma colocação justa e possível seja científica e técnica; esclarecido, retorna a casa para discutir mais firmemente e com maior compreensão seus problemas.

c) O Internato - Na escola existe o regime de internato. Nela o aluno passa o tempo integral. O regime de internato acostuma os jovens à vida comunitária, à discussão, ao trabalho de pesquisa, ao estudo individual e ao trabalho de equipe. A escola se preocupa em dar meios para solucionar os problemas e não solucionar ela mesma os problemas dos jovens e de suas famílias.

É este o tipo de escola a ser implantado. Foi experimentado pela primeira vez na França com o nome "Maisons Familiaes" e teve grande sucesso . Foi também experimentada na Itália com o nome de "Scuola-Famiglia" por parte do CECAT. Também na Itália foi a causa de uma grande transformação no ambiente rural.

As escolas são de dois graus:

1 - Escolas para "Monitores" - com duração de 2 a 3 anos, para jovens de 15 até 20 anos; que tenham o ginásio (possivelmente) ou, pelo menos o primário completo, com capacidade de aproveitamento, sensibilidade aos problemas rurais, experiências do meio agrícola e aptidão ao trabalho.

2 - Escolas Famílias Rurais - com duração de um ou dois anos, para jovens de 11 a 15 anos, que sejam filhos de um agricultor e tenham concluído o primário.

COMITÊ PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DE:
ALFREDO CHAVES, ANCHIETA, ICONHA, PIÚMA E RIO NOVO DO SUL.

Anchieta, 7 de outubro de 1967.

Prezado Amigo,

Eis-me aqui depois do nosso encontro de domingo, 24 de setembro. Foi um ótimo encontro e acho que os alicerces da nossa nova comunidade foram lançados. Mais uma vez agradeço o comparecimento e pela colaboração prometida.

Na terça-feira seguinte, dia 26, reuniu-se em Anchieta o Comitê promotor encarregado de estruturar e levar para frente os nossos anseios. Naquela ocasião o Pe. Luiz Gonzaga Macia, vigário de Alfredo Chaves, foi eleito como representante dos vigários, e os senhores José Vargas Scherrer, de Piúma e Carlinho Marchiori, de Iconha, respectivamente, representantes dos agricultores e dos pais.

O Comitê fica então definitivamente assim composto:

- Pe. Humberto Pietrogrande, sj, Coordenador; - Anchieta.
- Dr. Wilson Rezende, presidente LBA; - Vitória.
- Dr. Eusébio Terra, diretor executivo ACARES; - Vitória.
- Pe. Luiz Gonzaga Macia, representante dos Vigários; - Alfredo Chaves.
- Sr. Zeferino Justo Vetoracci, representante dos Prefeitos; - Anchieta.
- Sr. José Vargas Scherrer, representante dos Agricultores; - Piúma.
- Sr. Carlinho Marchiori, representante dos Pais; - Iconha.
- Sr. João Batista Martins, representante do interior; Cachoeirinha, Rio Novo do Sul.
- Sr. Getúlio Motta de Oliveira Filho, secretário; - Rio Novo do Sul.

Assim parece que o nosso comitê seja verdadeiramente representativo (todos os municípios estão representados e com as pessoas mais qualificadas) e no mesmo tempo bem eficiente no campo da operatividade. A presença dos Drs. Wilson e Terra nos proporciona o apôio e a colaboração bem valiosa da LBA e da ACARES.

.....

Estamos em marcha. O importante é não parar e construir alicerces cada vez mais profundos nas comunidades. O nosso ideal é trabalhar em comum, o nosso lema "todos para um e um para todos". Deixamos tudo o que nos divide e abraçamos com coragem tudo o que nos une. Caminhando unidos sere-mos uma força que nada e ninguém nunca poderá parar. Deus será conosco e abençoará o nosso trabalho.

Um grande abraço e confio sempre na sua colaboração e na sua simpatia para este nosso ideal: veja de transmití-lo na sua comunidade e em tudo o que for ao seu alcance.

O seu amigo,

Pe. Humberto Pietrogrande, sj.

.....

P.S.

- 1)- Critérios para orientar a escolha do lugar onde criar a Escola-Monitores e as Escolas-Família :
- a)- Utilização das possibilidades que já temos:
 - possivelmente nada de prédios, mas somente acomodações.
 - b)- Sistematização logística:
 - servidas por estradas acessivas,
 - não no centro da cidade, mas relativamente vizinha onde puder aproveitar de todos os serviços.
 - c)- Possibilidades de aproveitamento duma fazenda: não é necessário que seja incorporada, mas tem que ser bem perto.
 - d)- Fiel ao ambiente familiar do aluno.
 - e)- No lugar que é mais estático e precisa de um maior impulso.
 - f)- Das duas Escolas-Família, possivelmente uma num lugar montanhoso e outra numa baixada.
- 2)- O que precisa para a Escola-Monitores (25-30 alunos de 15 até 20 anos):
- Terreno: 2 ou 3 alqueires de terra possivelmente anexos à casa.
 - Prédio: um lugar para dormitório dos alunos (25 ou 30, podem-se também usar beliches);
 - um local para dormitório dos professores (2 ou 3 camas);
 - um local para refeitório comum;
 - um local para cozinha;
 - um local para a sala de aula;
 - um local para a diretoria;
 - um local para laboratório de análise;
 - um local para: - enfermaria
 - biblioteca
 - banheiros.
- 3)- O que precisa para cada Escola-Família-Rural:
- Terreno: dois ou três alqueires de terra
 - Prédio: um local para dormitório dos alunos (15-20) podem-se usar beliches.
 - um quarto para dormitório dos professores (2-3)
 - um local para refeitório comum
 - um local para cozinha
 - um local para a sala de aula
 - um local (pequeno) para a diretoria.
 - um local para: - enfermaria
 - biblioteca
 - banheiros.

ESTATUTOS DO
MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO (MEPES)

T Í T U L O - I 9

Da Denominação, Sede, Duração, Âmbito, Objetivos, Patrimônio e Manutenção.

CAPÍTULO - I

Denominação, Sede, Duração e Âmbito

- Art. 19 - É fundada em 26 de abril de 1968, com foro e sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, uma Associação sem fins lucrativos, denominada Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), que será regida pelo presente Estatuto.
- Art. 29 - A Associação tem duração por prazo indeterminado.
- Art. 39 - A Associação tem como âmbito de ação o Estado do Espírito Santo e seu ano social coincidirá com o ano civil.

CAPÍTULO - II

Objetivos:

- Art. 49 - A Entidade tem por finalidade a promoção integral da pessoa humana. Gratuitamente, promove a educação e desenvolve a cultura, através da ação comunitária, numa ampla atividade inerente ao interesse da Agricultura, e principalmente no que concerne à elevação social do Agricultor do ponto de vista religioso, intelectual, técnico, sanitário e econômico.
- Art. 59 - Atendidos os objetivos, a Entidade celebra convênios com outros organismos de qualquer âmbito e filia-se a outros de âmbitos nacional, bem como colabora em atividades similares às suas.

CAPÍTULO - III

Patrimônio e Manutenção

- Art. 69 - Constituem patrimônio da Entidade todos os bens móveis e imóveis que venha a possuir.
- Art. 79 - Constituirão receita da Entidade as doações ou subvenções provenientes de particulares, do Governo Federal, do Estado, do Município, e de qualquer outro tipo de contribuição que venha a ter.

T Í T U L O - II 9

Da Estrutura do MEPES, sua Competência e Procedimento para Reuniões

CAPÍTULO - I

Estrutura do MEPES

- Art. 89 - A Entidade será regida por uma Junta Diretora, um Conselho Delib

rativo e uma Secretaria Executiva.

Da Junta Diretora

Art. 9º - A Junta Diretora será constituída por:

- a) 1 (um) representante da Sociedade Nacional de Instrução, neste Estado, representada pela Companhia de Jesus no E.S.
- b) 1 (um) representante da Associação dos Amigos do Espírito Santo, designado pela respectiva Diretoria;
- c) 1 (um) representante dos Vigários, indicados entre aqueles cujos municípios sejam objeto das Atividades da Entidade;
- d) 1 (um) representante dos prefeitos, indicados entre aqueles cujos municípios sejam objeto das atividades da Entidade;
- e) 1 (um) representante da ACARES (Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo), designado pela respectiva Secretaria Executiva;
- f) 1 (um) representante dos pais dos alunos eleito pelos representantes dos pais nos Conselhos Administrativos de cada Escola.
- g) 1 (um) representante dos Operadores do MEPES, eleito pela Assembléia dos Operadores;
- h) 1 (um) representante das Entidades nacionais convenientes, eleito pelos órgãos convenientes.

Parágrafo 1º - A Junta Diretora será dirigida por um Presidente eleito entre seus membros pelo período de 3 anos, podendo ser reeleito, consecutivamente, por mais um período. Ele será o Presidente do MEPES.

Parágrafo 2º - Das reuniões da Junta Diretora participarão, sem direito ao voto, o Presidente do Conselho Deliberativo ou delegado seu expressamente e o Secretário Executivo.

Art. 10 - É da Competência da Junta Diretora:

- a) Propor e aprovar alterações nos estatutos;
- b) Autorizar a assinatura de acordos ou convênios;
- c) Eleger o Secretário Executivo pelo período de 3 anos, podendo ser renovado por igual período;
- d) Admitir a entrada de novas entidades para o Conselho Deliberativo;
- e) Aprovar o quadro de pessoal e respectivos níveis salariais;
- f) Deliberar quanto à aquisição de bens imóveis incorporáveis ao patrimônio do MEPES, bem como a hipoteca cessão ou caução destes bens.

Parágrafo 1º - As eleições para Presidente e Secretário Executivo serão realizadas em data de maneira a não coincidir os períodos dos mandatos.

Parágrafo 2º - Para que seja válida qualquer alteração nos estatutos é necessário que haja pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos representantes a favor da alteração proposta.

Art. 11 - A Junta Diretora reunir-se-á ordinariamente de 3 em 3 meses e extraordinariamente quantas vezes for necessário.

Art. 12 - As reuniões da Junta Diretora serão sempre convocadas pelo Presidente com antecedência mínima de 1 (um) mês, em primeira convocação, e 30 (trinta) minutos após, em segunda e última convocação.

Parágrafo 1º - Qualquer membro da Junta Diretora poderá solicitar ao Presi-

dente reunião extraordinária, e se por este vedado, após o prazo de 15 (quinze) dias, poderá ele mesmo convocar, desde que conte com adesão de metade mais 1 (um) dos membros da Junta.

Parágrafo 2º - Nas reuniões da Junta Diretora as decisões serão válidas quando contarem com os votos de maioria simples, sendo que o Presidente terá o voto de minerva.

Parágrafo 3º - O quorum necessário para que a Junta Diretora se reúna é de 2/3 (dois terços) dos membros em qualquer convocação.

Art. 13º - Compete ao Presidente do MEPES

- a) Convocar e presidir as reuniões da Junta Diretora.
- b) Representar o MEPES em juízo e fora dele.
- c) Informar os membros da Junta Diretora das atividades dos órgãos executivos.
- d) Assinar acordos, convênios, contratos, protocolos e ajustes em nome do MEPES.
- e) Empossar o Secretário Executivo.
- f) Articular e intensificar as relações entre MEPES e outras instituições, visando o conhecimento e a consolidação do Movimento.
- g) Negociar com aprovação da Junta Diretora, a contratação de empréstimos internos e externos.
- h) Aprovar o nome da pessoa que, juntamente com o Secretário Executivo, movimentará as contas bancárias do MEPES.

Do Conselho Deliberativo

Art. 14º - O Conselho Deliberativo será constituído por:

- a) 1 (um) representante de cada membro contribuinte, devidamente designado.
- b) Os representantes dos pais de alunos, em número de 3 (três) indicados pela Associação dos pais.
- c) Pessoas físicas que estejam contribuindo ou colaborando significativamente, a critério da Junta Diretora.

Parágrafo 1º - São membros contribuintes todas as Entidades ou Órgãos que convencionam com o MEPES e concordem com o presente estatuto e mantenham uma colaboração significativa, a critério da Junta Diretora, no desenvolvimento da Entidade.

Parágrafo 2º - O Conselho Deliberativo será dirigido por 1 (um) Presidente eleito entre os membros.

Art. 15º - É de competência do Conselho Deliberativo:

- a) Aprovar as contas e atos do Secretário Executivo;
- b) Fiscalizar a aplicação dos recursos da Entidade;

Art. 16º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, até 3 (três) meses após encerrado o exercício do ano civil, para apreciação das contas e atos do Secretário Executivo.

Parágrafo Único - Não ocorrendo reunião do Conselho Deliberativo para os fins determinados no presente artigo, serão consideradas aprovadas todas as contas da mencionada Secretaria.

Art. 17º - As reuniões do Conselho Deliberativo serão sempre convocadas pe-

lo Presidente, com antecedência mínima de 1 (um) mês, em primeira convocação, e de 30 (trinta) minutos após em última convocação.

- Parágrafo 1º - Qualquer membro do Conselho Deliberativo poderá solicitar ao Presidente reunião extraordinária, e se por este vedado, após o prazo de 15 (quinze) dias, poderá ele mesmo convocar do Conselho.
- Parágrafo 2º - Nas reuniões do Conselho Deliberativo as decisões serão válidas, quando contarem com votos de maioria simples, sendo que o Presidente terá o voto de minerva.
- Parágrafo 3º - O Conselho Deliberativo poderá convocar o Presidente da Junta Diretora e o Secretário Executivo para os esclarecimentos que forem necessários.

Da Secretaria Executiva

Art. 19º - São atribuições da Secretaria Executiva:

- a) Cumprir e fazer as determinações da Junta.
- b) Executar o Plano de Trabalho, que deverá ser elaborado anualmente e submetido à Junta Diretora.
- c) Controlar e designar pessoal.
- d) Zelar pelo Patrimônio da Entidade.
- e) Propor a Junta Diretora a Expansão das Escolas.
- f) Participar das reuniões das Escolas-Família.
- g) Submeter anualmente, até 3 (três) meses após encerramento do Exercício, as contas e atos para aprovação do Conselho Deliberativo.

Art. 20º - O Secretário Executivo poderá ter, para melhor desempenho de sua função, os assessores nos campos técnicos e administrativos, a critério da Junta.

T Í T U L O - IIIº

CAPÍTULO - I

Disposição geral:

Art. 21º - A nenhum membro da Junta Diretora e do Conselho Deliberativo serão distribuídos lucros, dividendos, bonificações ou vantagens a qualquer título ou protexto, assim como os membros da Junta Diretora e do Conselho Deliberativo, no todo ou em parte, não serão remunerados e nem será remetido dinheiro para fora do país e, semestralmente, será publicado, em jornal, a demonstração da receita e do balanço.

Art. 22º - A Junta Diretora providenciará a elaboração de um Regimento Interno que será discutido e aprovado em reunião da mesma.

Art. 23º - Em caso de dissolução dos bens da Entidade terão o destino que a Junta Diretora e o Conselho Deliberativo provarem por maioria simples de votos.

Parágrafo único - Os bens que se referem, sejam destinados a entidades congêneres, de caráter filantrópico, e de preferência às que

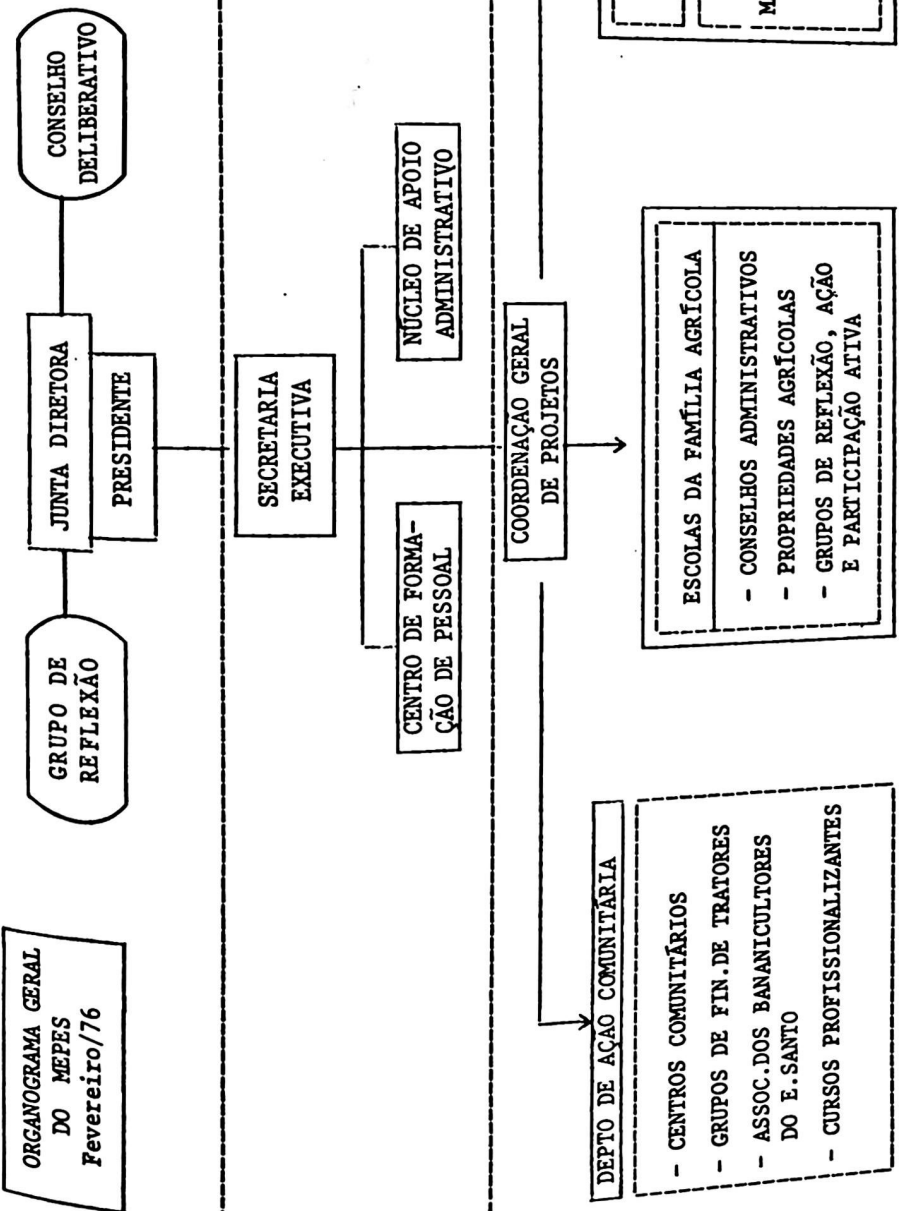
mantenham afinidades com objetivos do MEPES ou ao Poder Público.

- Art. 24º - Todos os bens imóveis, objetos de doação, serão incorporados no seu patrimônio.
- Art. 25º - Os casos omissos nos presentes Estatutos serão decididos pela Junta Diretora.
- Art. 26º - É vedado ao MEPES a adesão político-partidária, a discriminação racial e religiosa, qualquer que sejam suas formas.
- Art. 27º - A totalidade das rendas apuradas serão aplicadas na melhoria de seus benefícios e os saldos, porventura existentes, no fim de cada exercício, serão destinados a beneficiência ou inversão patrimonial.

NÍVEL EXTRATÉGICO
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

NÍVEL GERENCIAL
ADMINIST. GERAL
(Ativ-meio)

NÍVEL OPERACIONAL
ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA
(Atividades-fim)



— Subordinação Administrativa
- - - Supervisão Técnica

* Extraído do MEPES, IIº Simpósio, documentário (mimeografado).

SITUAÇÃO JURÍDICA DO M.E.P.E.S.

- 1 - Fundação
 - Fundada em 26/04/68, com sede e foro na Cidade de Vitória (ES);
- 2 - Personalidade Jurídica
 - Cartório Hêlio Valentin Sarlo - 14/06/68 - Livro.A.-5 na Fl.124 - Sob o nº 1.114 de Ordem.
- 3 - Declaração de Fins Filantrópicos:
 - Nº 230.395/71 e nº renovado: 224.165/74.
- 4 - Registro no Conselho Nacional de Serviço Social
 - Nº 200,015 de 04/03/71..
- 5 - Declaração de Utilidade Pública
 - Estadual: Lei nº 2.619/71
 - Municipais:
 - Anchieta: Lei nº 209/68
 - Alfredo Chaves: Lei nº 296/68
 - Iconha: Lei nº 275/68
 - Piúma: Lei nº 40/68
 - Rio Novo do Sul: Lei nº 34/68
- 6 - Registro no Tribunal de Contas do (ES)
 - Nº 345/68.
- 7 - Registro na Secretaria de Educação e Cultura do (E.S.)
 - Livro nº 3 às Fls.30 (verso) 31 nº Protocolo: 10.983/71.
- 8 - Reconhecimento do Conselho Estadual de Educação do (E.S.)
 - Parecer nº 24/71 (Aprovação equivalente a 5a. e 6a. séries)
 - Parecer nº 130/74 (Aprovação do 1º Grau completo).
- 9 - Filiação à Union Internacionale des Organismes Familiaux
 - (UNESCO) - Paris - Fevereiro de 1972.
- 10 - Registro na Coordenadoria de Proteção Materno Infantil
 - Nº 4.351, Livro V. Fls. 51 - 20/11/74.

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS ESCOLAS-FAMÍLIAS-RURAISTÍTULO - ICONSTITUIÇÃO

- Art. 1º - Com o nome de Associação Internacional de Escolas Famílias Rurais constitui-se uma organização de caráter educativo e familiar, com âmbito internacional, que reger-se-á pelos presentes Estatutos . Sua duração é ilimitada.

DOMICÍLIO SOCIAL

- Art. 2º - O domicílio social principal desta Associação será à rua Réaumur 59, 75002 PARIS (FRANÇA). Tal domicílio social poderá ser mudado de cidade ou país, por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, por proposta da Junta Diretora.
- Art. 3º - O âmbito da Associação compreenderá todo o mundo - respeitado o Código Pedagógico das E.F.R. - sem qualquer discriminação de raça, ideologia ou regime político.

TÍTULO - IIFINS

- Art. 4º - Coordenar, promover e desenvolver as atividades de todas as organizações de E.F.R. no mundo.
- Art. 5º - Representar e defender os interesses das E.F.R. perante os organismos supranacionais e internacionais e estabelecer relacionamentos com eles.
- Art. 6º - Difundir e defender os princípios definidos no Código Pedagógico das E.F.R. perante a opinião pública e especialmente nos meios rurais, profissionais e familiares.
- Art. 7º - A pedido de interessados, assessorar na criação de novas E.F.R. e na organização de Uniãos Regionais ou Nacionais.
- Art. 8º - Velar especialmente para que estas novas Instituições respeitem o Código Pedagógico das E.F.R.
- Art. 9º - Fomentar a comunicação e o intercâmbio de experiências e de material didático entre as E.F.R. de todo o mundo.
- Art. 10º - Promover a criação de serviços comuns necessários para o melhor funcionamento da Associação e especialmente de um serviço central de informação e de investigação pedagógica.

TÍTULO - III

COMPOSIÇÃO

Art. 119 - A Associação Internacional de E.F.R. se compõe de membros ativos e honorários:

a) São membros ativos:

- As Uniões Nacionais, que reúnem todas as E.F.R. de um país.
- As organizações de âmbito regional ou nacional, que agrupam somente uma parte das E.F.R. de seu país.
- As E.F.R. independentes, à espera de seu agrupamento regional ou nacional.
- As pessoas ou Instituições que tenham iniciado a criação efetiva de E.F.R. ou que se dediquem direta ou indiretamente à sua promoção e ajuda.

Para serem admitidos como membros ativos deverão contar com o voto favorável da Junta Diretora e da Assembléia Geral por uma maioria de 2/3 de seus membros, após prévio informe favorável das organizações de E.F.R. já ligadas à Associação Internacional, que existam no seu país.

b) São membros honorários:

- Todas as pessoas físicas ou jurídicas que se tenham destacado por serviços prestados à Associação Internacional, se admitidos pela Junta Diretora e aceitos por 2/3 da Assembléia Geral.

Art. 129 - Perde-se a condição de membro da Associação Internacional de EFR por:

a) Por decisão unilateral do membro aderido.

b) Por proposta de eliminação feita pela Junta Diretora e ratificada por 2/3 da Assembléia Geral, pelos seguintes motivos:

- Por não haver respeitado reiterada e gravemente as obrigações contraidas com a Associação Internacional e especialmente as contidas nos Estatutos, tais como:
 - . A não assistência a três reuniões consecutivas sem motivo grave.
 - . O não pagamento das cotas.
 - . Em geral, por falta de interesse e colaboração para o bom andamento da Associação Internacional.
- Por desviar-se gravemente do Código Pedagógico das E.F.R.
- Por manter uma consciente e reiterada atitude de confronto, a nível nacional ou internacional, com outro membro da Associação Internacional.

Art. 139 - São direitos dos membros ativos:

- a) Participar de todas as atividades da Associação Internacional que lhes diz respeito.
- b) Ter voz e voto nas Assembléias Gerais.
- c) Ser candidato a qualquer posto de responsabilidade na Associação Internacional.
- d) Poder apresentar à Junta Diretora todos os projetos, iniciativas e sugestões que se julgue de utilidade para a Associação Internacional.

Art. 149 - São direitos dos membros honorários aqueles que a Assembléia Geral, e por delegação, a Junta Diretora, lhes conceder.

TÍTULO - IV

ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

Art. 159 - Os órgãos de direção da Associação Internacional de E.F.R. são a Assembléia Geral e a Junta Diretora.

A ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 169 - A Assembléia Geral é o órgão supremo e rege a vida da Associação Internacional.
Da Assembléia Geral podem participar com direito à palavra e voto todos os membros honorários.

Art. 179 - São participantes de direito à Assembléia Geral:

- Dois representantes de cada membro ativo. É recomendável que sejam eleitos entre os responsáveis de sua organização regional ou nacional e entre os representantes de suas Associações Familiares.
- Um representante a mais por vinte e cinco E.F.R. dependentes da mesma organização, com um máximo total de dez representantes por organização.

Art. 189 - A Assembléia Geral realizar-se-á em caráter ordinário e obrigatoriamente uma vez em cada dois anos para ouvir as comunicações da Junta Diretora; discutir e aprovar, se procedentes, as contas dos dois anos anteriores; votar o projeto de programação ("pressuposto") bianual; determinar as cotas e modalidades de pagamento; proceder à renovação dos componentes da Junta Diretora; estudar e decidir as propostas de admissão de novos membros; designar a data e lugar da próxima Assembléia Geral; e, de uma maneira geral, deliberar sobre qualquer outro tema incluído na Ordem do Dia.

Art. 199 - A Junta Diretora convocará a Assembléia Geral com a antecedência de pelo menos três meses da data fixada e enviará a Ordem do Dia.

Art. 209 - A Assembléia Geral ficará legalmente constituída:

- a) Em primeira convocação, com a assistência presente e representada, da metade mais um de seus membros.
- b) Em segunda convocação, se não houver "quorum" suficiente na primeira, qualquer que seja o número de participantes. Os acordos se farão por maioria simples de votos das pessoas presentes e representadas. Estas decisões obrigarão a todos os membros, presentes ou não.
O membro que estiver impedido de assistir à Assembléia Geral poderá fazer-se representar por outro membro da Assembléia, mediante procuração ("escrito en efecto"). Uma mesma pessoa porém, não poderá representar mais do que dois votos além do seu.

Art. 219 - A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Junta Diretora ou pela pessoa que legalmente a substitua.
O Secretário da Assembléia Geral será o Secretário da Junta Diretora.
De cada reunião se lavrará a ata correspondente, que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

Art. 229 - Qualquer outra Assembléia diferente da Assembléia Geral Ordinária, estabelecida no Art. 189, terá o caráter de Assembléia Extraordinária. Esta Assembléia Extraordinária será convocada por iniciativa da Junta Diretora ou por 1/3 dos membros ativos, sem-

pre que os interesses da Associação Internacional o exijam. Esta Assembléia reger-se-á pelo disposto nos artigos 199, 209 e 219 dos presentes Estatutos, salvo para as decisões que requirem o acordo de 2/3 dos votantes.

O voto favorável de 2/3 das pessoas presentes ou representadas será necessário para os seguintes assuntos, que são da competência exclusiva da Assembléia Extraordinária:

- a) Modificação dos Estatutos.
- b) Eliminação de algum membro da Associação Internacional de E.F.R.
- c) Mudança de cidade ou país da sede social da Associação Internacional das E.F.R.
- d) Dissolução da Associação Internacional das E.F.R.
- e) Qualquer outro assunto importante que, por sua gravidade, a Junta Diretora proponha seja tratado pela Assembléia Extraordinária.

A JUNTA DIRETORA

Art. 239 - A Associação Internacional de E.F.R. será administrada por uma Junta Diretora composta de três ou seis pessoas, eleitas por votação direta da Assembléia Geral, levando em conta o número de E.F.R. de cada país; para um período de dois anos, sendo possível sua reeleição para um segundo mandato.

Art. 249 - As pessoas eleitas para a Junta Diretora escolherão entre elas o Presidente, um ou vários Vice-presidentes, o Tesoureiro e Secretário ou o Secretário-Tesoureiro.

Art. 259 - A Junta Diretora reunir-se-á pelo menos duas vezes ao ano e tomará suas decisões por maioria simples dos membros presentes ou representados, decidindo em caso de empate, o voto de "Minerva" do Presidente.

Art. 269 - São faculdades da Junta Diretora:

- a) Propor a Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, a admissão ou eliminação de algum membro da Associação Internacional de E.F.R.
- b) Executar as decisões tomadas na Assembléia Geral.
- c) Criar um Secretariado Permanente e dar-lhe os meios para executar trabalhos encomendados pela Junta Diretora ou pela Assembléia Geral.
- d) Proceder a abertura de contas correntes, à disposição de fundos, à contratação de créditos, e, em geral, representar a Associação Internacional em todos os atos naturais ou jurídicos necessários para o desenvolvimento de sua atividade e o cumprimento de seus fins.

Art. 279 - O Presidente da Junta Diretora representará a Associação Internacional de E.F.R. e tem como faculdades concretas:

- a) Convocar e presidir as reuniões da Assembléia geral e da Junta Diretora.
 - b) Firmar com sua assinatura ("visto bueno") as Atas e certificações.
 - c) Em geral, dar unidade a todas as atividades da Associação Internacional e de sua Junta Diretora.
 - d) Executar os acordos da Junta Diretora.
 - e) Ordenar e Assinar os pagamentos.
- Em caso de impossibilidade ou demissão será substituído pelo Vice-presidente.

TÍTULO - VPATRIMONIO E RECURSOS

- Art. 28º - A Associação Internacional de E.F.R. não tem fim lucrativo algum. Será amparada pelas cotas anuais pagas pelos membros ativos e honorários.
A Associação Internacional de E.F.R. poderá utilizar igualmente qualquer recurso, donativo, legado, etc...
Estas necessidades financeiras serão fixadas na programação biennial, preparada pelo Tesoureiro, apresentado pela Junta Diretora e aprovado pela Assembléia Geral.
- Art. 29º - No caso de dissolução da Associação Internacional de E.F.R., todo o ativo e passivo que possa existir será transferido proporcionalmente para os membros ativos da Associação, salvo que a Assembléia Geral Extraordinária, convocada para isto, disponha de outra maneira.

REGIMENTO ESCOLAR DAS ESCOLAS DA FAMÍLIA AGRÍCOLA (Partes do...)Preâmbulo

Estas normas visam precisar o espírito que deve animar as Escolas da Família Agrícola (EFA), mantidas pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e definir normas para o funcionamento das mesmas.

As EFAs se regem pelos seguintes princípios:

- A vida amadurece e faz crescer mais que a Escola e os Mestres.
- A responsabilidade é a base de todo desenvolvimento.
- O importante é o conjunto e não o particular.

TÍTULO - IDisposições Preliminares

- Art. 1º - A denominação oficial dos estabelecimentos é: Escola da Família Agrícola (EFA), acrescentada do nome da localidade e do município onde está situada a escola.
-
- Art. 2º - A entidade mantenedora, Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) tem sua sede na Praça Anchieta, 1.
ANCHIETA - Estado do Espírito Santo.
- Art. 3º - As Escolas da Família Agrícola estão legalmente autorizadas a funcionar pelo parecer 24/71 do Conselho Estadual de Educação aprovado na sessão plenária de 26/03/71.

TÍTULO - IIDos fins e Objetivos:

- Art. 4º - As EFAs pretendem desenvolver um trabalho educacional no meio rural, contando com a participação das famílias dos agricultores, das comunidades, da equipe de monitores e das entidades municipais, estaduais, nacionais e internacionais. Todos participam desta ação comunitária educativa e desenvolvimentista, buscando a promoção do homem do campo. Não se trata pois de um trabalho estritamente escolar nos moldes tradicionais, procurando atingir não somente os jovens do meio rural mas envolver toda a comunidade em um trabalho comum.
- Art. 5º - Para a consecução dos fins e objetivos estabelecidos no Art. 4º, a EFA propõe uma metodologia própria considerando o aluno inserido em sua família e comunidade, procurando não somente o crescimento do aluno, mas deste com sua família e comunidade.
- Art. 6º - Para a integração do aluno à sua família e comunidade, a EFA se utiliza dos seguintes meios: Alternância, Plano de Estudo, Internato e Ação Comunitária.

TÍTULO - III

Da Organização Administrativa

Capítulo I

Da Equipe da Escola

Secção I - Da contribuição da equipe

- Art. 7º - Cada EFA estará sob a responsabilidade de uma equipe composta de 4 monitores, sendo que um deles exercerá a função de Coordenador.
- Art. 8º - A formação das equipes é de competência da Secretaria Executiva do MEPES e deverá ser aprovada pela Junta Diretora.
- Art. 9º - A Secretaria Executiva, antes de formar cada equipe, deverá consultar os monitores e o Conselho Administrativo de cada Escola.

Secção II - Das Competências e Atribuições da Equipe

- Art. 10º - Cada membro da equipe terá a responsabilidade de um setor de trabalho, não se limitando somente ao ensino mas participando também das atividades da escola e do ambiente, de acordo com suas capacidades e as exigências do trabalho.
- Art. 11º - A equipe deve orientar o aluno no trabalho comunitário, tornando-se também ele um agente de desenvolvimento.
- Art. 12º - A Equipe necessita de formação técnico-pedagógica exigida pelo trabalho. Cabe a cada membro procurar o aperfeiçoamento dentro de seu setor de trabalho, devendo a Secretaria Executiva facilitar este aperfeiçoamento.
- Art. 13º - Cada membro da equipe deve manter contato direto com os pais para um melhor trabalho de educação.
- Art. 14º - Cada equipe deverá se reunir periodicamente para avaliação e planejamento do trabalho.
- Art. 15º - Cada equipe deverá apresentar à Secretaria Executiva e aos pais a programação anual das atividades escolares.
- Art. 16º - Antes de afastar definitivamente um aluno da escola, a equipe tem a obrigação de consultar o Conselho Administrativo e a Secretaria Executiva.
- Art. 17º - A equipe deverá promover um ambiente de respeito, trabalho e convivência educativa na escola.

Secção III - Das Responsabilidades da Equipe

- Art. 18º - Tendo em vista o entrosamento com as famílias, a equipe deverá fazer pelo menos 3 visitas por ano às famílias dos alunos.
- Art. 19º - Cada membro da equipe deverá responder por suas responsabilidades diante do Conselho Administrativo e da Secretaria Executiva.
- Art. 20º - A Equipe se compromete a integrar-se à filosofia do MEPES e atuar em conformidade com ela.
- Art. 21º - Ela é também responsável pelo progresso e pelo desenvolvimento do MEPES.
- Art. 22º - Cada membro da equipe, juntamente com o Coordenador é responsável

vel pelo relacionamento com as pessoas físicas e jurídicas com as quais a escola mantém contato.

Secção IV - Do tempo de trabalho

Art. 23º - O tempo de trabalho é integral, por isso, outros encargos remunerados ou demasiado absorventes, não serão permitidos.

Parágrafo 1º - A presença permanente do monitor entre os alunos (inclusive durante as noites e recreio) é considerada de necessidade absoluta, para um maior entrosamento entre aluno e o educador.

Parágrafo 2º - A duração normal do trabalho na Escola vai do começo das aulas até as refeições inclusive. Fora deste tempo, os monitores que não forem responsáveis do dia ficam livres.

Parágrafo 3º - Cada monitor tem direito a:

- a) um dia e meio de descanso por semana
- b) 10 dias de férias no meio do ano escolar
- c) 30 dias de férias no fim do ano escolar.

Secção V - Do Coordenador e Competências.

Art. 24º - O Coordenador é escolhido pela equipe de cada escola e apresentado à Secretaria Executiva para a aprovação.

Art. 25º - O Coordenador é responsável pelo bom andamento da escola no seu conjunto.

Parágrafo 1º - Participa das reuniões dos Coordenadores das outras escolas quando convocadas pela Secretaria Executiva, devendo depois convocar à equipe as conclusões.

Parágrafo 2º - Apresenta à Secretaria Executiva as decisões tomadas na escola.

Parágrafo 3º - Reune periodicamente a equipe para a programação e revisão do trabalho.

Parágrafo 4º - Garante a execução e eficiência do trabalho planejado em equipe exigindo dos monitores e alunos a execução das suas tarefas.

Secção VI - Dos Monitores e Competências

Art. 26º - A atividade do monitor é feita de acordo com a escolha levada e feita dentro da equipe, sendo responsável pelas incumbências determinadas em equipe.

Parágrafo 1º - O monitor deve obedecer a um programa escolar já estabelecido para as escolas.

Parágrafo 2º - O monitor terá a seu cuidado as matérias que lhe forem atribuídas pela equipe.

Parágrafo 3º - Para deixar o trabalho o monitor deverá consultar a equipe e o Coordenador.

Parágrafo 4º - O monitor deverá participar de reuniões, encontros e cursos dentro de sua especialização e depois transmitir à equipe as conclusões.

.....

Capítulo II

Dos Órgãos Colegiados

Secção I - Do Conselho Administrativo

- Art. 379 - A responsabilidade administrativa de cada escola cabe a um Conselho Administrativo, formado de:
- a) Coordenador da Escola;
 - b) Um representante da comunidade local, indicado pela Associação de pais e pela Secretaria Executiva;
 - c) Três representantes dos pais dos alunos eleitos pela Assembléia dos pais;
 - d) Dois representantes dos ex-alunos, eleitos pela Assembléia dos ex-alunos.
 - e) Dois representantes dos alunos, um para cada turma, eleitos pelos próprios alunos.

- Art. 389 - Cabe ao Conselho Administrativo:
- a) Atuar no recrutamento de novos alunos para as Escolas, concientizando os pais e comunidades sobre o valor da educação.
 - b) Determinar juntamente com a equipe de monitores, o calendário das atividades escolares.
 - c) Participar do exame de seleção dos alunos.
 - d) Acompanhar o andamento da escola.
 - e) Avaliar as decisões tomadas pela equipe.
 - f) Administrar a escola e a propriedade, controlando a contabilidade de ambas.
 - g) Avaliar no final do ano o andamento da Escola e enviando à Secretaria Executiva do MEPES sugestões sobre a Escola e os diversos agentes educacionais;
 - h) Promover a participação dos pais e comunidade na vida da escola.
 - i) Participar da avaliação final dos alunos.

Art. 399 - O Conselho administrativo deverá ser renovada cada 2 (dois) anos.

Parágrafo 19 - As reuniões ordinárias do Conselho Administrativo serão mensais, devendo ser realizadas no mínimo 10(dez) por ano.

Parágrafo 29 - Qualquer membro do Conselho Administrativo poderá solicitar reuniões extraordinárias.

Parágrafo 39 - As decisões serão válidas quando contarem com a maioria de votos dos presentes.

Secção II - Da Associação dos Pais

Art. 409 - Os pais são os principais agentes educacionais pois são responsáveis diretos pela educação dos filhos devendo participar e favorecer o diálogo entre família e Escola, para que esta possa corresponder aos anseios de todos.

Art. 419 - Para uma maior participação na ação educativa da Escola, os pais devem se congregarem em associação.

Parágrafo único: Os pais têm as seguintes atribuições:

- a) participar das decisões tomadas na Escola.
- b) Ajudar a equipe nas dificuldades.
- c) Ajudar os filhos para que possam desenvolver seus conhecimentos adquiridos na Escola.
- d) Promover, juntamente com os filhos, atividades comunitárias nas comunidades.
- e) Indicar o representante da comunidade local para o Conselho Administrativo.
- f) Eleger os três representantes para o Conselho Administrativo.
- g) Elegido os três representantes para o Conselho Administrativo.
recrutamento de novos alunos.
.....

EXEMPLARES DE PLANOS DE ESTUDO

P.E. : A HISTÓRIA DA NOSSA FAMÍLIA
 Alunos : 1º Ano
 Alternância: 2 Sessão
 Data : 6 de março de 1976

Sabemos que 50 anos atrás aqui no norte do Espírito Santo quase não havia moradores. Agora já existem comunidades com muitos moradores.

A história dos primeiros moradores desta região ainda não foi escrita, mas um dia alguém a escreverá.

Nós não precisamos esperar que alguém escreva essa história, porque nós e as nossas famílias tomamos parte desta história.

Será que esta história não merece ser conhecida?

Será que é importante só a história que está escrita nos livros?

Será que esta história não pode ensinar nada aos nossos filhos?

1. Quando a nossa família veio morar aqui no norte do Espírito Santo?
2. Antes de vir para o norte, aonde morou a nossa família?
3. Por que motivo a nossa família deixou o lugar aonde morava e veio para o norte do Espírito Santo?
4. Quando viemos para o norte do Espírito Santo, aonde fomos morar?
5. Quando chegamos, o que encontramos por estas bandas?
6. Logo que chegamos, que dificuldades enfrentamos para ajeitar as coisas?
7. Como conseguimos a terra aqui no norte?
8. Desde que estamos aqui no norte do Espírito Santo, em quais lugares já moramos?

Antes de vir para cá, a maioria das famílias que moram aqui no norte, moravam no sul do Estado. Mas se formos olhar a história da nossa família, descobrimos que os nossos avós ou bisavós vieram de bem mais longe.

9. Quando os nossos avós ou bisavós chegaram ao Brasil?
10. De onde vieram?
11. Que problemas enfrentaram na viagem?
12. Que bens possuíam quando chegaram ao Brasil?
13. Logo que chegaram ao Brasil, em que lugar foram morar?
14. Que dificuldades encontraram para poder morar e trabalhar lá?

Pensando na história dos nossos antigos, descobrimos que foi, muitas vezes, uma história de dificuldades e de lutas. E tudo para conseguir um pedaço de terra para sustentar a família. Agora somos nós que levamos para a frente a luta que eles começaram.

15. No pé em que as coisas vão indo, o que achamos da nossa situação hoje em dia?
16. Na nossa vida de hoje, que problemas estamos encontrando?
17. O que estamos pensando em fazer para melhorar a nossa vida?

*:**
 BOM TRABALHO e ATÉ À PRÓXIMA de 21 a 27 de março de 1976

P.E.: A CULTURA DA MANDIOCA EM NOSSA PROPRIEDADE
 ALUNOS: 1º Ano
 ALTERNÂNCIA: 8a. Sessão
 DATA: 31 de julho de 1976

Até pouco tempo a mandioca em nossa região era quase somente uma cultura para o consumo da propriedade, ou entregue por quase nada às fábricas de farinha.

Hoje os agricultores falam que a mandioca já compensa o trabalho de plantar. Com isso a mandioca vem ganhando campo também como uma cultura que pode dar um bom lucro.

1. Quantos pés de mandioca temos em nossa propriedade?
2. Quais os tipos de mandioca que temos?
3. Aonde está plantado o nosso mandiocal?
4. Que vantagem oferece este lugar?
5. Como nós cuidamos do nosso mandiocal?
6. Que dificuldades encontramos para formar o mandiocal?
7. Qual a vantagem de termos um mandiocal?
8. Qual é o preço da mandioca, este ano?

Até poucos anos atrás a mandioca não tinha muito valor. De um ano para cá o preço dela foi subindo muito.

9. Quantos pés de mandioca tínhamos na nossa propriedade há 4/5 anos atrás?
10. Que dificuldades encontrávamos naqueles anos para formar o mandiocal?
11. Que uso fazíamos da mandioca naqueles anos?
12. Qual era o seu preço naqueles anos?
13. Então, o que mudou daqueles anos para cá?
14. Na nossa opinião, por causa de que o preço da mandioca subiu tanto assim?
15. A quem está favorecendo este aumento de preço?
16. E a quem está prejudicando?
17. Que vantagens trouxe para nós este aumento de preço?
18. Trouxe também algumas desvantagens? Quais?

Vendo a situação de hoje e olhando à situação do passado podemos fazer os nossos planos para o futuro.

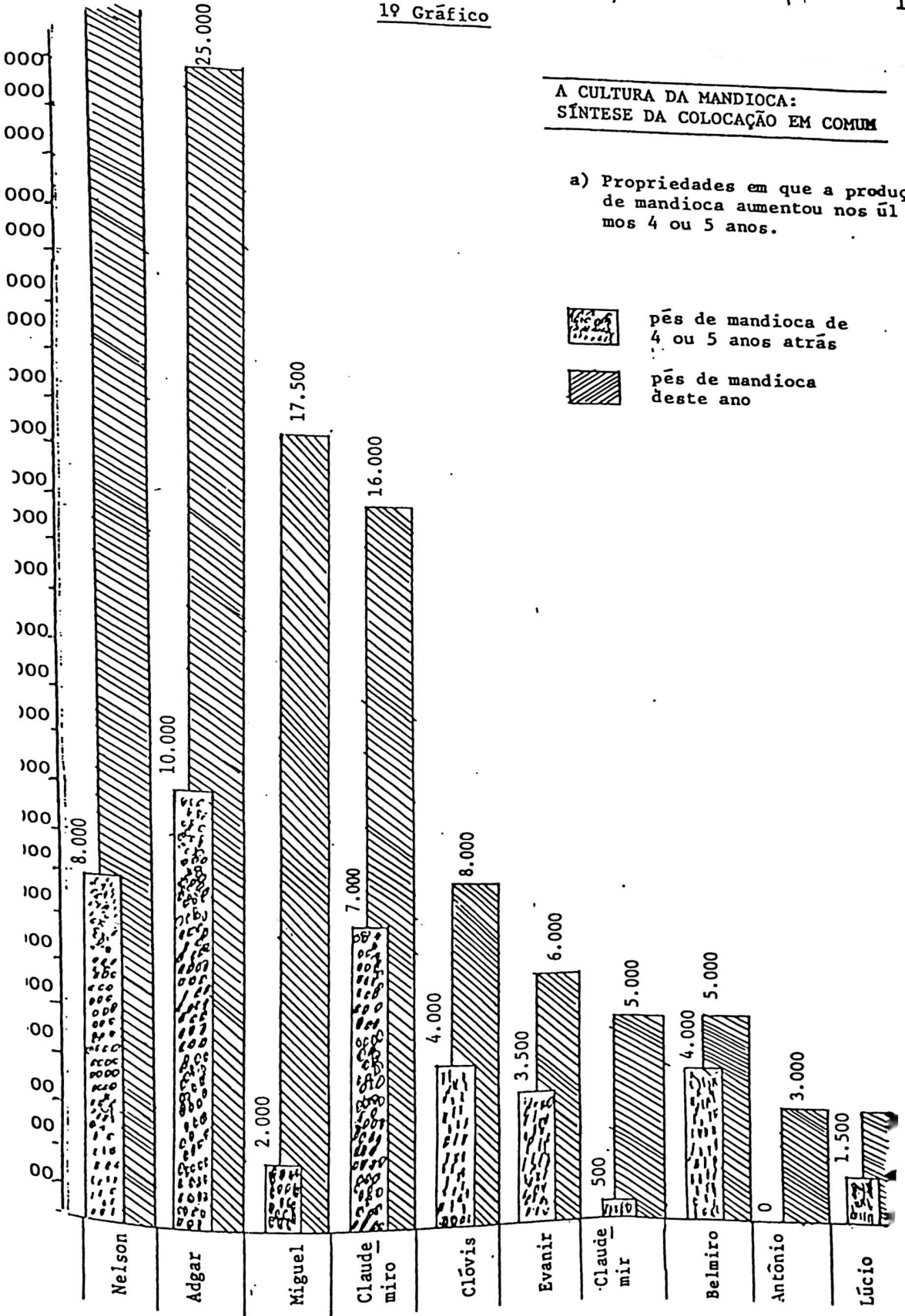
19. Nos próximos anos, como pensamos que será o preço da mandioca?
20. Nós, quanta mandioca temos intenção de plantar nos próximos anos?
21. Enfim, achamos que vale a pena arriscar um bom plantio de mandioca? Por que?

:

19 Gráfico

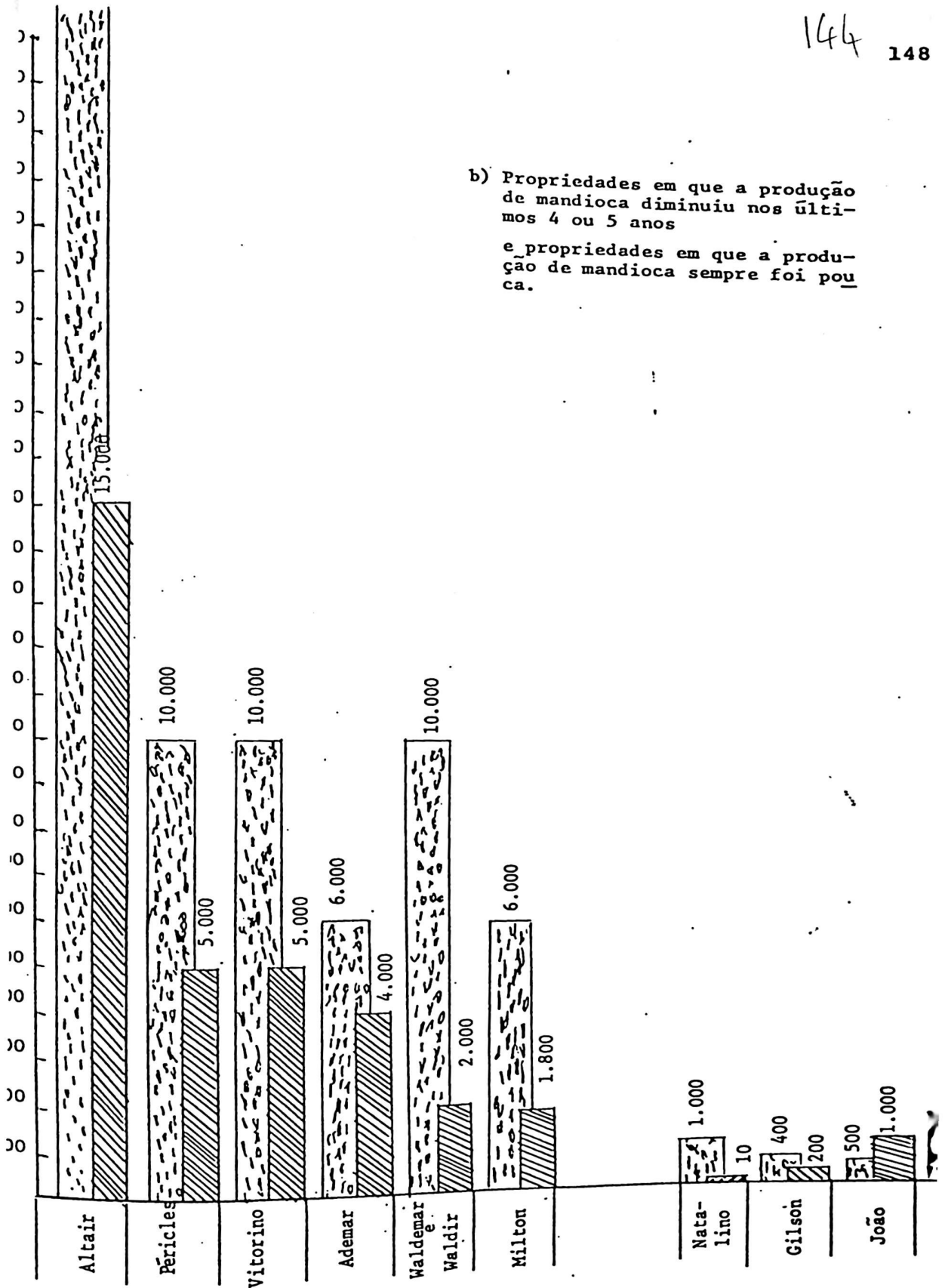
A CULTURA DA MANDIOCA:
SÍNTESE DA COLOCAÇÃO EM COMUM

a) Propriedades em que a produção de mandioca aumentou nos últimos 4 ou 5 anos.



b) Propriedades em que a produção de mandioca diminuiu nos últimos 4 ou 5 anos

e propriedades em que a produção de mandioca sempre foi pouca.



2ª - Observações

O gráfico das páginas anteriores representa a situação da cultura da mandioca nas nossas propriedades. Olhando o gráfico podemos fazer as seguintes observações:

1ª - Nos últimos anos, em 10 propriedades, a produção de mandioca aumentou do dobro e, às vezes, até muito mais que isso. É que alguns agricultores já tinham notado que a mandioca estava tendo uma boa saída e por isso plantaram mais.

2ª - Sempre nos últimos anos, em 6 propriedades, a produção diminuiu. Isto parece ter acontecido porque anos atrás a mandioca quase não tinha valor e os agricultores desanimaram de plantar muito.

3ª - Enfim, notamos que em 4 propriedades a produção de mandioca nunca foi muito grande.

3ª - Mais algumas observações

1) Reparamos que as VARIEDADES de mandioca plantada são muitas. Os alunos fizeram as listas seguintes:

VARIEDADES DE AIPIM: branco, roxo, rosa, ponta roxa, cacau, arara, ararim, saracura, branquinha, manteiga, talo vermelho, cinco minutos, canoa ou vara de canca, rabanete.

VARIEDADES DE MANDIOCA BRAVA: mandioca brava, margarina, chargona, piriquite, gravetinha, armônica, veadinha, formosa, formosinha, alcerim.

São 24 variedades, cada uma com seu nome. Isto mostra que a mandioca é uma cultura muito popular.

2) ESCOLHA DO LOCAL: a mandioca é uma cultura que se dá bem mesmo em terras não muito boas. A maioria dos agricultores planta mandioca no meio do café novo, principalmente no morro.

Esta prática traz as seguintes vantagens:

- * É aproveitada a terra entre as carreiras de café.
- * A mandioca é a cultura que se dá melhor no meio do café.
- * Plantando mandioca no meio do café, é mais fácil que sobre um pedaço de terra, na propriedade, para o milho.
- * A mandioca sombreia o café novo.

Mas tem também algumas desvantagens:

- * A mandioca tira a força do café.
- * O café não cresce bem, fica amarelado e não carrega bem.
- * Na hora da colheita, se tiver mandioca no meio, atrapalha.

3) As DIFICULDADES encontradas para cuidar direito do mandiocal são as capinas para combater o mato e estar sempre em cima para combater as formigas, porque não tinha remédios bons.

4) As VANTAGENS de ter um mandiocal na propriedade são:

- * Fazer farinha e polvilho para o gasto.
- * Preparar comida para as criações.
- * Economizar milho.
- * Enfim vender. E hoje se vende mais que no passado e a um preço melhor.

5) O PREÇO atual de um carro de mandioca é de Cr\$ 3.000,00 contra os Cr\$ 300,00 de alguns anos atrás. Um saco de farinha que valia uns Cr\$20,00, já passou para 180,00 ou 200,00.

Por que o preço da mandioca subiu tanto?

As causas apontadas foram:

- * Hoje há mais farinheiras e mais comércio.
- * A farinha está sendo comercializada também em lugares que não produzem mandioca.
- * Nada mais produz com fartura, como uma vez. A mandioca começou a ficar em falta e o preço subiu.
- * A farinha subiu porque nada hoje é barato. Tudo tem valor e pode ser vendido.
- * Uma vez a mandioca tinha poucas utilizações: fazer farinha e preparar comida para as criações. Hoje, deve ter outras utilizações. Pelo menos é aquilo que alguns dizem, mesmo se ninguém sabe dizer com certeza quais são estas outras utilizações. Fala-se por aí que estão tirando álcool da mandioca para substituir, em parte, a gasolina, que está muito cara. Mas aqui lo que se sabe sobre isto é bem pouco.

O fato é que o preço subiu. O difícil é dizer por que subiu! Os motivos deste aumento de preço não são bem claros, pelo menos para nós.

Todos sabemos que a farinha é uma comida fraca, mas, ao mesmo tempo é uma comida muito comum. A maioria dos brasileiros não come sem farinha. Será que o comércio não está se aproveitando deste costume para lucrar o mais que pode?

Ou será que o preço está subindo porque algumas indústrias estão querendo tirar álcool ou outras coisas da mandioca?

O atual aumento de preço está favorecendo aos agricultores e aos comerciantes, mas está prejudicando aos consumidores, isto é, aqueles que vão comprar farinha no comércio.

Para os agricultores este aumento de preço trouxe mais animação para plantar. Animados não estão só os proprietários, mas os meeiros também.

Conclusão: Um aluno escreveu: "O preço atual ajuda aos pobres que produzem mandioca e prejudica aos pobres que compram farinha". Esta nos pareceu uma observação muito fina, que nos obriga a pensar naquilo que está por trás deste aumento de preço.

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Fica meio difícil estabelecer com certeza as épocas das chuvas, de antigamente e de hoje. Mesmo assim os agricultores afirmam que uma vez chovia mais. Hoje em dia, parece que a seca está cada vez mais castigando as culturas e as chuvas muitas vezes atrasam.

Este ano, por exemplo, o atraso da chuva prejudicou o plantio de feijão e a seca de dezembro-janeiro prejudicou a colheita de milho e feijão.

As épocas em que os agricultores mais precisam de chuva, são os meses de março-abril e setembro-outubro, isto é, os meses de plantio das culturas brancas.

Não é só a falta de chuva que está prejudicando as culturas. Têm também os insetos e o enfraquecimento da terra. Será que falta de chuva, insetos e enfraquecimento da terra não estão ligados um com o outro?! Será que uma coisa não tem nada a que ver com as outras?!

A seca, além de prejudicar as culturas, trás também outras desvantagens: dificulta o trabalho, seca os córregos, dá muita poeira e resseca solo.

Por que as chuvas estão diminuindo?

1º - Muitos dizem que se não chove é porque Deus não quer, ou porque é um castigo de Deus ou porque os homens não rezam mais.

Mas os alunos das escolas, estudando, descobrem que a chuva é um fenômeno da natureza, que não tem nada a ver com milagre.

Então, como combinar as duas coisas? Isto é, a chuva vem de Deus ou vem da natureza?

Quando um carro enguiça, a culpa não sempre é de quem construiu o carro, e sim de quem usou o carro. Como não soube usá-lo direito, estragou-o.

Quem construiu este mundo foi Deus mesmo, e ele o fez muito bem, de maneira que não faltassem as chuvas e todas as outras coisas que os homens precisam.

Porém, Deus entregou este mundo bem feito na mão dos homens e agora os responsáveis pelo bom funcionamento do mundo são os próprios homens.

Se não chove mais como antigamente, será que é porque Deus não quer ou não será porque os homens estragaram aquelas coisas criadas por Deus, que nos davam a chuva? As matas, por exemplo!

E se continuar a chover cada vez menos, será que adianta muito ficar só rezando?

Deus entregou este mundo, por ele criado, não a crianças, e sim a homens adultos e responsáveis. E se estes homens estragaram, em parte, o que Deus fez tão bem, a quem cabe o dever de consertar as coisas? Ao próprio Deus ou aos homens?

2º - Muitos dizem que se não chove é porque estão acabando com as matas. Eles dizem que as matas puxam as chuvas. Os agricultores mesmos, constataram que quando tinha as matas chovia quase todos os dias e hoje chove bem menos.

Nas escolas os alunos aprendem que as plantas seguram muitas das águas das chuvas, depois as chupam para o seu sustento e enfim lançam no ar

uma grande quantidade de vapor de água que, em seguida, forma as nuvens e daí outras chuvas.

Aonde não tem matas, as chuvas provocam enxurradas, as águas vão logo para os córregos e são levadas embora. A terra resseca cada vez mais, tem pouca evaporação da terra, se formam poucas nuvens (que o vento pode até carregar embora), e assim vai chovendo cada vez menos.

Se o IBDF e o governo estão baixando leis para não acabar com as matas, deve ser porque eles também estão vendo que a situação não está muito boa e acham que com as matas o ambiente e as terras não se conservam bem. Então, deve ser que o IBDF e o governo também acham que conservando as matas se favorecem as chuvas.

Pensando no futuro

Alguém está preocupado que o Norte do Espírito Santo vire deserto. Isso já foi escrito em alguns jornais e revistas. Talvez seja um pouco exagerado.

O deserto é um lugar onde não chove e aonde não se produz nada porque as plantas não têm condições de viver.

Se por aqui estamos notando uma diminuição das chuvas e uma diminuição das produções, devemos nos preocupar. Será que não estamos a caminho do deserto? O que podemos fazer para não chegar até lá? Temos que pensar!

DOCUMENTO DE SANTA HELENAOS OBJETIVOS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO MEPES1. Objetivos Gerais.

Para planejar uma ação educativa, não é suficiente o conhecimento da realidade onde se atua ou da população com quem se lida, é preciso uma opção filosófica, isto é, é preciso explicitarmos o termo social final 'para que' nós queremos trabalhar.

Trata-se de um ponto de extrema importância, sem o qual trabalharemos sem consciência como meros executores. Doutra lado é preciso concordarmos, pelo menos no mais importante, caso contrário cada qual levaria para um lado diferente e faltaria assim a união indispensável.

Para que tipo de sociedade nós queremos marchar? Quais as características fundamentais da sociedade futura que nós queremos?

De acordo com os relatórios concluímos que, o grupo como um todo, não definiu claramente o 'PARA QUE' do seu trabalho educativo. Porém, analisando os dados por ele fornecidos nas discussões, colhemos alguns elementos que permitiram definir uma hipótese:

- Construção de uma sociedade em que, progressivamente:

- a) haja mais participação:
 - na cultura;
 - no poder;
 - nas informações;
- b) haja mais condições suficientes de trabalho para todos:
 - terra;
 - valorização da profissão;
 - técnica;
- c) haja reflexão sobre a realidade:
 - conhecimento dos desequilíbrios e das possibilidades;
 - atitude crítica diante desses desequilíbrios e possibilidades;
- d) que as pessoas saibam decidir o que fazer e como fazer na vida;
- e) que o relacionamento na família, no trabalho e na comunidade viva dentro de um clima de democracia (igualdade, respeito humano, sem autoritarismos, etc.);
- f) que se encare a religião como fazendo parte da vida do dia a dia;
- g) que se vá acabando com a exploração entre as pessoas individualmente e entre as classes.

Essas são as linhas fundamentais de nossa filosofia social. Conforme essas linhas devemos planejar nossa ação social e avaliar nossos resultados.

DOCUMENTO DE SANTA HELENA

OS OBJETIVOS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO

1. Objetivos Gerais.

Para planejar uma ação educativa, não é suficiente conhecer a realidade onde se atua ou da população com quem se trabalha. Uma ação filosófica, isto é, é preciso explicitar o tipo de sociedade que nós queremos trabalhar.

Trata-se de um ponto de extrema importância. Não podemos trabalhar sem consciência como meros espectadores. Nosso trabalho não é apenas um trabalho, pelo menos no mais importante. Não podemos trabalhar sem um lado diferente e faltaria assim a nossa compreensão.

Para que tipo de sociedade nós queremos trabalhar? Quais as características fundamentais da sociedade futura que nós queremos?

De acordo com os relatórios concluímos que o grupo como um todo não definiu claramente o 'PARA QUE' do seu trabalho educativo. Porém analisando os dados por ele fornecidos nas discussões, colhemos alguns elementos que permitiram definir uma hipótese:

- Construção de uma sociedade em que, progressivamente:

- a) haja mais participação:
 - na cultura;
 - no poder;
 - nas informações;
- b) haja mais condições suficientes de trabalho para todos.
 - terra;
 - valorização da profissão;
 - técnica;
- c) haja reflexão sobre a realidade:
 - conhecimento dos desequilíbrios e das possibilidades;
 - atitude crítica diante desses desequilíbrios e possibilidades;
- d) que as pessoas saibam decidir o que fazer e como fazer na vida,
- e) que o relacionamento na família, no trabalho e na comunidade seja feito de um clima de democracia (igualdade, respeito humano, não autoritarismo, etc.);
- f) que se encare a religião como fazendo parte da vida de dia a dia,
- g) que se vá acabando com a exploração entre as pessoas individualmente entre as classes.

Essas são as linhas fundamentais de nossa concepção social. Com essas linhas devemos planejar nossa ação social e avaliar nossos resultados.

2. Objetivos Específicos.

- Orientar social e profissionalmente o jovem do meio rural, para a vida, em vista de sua participação numa sociedade democrática.

a) Nível Cognitivo

- Pessoal: conhecimento que permita ao jovem participar da sociedade;
- Profissional: conhecimento que permite escolher uma profissão e iniciar sua vida profissional;

b) Nível de aptidões

- Pessoal:
 - informar-se no cultural, social e político;
 - informar à sua comunidade e outras comunidades;
 - analisar situações e fatos, integrá-los em uma visão de conjunto, avaliar fontes de informações, situação, fatos e atitudes;
 - atuar nas estruturas culturais, sociais e políticas ao seu alcance;
 - criar soluções novas, no cultural, social e econômico;
 - no geral, para manter e desenvolver seu potencial físico, intelectual e afetivo;
- Profissional:
 - informar-se sobre problemas e técnicas novas no campo profissional;
 - transmitir esta informação à sua própria comunidade e outras;
 - analisar situações e dados, comparar com outros, relacionar com dados técnicos e científicos, avaliar práticas e resultados e sistematizar;
 - planejar, dirigir e executar suas tarefas profissionais;
 - adaptar-se a situações novas e criar soluções adequadas;

c) Nível atitudinal

- Pessoal:
 - criar atitudes de crítica, criatividade, de participação diante da religião, de situações políticas e sociais e da economia;
 - receber informações e interpretá-las;
 - aceitação e valorização de cada um, em suas características físicas e intelectuais;
 - apreço da vida e do trabalho em equipe;
 - sentido de responsabilidade no profissional, no cultural, no social e no político.

3. Objetivos quanto ao Meio Ambiente

- Fazer com que o homem do campo se promova tendo a EFA como veículo de orientação.
- Realizar um processo centrípeto para o campo, a longo, médio e curto prazo, isto é, a orientação fundamental da EFA é de abrir possibilidades quanto ao meio rural, sem porém criar obstáculos à saída do campo (ex: diploma e cultura geral).
- Viver e acompanhar a problemática e possibilidade do meio ambiente.
- Fazer com que esta sociedade sinta as problemáticas, conscientizando-se sobre as mesmas.
- Fazer com que o homem do campo se sinta valorizado perante seus atos.

- Estimular a formação de líderes dentro da comunidade.
- Fazer com que o homem do campo tenha capacidade de autoconfiança nas suas possibilidades.
- Fazer com que a ação da escola seja capaz de atender a todas as classes rurais.
- Levar o homem do campo a assumir conscientemente a vida, escola.
- Preparar pessoas para assumir a responsabilidade em divulgar e atuar, no sentido da comunidade.

REFERÊNCIAS PARTICULARES:

- Pais: Fazer com que os pais assumam o seu papel de educadores quanto ao filho e ao meio ambiente.
- Agricultores: orientar e estimular tecnicamente os agricultores (pais e não pais) quanto aos problemas de sua propriedade.
- Lideranças: (políticas, religiosas, sociais, comerciais, ex-alunos, etc.) fazer com que assumam ativa e positivamente a problemática desenvolvimentista do meio rural.

BASES ESTRUTURAIS E METODOLÓGICAS
DAS ESCOLAS DA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO MEPES

Para responder às exigências do meio rural, as Escolas-Família operam conforme as seguintes bases estruturais e metodológicas:

- Alternância - Plano de Estudo - Internato e pequeno grupo - Idade dos alunos - Ciclo de formação - Papel das famílias - Papel da Comunidade - Papel do Centro de Formação.

1. A Alternância

A alternância constitui a estrutura pedagógica fundamental e permite, através do Plano de Estudo, uma relação autêntica entre vida e escola.

Pode ser definida como continuidade da formação numa descontinuidade de atividades. O jovem permanece uma semana na escola e quinze dias com sua família continuando, assim, a alternância durante todo o ano de formação.

Por serem três os anos de formação, cada Escola-Família realiza um rodízio desta forma: quando o 1º ano fica na Escola, pela duração de uma semana (chega na 2a. feira e volta no sábado), o 2º e 3º anos ficam em casa; quando o 2º fica na escola, o 1º e 3º permanecem em casa; e quando o 3º ano fica na escola, o 1º e 2º estão em casa. Cada turma, portanto, passa alternadamente 13 semanas (sessões) por ano na Escola que, desta maneira, nunca fica ociosa.

Essa alternância permite uma formação em três fases:

a) uma fase de Pesquisa, realizada na vida, para despertar o interesse. O jovem descobre sua experiência e progressivamente chega a uma tomada de consciência.

A vida da família e da comunidade de cada aluno representa o ponto de partida da educação nas Escolas-Família.

Entende-se por vida o conjunto de situações culturais, sociais, políticas, econômicas, profissionais, diariamente experimentadas por famílias e comunidades física, intelectual e afetivamente. Tal vida, para seu aproveitamento máximo na educação deve ser compartilhada plenamente pelo aluno, bem conhecida e parcialmente compartilhado pelos monitores e objeto de uma constante reflexão pelos alunos, pais e monitores.

b) uma fase de aquisição feita na Escola, utilizando o que foi descoberto pelo jovem; esclarecendo-o e ampliando-lhe seus horizontes com explicações científicas e técnicas, oferecendo aos alunos a base de uma cultura geral que, mais adiante, lhes permitirá pesquisar, classificar, sintetizar e expressar o descoberto e já adquirido.

c) Uma fase de assimilação, na vida e na escola visando que cada aluno estabeleça relações e faça sínteses entre as experiências da vida e as aquisições escolares (= caderno de propriedade).

2. O Plano de Estudo

2.1. Definição do Plano de Estudo

O plano de Estudo é o instrumento pedagógico fundamental da Escola-Família, ele é a pedagogicização da alternância; é a forma concreta de tornar em ato as potencialidades da alternância; é o veículo que leva para a vida as reflexões, as questões, as conclusões.

Dentro do método da alternância, portanto, utiliza-se uma atividade que permite tornar concreto o princípio de que a vida educa e ensina. O Plano de Estudo é um guia (questionário) elaborado pelos alunos juntamente com a equipe dos professores, ao findar uma semana de aula, a fim de investigar, com seus pais, um aspecto da realidade cotidiana da família, seu meio e suas vivências. As respostas ao P.E., que o aluno anota em seu caderno de propriedade ou do lar, são postas em comum ao voltar à Escola no início de nova sessão de aula.

2.2. Metodologia do Plano de Estudo

A Escola-Família dá máxima importância ao descobrimento e à expressão, pelo aluno, de suas vivências.

Numa primeira etapa, ao descobrir que o cotidiano não é banal, comum, o aluno e sua família despertam e tomam uma atitude ativa. O fato de comer muita farinha é um fato banal. Mas dedicando algum tempo ao redor de um guia para pensá-lo em família, o tema adquire interesse. "A verdade é que comemos mais farinha que verduras, mas a farinha nos "enche" nos dá força, etc..." Pouco a pouco o pessoal expressa suas vivências com suas palavras, com seus valores, normas, imagens.

Submersos nos problemas da vida diária, os alunos não vêem a dimensão desses problemas; pondo-se, entretanto, em atitude de análise, de reflexão, dominam mais a situação e entram numa atitude de questionamento.

É uma segunda etapa no processo de formação. Do despertar passa-se ao questionamento, etapa muito importante se não quisermos fechar o aluno em seu mundo. Confrontar-se-ão diferentes pareceres: o do pai, que não se satisfaz sem farinha; o da mãe ou da irmã, que não querem engordar; as épocas de escassez e outras, etc... Assim nascem perguntas: É verdade que a farinha "enche"? Há outros alimentos que podem fazê-lo? O que os tataravós comiam na Europa? O que se come agora? Porque falta farinha?

Essas duas fases se realizam durante a atividade do Plano de Estudo

Mas, como consequência da primeira etapa de estudo vivencial, surge uma terceira: o aluno, em atitude de questionamento, torna-se exigente nos trabalhos que lhe são dados e questiona a respeito da educação, do ensino dos Monitores, obrigando-os a adaptar permanentemente seu conhecimento e sua maneira de lidar com os alunos.

Em biologia, o Monitor terá que explicar o que significa "encher", passar deste termo ao de alimentar, digerir, etc... Ver o valor nutritivo limitado da farinha, dos outros alimentos, ver as equivalências entre os alimentos.

A história explicará a migração, as mudanças de costume, a colonização, etc... A geografia física e a ecologia explicarão por que o meio físico favorece a mandioca. As Ciências Aplicadas abordam o problema da produção de alimentos, mas também os problemas econômicos e políticos auxiliados pelas Ciências Sociais.

Em resumo, pode-se representar o processo da seguinte maneira:

ESTUDO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE	COLOCAÇÃO EM COMUM DO ESTUDO NA ESCOLA	CONTRIBUIÇÕES E FUNDAMENTAÇÕES NA AULA
<p>Análise da realidade.</p> <p>Comparação.</p> <p>Reflexão.</p>	<p>Comparação entre os <u>ca</u> sos particulares.</p> <p>Semelhanças.</p> <p>Diferenças. Causas.</p> <p>Perguntas.</p>	<p>Perguntas.</p> <p>Elementos para julgar.</p>

Desta forma, o Plano de Estudo, suas respostas, seu pôr-se-em-comum, sua utilização, tem um valor específico: não é uma entrevista, uma monografia, uma pesquisa sobre o que o outro faz. É um compromisso do aluno e de sua família para analisar sua própria vida.

Mais que de uma atividade, seria melhor falar de uma série de atividades, dado que desde a escolha do tema de estudo até a utilização das respostas na educação do aluno, dão-se uma série de passos com diferentes objetivos, que poderíamos resumir conforme o quadro abaixo:

ALTERNÂNCIA	MÉTODO	OBJETIVOS	PROTAGONISTAS
Iº Fim da estadia na E.F.A.	<p>Escolha do tema e estudo de vivências do próprio meio.</p> <p>Conversação do tema com os alunos.</p> <p>Elaboração do questionário a levar para casa.</p> <p>Ditado ou entrega do questionário aos alunos.</p>	<p>Adequar o tema com as etapas da educação do aluno.</p> <p>Motivar o aluno a investigar com seu pai.</p> <p>A partir da motivação do aluno, preparar a motivação do pai e dirigir a investigação familiar.</p> <p>Precisar o trabalho e a metodologia.</p>	<p>Toda a equipe de monitores, ajudada pelos pais, quando o meio da EFA conhece e maneja tal atividade.</p> <p>Monitor com seus alunos.</p> <p>Um monitor e seus alunos.</p>
IIº Estadia em casa.	<p>Leitura do Plano de Estudo à família.</p> <p>Pesquisa.</p> <p>Elaboração das respostas.</p>	<p>Fazer saber a todos os membros da família o que o aluno vai pesquisar.</p> <p>Recolher fatos, dados, anotações, opiniões, etc...</p> <p>Reunir a pesquisa.</p>	<p>O aluno com sua família e a comunidade.</p> <p>O aluno perguntando aos membros de sua família e de sua comunidade.</p> <p>O aluno.</p>
IIIº Início da Estadia na EFA	<p>Acabamento.</p> <p>Pôr em comum.</p> <p>Busca de questionamentos.</p> <p>Utilização na educação.</p>	<p>Desenvolver a expressão do estudado pelo aluno.</p> <p>Fazer os outros conhecerem o que foi investigado.</p> <p>Relativizar, localizar seu próprio caso dentro do dos outros.</p> <p>Colocar e expressar problemas a partir do estudo na família.</p> <p>Classificar tais problemas.</p> <p>Responder aos problemas através das diferentes áreas da EFA.</p>	<p>Um monitor individualmente com um aluno.</p> <p>Os monitores com os alunos.</p> <p>O monitor, que anima e põe em comum, com os alunos.</p> <p>Todos os monitores.</p>

2.3. Temas Para os Planos de Estudo

Mais que de temas, se trata de sugestões. Cada EFA poderia agrupar e ampliar as propostas segundo a análise que fará na sua escola. Depois de uma experimentação terá que ser vista de novo a escolha.

a) No setor do trabalho

- Influência da lua nos cultivos
- Tradições e costumes
- O tempo
- Educação de nossa família
- Trabalhos diários de nossa família
- A mão de obra
- As formas de trabalho da mulher (analisar todos os setores da casa, alimentação, limpeza, cosinha, a roupa, etc...)
- As profissões de nossa comunidade
- As ferramentas e os maquinários
- As culturas existentes em nossa propriedade (pode-se estudar cada uma separada ou a cultura principal)
- Conservação do solo (adubo, curva de nível, irrigação...)
- A comercialização dos produtos
- A cultura principal (gado, leite, horta, madeira...)
- Segurança no trabalho.

NOTAS: * O agricultor é um trabalhador, por isso deve-se dar muitos PEs sobre o trabalho;

* Pensar nos arrendatários e meeiros: insistir sobre o trabalho e não falar da propriedade.

b) No setor da economia familiar (muito próximo ao trabalho)

- Compra e venda no lar e na propriedade
- Gastos para um cultivo e o gado
- Comercialização da banana e dos outros produtos
- Contribuição dos filhos na renda familiar
- Venda aos intermediários
- NÔs e a Cooperativa (se existe)
- Erradicação e novo plantio de café na nossa propriedade - completar com uma pesquisa no município.

* Para completar estes temas se podem fazer as seguintes pesquisas:

- Percurso do produto do produtor ao consumidor
- Contribuição da agricultura para a melhora do nosso município.

c) No setor da comida e da saúde

- A alimentação de nossa família (quotidiana)
- Os alimentos que comemos (produzidos na propriedade ou comprados)
- A preparação dos alimentos
- As conservas
- Alimentação, domingos e dias de festa
- Os tabus alimentares
- As doenças e acidentes da família (insistir sobre as mais importantes, verminose, por exemplo)
- Saúde e doenças da mulher grávida e das crianças
- O nosso combate às doenças
- A organização do município para a saúde
- Os remédios populares para as doenças mais comuns
- As vacinações

d) No setor do descanso e das diversões

- Ocupação do tempo livre
- O repouso
- O boteco
- O futebol
- As festas juninas
- Jogos e brinquedos

e) No setor encontros e meios de comunicações

- Os caminhos e estradas
- Os pontos de encontro (igreja, campo de futebol, bar, casa de família, grupo escolar, cursos de formação, ...)
- Utilização da igreja (prédio) pela comunidade
- Desenrolar de um círculo familiar
- Sistema de formação para líderes (pesquisa)
- A escola no meio rural, para nossa família
- Os meios de comunicação: rádio e outros

f) No setor religioso

- As práticas religiosas dentro de cada religião (obrigações, ritos, festas específicas, costumes, educação da fé; utilização das estruturas religiosas para "conscientização" e informações; dentro da convivência da família, qual a influência da religião?)
- Dentro da vivência da comunidade, qual a influência da religião?
- Dentro do trabalho, qual a influência da religião?
- De que maneira os jovens encaram e vivem a religião, em comparação às pessoas mais idosas.

3. O Internato e o Pequeno Grupo

Na lógica da alternância, o internato tem visivelmente uma função estratégica. A fim de que a vida desenvolva o máximo de suas capacidades educadoras, é necessário uma tomada de distância da realidade diária que permita refletir e sistematizar.

O internamento constitui uma verdadeira tomada de distância em relação à vida, ajuda a descobrir melhor pessoas e fatos, tornando, assim, possível, por parte do aluno, uma tomada de consciência de si mesmo e do mundo que o rodeia.

Além disso, o internato permite:

a) Uma ocupação máxima do tempo para o trabalho educativo: cada sessão na escola representa uma unidade sem ruptura;

b) A possibilidade de uma formação ativa para a convivência e o trabalho em equipe.

O pequeno grupo (23 alunos e 04 monitores): permite psicologicamente a vida em equipe, o intercâmbio entre alunos e educadores e a possibilidade, para estes, de um acompanhamento pessoal de cada aluno.

4. Idade dos Alunos

A idade de formação se situa na adolescência; período que permite simultaneamente um compromisso real com a profissão dos pais, uma abertura e uma suficiente liberdade para permitir a mudança.

A matrícula nas EFAs não pode ser feita antes dos 14 anos; mais cedo, o jovem ainda não tem suficiente maturidade para aproveitar plenamente tal tipo de pedagogia. Por outro lado, a matrícula se faz após o ciclo primário. Assim são adquiridas as bases escolares essenciais.

5. O Ciclo de Formação

O ciclo de formação é de três anos, respectivamente correspondentes às 6a. - 7a. - 8a. séries.

Quanto aos conhecimentos, trata-se de levar os alunos a um nível de cultura geral e de formação científico-técnica que lhes permitam localizar-se no mundo moderno. Este nível deverá ser correspondente, no conjunto, à 8a. série do ciclo básico.

Deve-se, porém, notar que:

- a) Dar-se-á destaque especial às matérias técnico-agropecuárias;
- b) Em geografia e história se insistirá mais na compreensão dos fenômenos que na memorização dos fatos. Superar-se-á este nível nas matérias ligadas às técnicas agrícolas, particularmente em biologia animal e vegetal.
- c) Pelo mesmo motivo, dar-se-á uma iniciação em matérias que geralmente se iniciam em níveis mais elevados: Física, Química, Estatística.

O princípio unificador dos conhecimentos técnicos será, entretanto, o mundo agrícola e suas necessidades.

Consideramos este objetivo apenas como um indicador. O aproveitamento de um certo volume de conhecimentos varia notavelmente conforme os métodos educativos.

6. Participação das Famílias

A necessidade de uma íntima e plena participação das famílias, na Escola-Família, pode ser facilmente induzida por tudo o que foi dito a respeito da alternância.

A direta e plena responsabilidade dos agricultores sobre a Escola - Família constitui um ponto básico e essencial da Escola-Família. Sem alternância e sem participação e responsabilidade dos agricultores, pais dos alunos, a Escola não é admitida na União Internacional das E.F.As.

A participação das famílias se realiza em três níveis:

- a) Participação e responsabilidade de cada família, individualmente; tal responsabilidade é completada durante o tempo que o jovem passa com sua família.
- b) Participação das famílias numa reflexão comum, procurando constantemente melhorar a educação do jovem em cada família e na escola.
- c) Responsabilidade coletiva das famílias organizadas como pessoa jurídica.

Parece importante sublinhar os seguintes pontos:

- Às vezes fala-se de participação, outras vezes de responsabilidade. Prefere-se este último termo: participação pode apenas significar ser consultado, utilizar os seus esforços (materiais e econômicos) sem ter formações e nem poder real.

- Para que as famílias assumam o seu papel de educadores, devemos

compartilhar a responsabilidade em todos os setores.

- Evidentemente, a responsabilidade é um processo: se conquista progressivamente. Mas a responsabilidade se conquista no exercício da mesma. Querendo adiar sempre tal exercício, por medo do fracasso, fecha-se a porta ao processo de responsabilidade.

- Os monitores são os assessores do progresso. É um trabalho exigente, que precisa de técnicas e compromissos. Dentro deste enfoque, a escola volta a ser um serviço educativo da comunidade e não centro de ação da mesma.

7. O Papel da Comunidade

A Escola-Família quer ser um serviço à comunidade. Realiza a sua inserção na comunidade principalmente por intermédio do Conselho Administrativo que mantém relações com as entidades da região. As pessoas físicas ou jurídicas mais interessadas podem assistir às seções deste Conselho, com voz e sem voto. Sua colaboração se desenvolverá nos seguintes setores:

- a) Informação aos professores e alunos sobre a problemática da região e sua própria atuação.
- b) Reflexão sobre formação e educação.
- c) Participação na vida material.

8. O Papel do Centro de Formação

O Centro de Formação tem como função principal, animar e renovar as Escolas. Mais especificamente, o Centro de Formação é:

- a) Um serviço de assessoria e de controle pedagógico;
- b) Um serviço de animação e um centro de unificação;
- c) Uma garantia para a formação de novos monitores;
- d) Uma garantia de autenticidade da fórmula pedagógica.

O CURRÍCULO DA ESCOLA DA FAMÍLIA AGRÍCOLA
DE OLIVÂNIA (ANCHIETA)

Dentro da flexibilidade permitida pela atual legislação, a nossa Escola-Família adotou e administra um currículo que abrange estas cinco áreas: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Estudos Especiais (Técnicas Agrícolas ou Economia Doméstica), Ciências e Matemática.

O nosso esforço vai no sentido de combinar o Plano de Estudo e o Currículo Oficial.

A solução, longe de ser fácil e sem problemas, foi a seguinte:

- Nas primeiras horas de cada sessão, colocação em comum e sistematização do Plano de Estudo;
- Durante a sessão, as disciplinas do Currículo oficial, tentando porém selecionar as unidades e/ou sub-unidades mais ligadas ao tema do Plano de Estudo;
- A área de comunicação e expressão utiliza de preferência o texto do Plano de Estudo para seu trabalho;
- Nas últimas horas de cada sessão, elaboração de um novo Plano de Estudo.

Os conteúdos variam de Escola para Escola. A título demonstrativo, transcreveremos aqui os conteúdos que levantamos em uma Escola-Família de 1º grau:

1º ANO

01. COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO (conteúdo de gramática)

- Nome e verbos - Artigo - Adjetivo - Sujeito e Predicado - Construção das Palavras (afixos) - Substantivo dentro do sujeito - O verbo dentro do predicado - Verbos transitivos e intransitivos - Os complementos dos verbos - Os tempos simples do verbo - Casos simples de concordância verbal e nominal - Concordância do adjetivo - Acentuação gráfica - Pontuação.

02. ESTUDOS SOCIAIS

- Eu histórico - Dados históricos da família e comunidade - Município (geografia e história) - Educação Moral e Cívica (a pessoa humana, o homem é um ser social, organização política do Município) - O.S.P.B. - At.Economia e org. social da família e comunidade - Bases econômicas do Município.

03. CIÊNCIAS

- Higiene e saúde (Parasitas intestinais, Micróbios) - Alimentação e saúde - Pragas domésticas.

04. PLANO DE ESTUDO

- O eu histórico - A família (história, Sistema Educacional, Situação Econômica) - A casa - Alimentação.

05. MATEMÁTICA

- Adição - Subtração - Divisão - Multiplicação - Potenciação - Expressões numéricas.

06. ESTUDOS ESPECIAIS

- Horticultura

2º ANO

01. COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

- Diferença entre nome, verbo, pronome e artigo com relação de correspondência - Morfemas flexionais de gênero e número - Prefixos, sufixos e radicais - Orações e períodos - Relações de concordância entre sujeito, predicado e predicativo - Verbos transitivos e intransitivos - Artigo, numeral, Pronome, preposição e conjunção - Grau do substantivo e adjetivos - Forma aumentativa e diminutiva - Palavras parônimas e homônimas - Função sintática dos substantivos, adjetivos, advérbios e verbos - Períodos coordenados e subordinados - Agente da Passiva - Voz ativa e passiva - Verbos de diferentes regências - Concordância do verbo ser com o predicativo - Verbos auxiliares regulares e irregulares - Concordância do verbo com o sujeito composto e pronome (todas as pessoas) - Verbos que indicam estado ou mudança de estado - Objeto direto e indireto - Adjunto adnominal e adverbial.

02. ESTUDOS SOCIAIS

- Estado (história e geografia) - M.R. do Espírito Santo - Agricultura e suas perspectivas no E.S. - Estado Novo - Bases econômicas do E.S. e suas perspectivas - Organização da sociedade - Organização política do Estado - Governo Estadual - Formas de governo - Brasil (história e geografia) - Regiões brasileiras - Brasil na América Latina - A sociedade brasileira - Racismo - A Constituição - Sindicalismo - Cooperativismo - Brasil de hoje

03. CIÊNCIAS

- Acidentes e primeiros socorros - Nutrição da planta (raiz, caule, folha) - Nutrição do animal (digestão, respiração, circulação) - Reprodução da planta (flor, fruto, semente) - Reprodução dos animais (aparelho reprodutor masculino, aparelho reprodutor feminino).

04. PLANO DE ESTUDO

- A comunidade - A vida religiosa - As comunicações - Diversões - A Propriedade (Aspecto geral, cultura, criações, mecanização) - Os intermediários - Cooperativas.

05. MATEMÁTICA

- Gráficos - Sistemas de medidas - Medidas agrárias - Medidas de vo

lume - Medidas de capacidade - Múltiplos e divisores - Divisibilidade - M.D.C. e M.M.C. - Números fracionários.

06. ESTUDOS ESPECIAIS

- Horticulura - As culturas principais - As criações principais - A mecanização - A comercialização dos produtos.

3º ANO

01. COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

- Circunstâncias das subordinadas (classificação) - Revisão das classes de palavras - Morfologia das palavras, afixos e radicais de origem grega e latina - Vários tipos de frases - Adjunto adnominal e complemento - Aposto e vocativo - Todos os complementos dos verbos - Todos os verbos - Todos os tempos e modos - Pronomes átonos - Iniciação à literatura.

02. ESTUDOS SOCIAIS

- Mundo - Os continentes e os países - Geografia física dos continentes - Explosão demográfica - Perspectivas do homem - As principais revoluções - As civilizações.

03. CIÊNCIAS

- Sistema ósseo - Sistema muscular - Sistema nervoso - Órgãos do ~~se~~ tido - Noções de Ecologia (física, química).

04. PLANO DE ESTUDO

- As propriedades - As atividades econômicas agrícolas e outras na minha comunidade - As entidades e instituições ligadas à agricultura.

05. MATEMÁTICA

- Geometria - Equações - Teoremas - Razões.

06. ESTUDOS ESPECIAIS

- Contabilidade agrícola - Cooperativismo - Sindicalismo - Assistência técnica - Aspectos de aprofundamento técnico-agropecuário.

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS DA
FAMÍLIA AGRÍCOLA DO MEPES

1. Conceito de Avaliação

A avaliação é a parte final de um processo de ação, de formação ou de aprendizagem: como momento específico, dentro do processo global de educação, a avaliação é o momento final que prepara o novo ponto de partida, mas como consciência desperta sobre o que se faz, a avaliação é uma atitude constante no homem que age.

Avaliação é tudo aquilo que se faz para conscientizar: avaliar e conscientizar tornam-se, de certa forma, sinônimos.

2. Importância da Avaliação

Desde que se identifique avaliação e conscientização, emerge claramente a importância da avaliação, já que o homem é o único ser natural que tem condições para tomar distância da natureza, isto é, o homem não apenas está no mundo, como uma montanha está, como um animal está, como um objeto está; ele existe, ele sabe ser alguém que se subtrai do simples estar para determinar o modo de estar.

As EFAs, porém, têm razões especiais para acharem importante o processo de avaliação:

- Importância da Avaliação para o Sistema Educacional

A metodologia que as Escolas da Família Agrícola propõem, não apenas pretende solucionar alguns problemas concretos e específicos de certa área geográfica; é uma metodologia que, em sua significação educacional, pretende se constituir como válida alternativa a todo um sistema escolar reconhecidamente em pleno estado de crise.

Avaliar uma experiência que visa a implantação de um novo tipo de metodologia, é possibilitar avaliar o valor real desta pretensão; é, ao mesmo tempo, possibilitar a análise de uma hipótese-alternativa para quem chegou à conclusão que o sistema de ensino atual está em crise.

- Importância da avaliação das EFAs para o MEPES

A experiência da Escola-Família no Brasil, Estado do Espírito Santo, é promovida pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Evidentemente, a entidade mantenedora está sumamente interessada na avaliação que lhe forneça dados concretos e sistematizados a fim de localizar os pontos negativos e obter sugestões-alternativas para uma tomada posterior de decisões.

O objetivo do MEPES é a promoção do homem do campo e a Escola-Família tornou-se praticamente o instrumento mais importante para esse objetivo. O resultado das Escolas-Família se identifica, portanto, com o resultado do próprio Movimento (MEPES).

- Importância da Avaliação das EFAs para as próprias EFAs

Existem inúmeros problemas concretos que exigem solução adequada;

existem dúvidas e perplexidades; existem esperanças e perspectivas no meio dos Monitores das EFAs e de seus técnicos.

O Centro de Formação que se propõe capacitar os Monitores (professores), aprimorá-los e refletir sobre o sentido e a metodologia de uma tal intervenção no meio rural, esbarra muitas vezes em problemas práticos cuja solução não é fácil de encontrar.

Tudo isso exige um estudo global, sistemático e profundo que possibilite a solução desses numerosos problemas práticos que desafiam os executores diretos da experiência.

- Importância da Avaliação das EFAs para a expansão da Experiência

A experiência da Escola-Família não é um caminho já andado e sim um processo em andamento. A Associação Internacional das Escolas-Famílias considera a Metodologia de suas escolas como algo aberto e suscetível de novas determinações. De fato a metodologia das Escolas-Famílias do MEPES já adquiriu novos aspectos: é preciso, porém, uma avaliação para verificar até que ponto esses novos aspectos devem ser considerados positivos ou negativos.

3. Dificuldades na Avaliação

Geralmente falando, podemos afirmar que a fonte principal das dificuldades da avaliação é o próprio paradoxo do homem.

O homem é homem por ser paradoxalmente sempre um pouco mais ou um pouco menos do que homem. Isso significa que o homem perfeito, justo, exato não existe e provavelmente nunca existirá; mas, entretanto, o homem tende a ser perfeito, justo, exato. O homem tende, portanto, a ser aquilo que jamais poderá ser. Neste paradoxo reside a fonte das maiores dificuldades para a avaliação. A avaliação é necessária para o homem diagnosticar sua situação concreta a fim de que ele possa planejar sua ação e assim se aproximar da meta que jamais alcançará.

Além disso, o homem é um ser lançado para um certo alvo e, às vezes sem querer, ele se identifica com seu alvo. A avaliação exige uma parada, um freiar seu impulso, um corrigir seu trajeto. Este freio ou parada ou correção muitas vezes significa para o homem uma espécie de renúncia a si mesmo e ao seu projeto: evidentemente isso dói e é difícil.

Finalmente o homem é algo de muito complexo, uma mistura de elementos ao mesmo tempo inseparáveis e inconfundíveis. Como avaliar todos esses aspectos? E se avaliarmos alguns, porque esquecer dos outros?

Em outras palavras, poderemos afirmar que a avaliação é difícil nos seus métodos, nos seus objetivos e nos seus conteúdos.

4. Objetivos da Avaliação

- Aquisição, pelo aluno, da capacidade para avaliar seu processo de aprendizagem.

- Aquisição, pelo aluno, da capacidade para avaliar-se como pessoa e ser social, autônomo e ser interdependente.

- Aquisição, pelo grupo de alunos trabalhando num mesmo curso, da capacidade para avaliar seu processo de aprendizagem enquanto grupo.

- Aquisição, pelo grupo de alunos, trabalhando num mesmo curso, da capacidade para avaliar-se como grupo solidário dentro da sociedade.

- Aquisição, pelo aluno e grupo, da capacidade para avaliar os fatores externos que influem sobre sua educação: monitor, âmbito humano, plano de estudo, organização, vida material.

- Possibilidade, para os monitores, de medir e avaliar em seus alunos o processo de aprendizagem, de personalização e de socialização, para uma observação eficaz de cada aluno e do grupo, para detectar e corrigir suas próprias falhas, as do plano de formação e as das estruturas organizativas e materiais.

- Possibilidade, para os monitores, de avaliar o grau de adequação entre suas condutas como educadores, os fins e objetivos da educação nas EFAs, e os resultados conseguidos, a nível individual, e a nível da equipe dos monitores.

- Possibilidade, para os monitores, de avaliar o grau de adequação entre sua tarefa docente, os fins e objetivos da aprendizagem nas EFAs e os resultados conseguidos, a nível individual e a nível da equipe de monitores.

- Possibilidade, para os monitores, de avaliar o grau de adequação entre:

- * o plano de formação e sua realização concreta;
- * as características e as necessidades da região;
- * os fins e objetivos das EFAs;
- * os resultados conseguidos.

- Aquisição da capacidade, pelos pais de família, pela comunidade, pela associação responsável, cada um segundo sua responsabilidade própria, de avaliar:

- * as características e as necessidades da região;
- * o processo de aprendizagem dos alunos;
- * seu crescimento pessoal e social;
- * o plano de estudo e sua realização concreta.

- Integração do sistema de avaliação próprio às EFAs no sistema oficial de qualificação e promoção vigente no País.

5. CrITÉrios da Avaliação

Para avaliar um caminho andado é preciso ter pontos de referências bem claros, isto é, o ponto de partida, o ponto de chegada e as leis que explicam o próprio caminhar humano.

a) Em primeiro lugar, como ponto de partida, devemos olhar para o diagnóstico da EFA em nível de estrutura de formação e de aprendizagem.

b) Em segundo lugar, como ponto de chegada, a EFA tem o perfil da EFA também em suas estruturas, educação e aprendizagem.

c) Finalmente é preciso ter uma antropologia, uma filosofia da educação e uma psico-sociologia suficientemente formuladas a fim de poder dar peso e sentido aos "passos" feitos. (Para essa fundamentação teórica, veja Documento de Santa Helena, objetivos da EFA, filosofia do MEPES).

6. Âmbito da Avaliação

Já dissemos que a realidade é extremamente complexa e que o homem nunca é totalmente capturável pelos seus instrumentos de avaliação. No entanto, existe a necessidade de avaliar o mais possível e sobretudo a necessidade de não esquecer aspectos importantes.

Nós achamos que, fundamentalmente, deve-se avaliar:

- * As estruturas da EFA;
- * O processo de Formação do aluno;
- * O processo de Aprendizagem do aluno.

a) As Estruturas da EFA:

1. Alternância (=P.E. - Exercício de Casa - Integração e participação do aluno na comunidade local).
2. Ambiente Educativo (= Equipe quanto à capacitação e integração - normas e papéis - Prédio - Propriedade - Integração com a comunidade local).
3. Participação dos pais (= importância - informação - encontros - expressão - compromissos e responsabilidade).

b) O Processo de Formação da EFA:

1. Atitudes (Participação - responsabilidade - iniciativa - outros a serem marcados pela equipe).
2. Aptidões (organização do P.E. e da pasta - observação - informação - exercício de casa - outros a serem marcados pela equipe).

c) O Processo de Aprendizagem do Aluno:

1. Religião
2. Comunicação e Expressão
3. Estudos Sociais
4. Matemática
5. Ciências
6. Estudos Especiais

7. Agentes da Avaliação

Pela concepção de educação da EFA concluímos que o processo educativo é global e recíproco: ninguém é mestre total do outro, todo mundo é ao mesmo tempo mestre e aluno. Portanto, todo mundo avalia e é avaliado.

Em todo caso, a avaliação nunca é impessoal: há sempre alguém que avalia.

Nós tentamos localizar os agentes avaliadores da seguinte maneira:

- * equipe
- * Conselho Administrativo
- * alunos
- * Centro de Formação
- * Secretaria Executiva
- * comunidade local
- * pais dos alunos.

8. Métodos da Avaliação

O problema dos métodos em avaliação, de certa forma, já foi abordado implicitamente por tudo o que foi escrito até aqui.

Cabe agora traçar algumas pistas concretas que equacionem o fator tempo (quando avaliar?) e o fator técnico (de que maneira conduzir a avaliação?).

Para o processo educativo e de aprendizagem haverá necessariamente uma avaliação individual para cada aluno. Quem registra a avaliação é a equipe.

Além das atitudes e aptidões assinaladas no esquema geral, a equipe poderá acrescentar outras que achar interessantes para cada aluno ou turma. Em relação ao fator tempo, a equipe poderá avaliar na frequência já sugerida pela Secretaria Executiva.

O processo de aprendizagem coincide com a ficha exigida pela Secretaria da Educação, mas seria interessante para a EFA ter uma sinopse (= visão de conjunto) dos dois processos.

Deve-se observar que um aluno poderia ter ótimas notas no processo de Educação e notas insuficientes no processo de Aprendizagem ou vice-versa.

No caso do aluno não conseguir a suficiência em aprendizagem e ter boas notas na educação, ele poderia passar de ano sem receber o Diploma. Vice-versa, caso ele consiga boas notas na aprendizagem mas tenha péssimas notas na educação, a Escola - após ter utilizado todos os meios sugeridos pela Orientação Educacional - poderia dispensar o aluno. Trata-se, porém, de casos muito delicados onde nunca as cautelas, a paciência e a ação em conjunto são demais.

Fator tempo

As avaliações poderiam ser realizadas bimensalmente, trimestralmente, semestralmente ou anualmente.

Sugerimos que a Equipe decida, deixando ao Centro de Formação e à Secretaria Executiva decidir o fator tempo para a avaliação que lhes diz respeito.

Fator Técnico

- * A equipe avalia em reuniões, sendo que a nota registrada será a média das notas individuais.
- * O Conselho Administrativo: da mesma forma.
- * Alunos: da mesma forma ou através de representação.
- * Centro de Formação: da mesma forma.
- * Secretaria Executiva: ela que decide.
- * Comunidade local: através de um questionário distribuído a um certo número de pessoas, por amostragem.
- * Pais: através de questionários e fichas levados pelos alunos e/ou em reuniões de Pais.

9. Símbolos da Avaliação

Primeiramente nos perguntaríamos se é necessário recorrer a símbolos para avaliar. Por que?

O símbolo tem a função de decidir, isto é, de obrigar os agentes avaliadores a sair do indefinido. Enquanto se analisa, não se decide.

Os símbolos podem ser: notas (de 01 a 10) ou conceitos (Excelente - Bom - Regular - Insuficiente).

Sugerimos para o processo de aprendizagem as notas (01 - 10), assim coincide com a praxis atual. Para o processo educativo e para as estruturas da EFA, sugerimos os conceitos.

Existem casos em que é melhor fazer o levantamento de opiniões (ex: Pais - Comunidade Local) sem recorrer aos conceitos, em todo caso a equipe deverá em seguida traduzir as opiniões em conceitos.

O conceito registrado na ficha será a média dos conceitos levantados

10. Sinopse Geral da Avaliação

ESTRUTURAS DA ESCOLA FAMILIAR		EQUIPE	CONS. ADM	ALUNOS	C.F.	SEC. EXEC.	COM. LOCAL	PAIS
		AL-TER-NAN-CIA	PLANO DE ESTUDO					
	EXERC. DE CASA							
	INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE LOCAL DOS ALUNOS							
AMB.	EQUIPE (CAPACITAÇÃO INTEGRAÇÃO)							
EDU-CA-TIVO	NORMAS - PAPEIS							
	INTEGRAÇÃO C/A COMUNIDADE LOCAL							
	PRÉDIO							
	PROPRIEDADE							
PAR-TIC-IPAC-ION-DO-S PAIS	EMPATIA							
	INFORMAÇÃO							
	ENCONTROS							
	EXPRESSÃO							
	COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES							

PROCESSOS EDUCATIVOS	APTIDÕES	APTIDÕES						
			Jorge	Maria	Carlos	Paulo
	PARTICIPAÇÃO							
	RESPONSABIL.							
	INICIATIVA							
	...							
	...							
	P.E. - PASTA							
	OBSERVAÇÃO							
	INFORMAÇÃO							
	EXERC. CASA							
	...							
	...							
	...							

PRO-CES-SES DE A-REN-DIZA-GEM						
	Jorge	Maria	Carlos	Paulo
RELIGIAO						
EST. SOCIAIS						
MATEMÁTICA						
CIÊNCIAS						
EST. ESPECIAIS						
COM. EXPRESSAO						

- NOTAS: 1. Para o processo educativo e de aprendizagem deverá haver uma avaliação individual para cada aluno. Quem registra a avaliação é a equipe.
2. O processo de aprendizagem coincide com a ficha exigida pela Secretaria da Educação, mas seria interessante para a E.F.A. ter uma sinopse dos dois processos.

UM NOVO EDUCADOR PARA O MEIO RURAL
O PLANO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DO MEPES

I - OBJETIVOS DO CURSO

1. Objetivos Gerais

Considerando que o curso existe para formar novos Educadores para as Escolas da Família Agrícola de 1º Grau e considerando o que implica ser educador, podemos sintetizar os objetivos gerais do curso desta forma:

- Desenvolver nos alunos uma aguda consciência da realidade em que vão atuar;
- Proporcionar-lhes uma adequada fundamentação teórica que lhes permita uma ação coerente;
- Proporcionar-lhes uma satisfatória instrumentalização técnica que lhes possibilite uma ação eficaz.

2. Objetivos específicos

Utilizamos o termo "específicos" no seu sentido mais óbvio, isto é, objetivos que se referem às partes do todo, em nosso caso, às respectivas estruturas, atividades e disciplinas.

a) Estruturas e atividades

O curso para Monitores das EFAs de 1º Grau caracteriza-se por quatro estruturas fundamentais: alternância, ambiente educativo, responsabilidade dos agricultores, responsabilidades das Escolas da Família Agrícola.

Respectivamente, podemos sintetizar os objetivos da seguinte forma:

- alimentar diretamente o estudo teórico a ser realizado no Centro de Formação (C.F.);
- vivenciar o princípio de que a vida ensina mais que a Escola;
- viver e refletir juntos para a constituição de uma consciência grupal crítica e criativa;
- aprender vivencialmente a gestão do "ambiente educativo" para uma re-vivência posterior nas Escolas;
- possibilitar aos agricultores e ao Centro de Formação uma avaliação do futuro educador de seus filhos;
- realizar uma comunicação autêntica entre educadores-monitores e educadores-pais de alunos;
- desenvolver a formação técnico-educativa do estagiário em seu ambiente real;
- possibilitar às equipes das Escolas uma avaliação do futuro monitor da Escola;

b) Disciplinas e atividades

Para nos facilitar a discriminação dos objetivos específicos, classificaremos o conteúdo do Curso em quatro áreas e 6 estágios.

- . Área de Estudos Sociais (Estudos Brasileiros - Religião e Educação - História da Educação);
- . Área de Princípios e Fundamentos Teóricos (Sociologia - Psicologia - Filosofia);
- . Área Técnico-Pedagógica (Metodologia aplicada - Metodologia do Trabalho Científico - Metodologia da E.F.A. - Comunicação e Expressão - Didática - Planejamento e Av. Educacional - Administração Escolar);
- . Área de Complementação (Iniciação às Técnicas Agrícolas - Ética Profissional e Organização e Inspiração do MEPES - Sindicalismo e Direito Agrário - Cooperativismo - Estrutura e Funcionamento do 1º Grau).

Respectivamente, podemos sintetizar os objetivos específicos da seguinte maneira:

- Situar os problemas concretos do nosso meio rural dentro do contexto sócio-econômico-político do país e do mundo;
- Explicitar as interdependências entre o processo educativo e as visões religiosas;
- Situar a atual estrutura educacional brasileira dentro de seu contexto brasileiro;
- Adquirir um esquema teórico que permita uma leitura da estrutura e dos mecanismos próprios do grupo sócio-rural e dos grupos em geral;
- Adquirir um esquema teórico explicativo dos mecanismos psicológicos em nível pessoal e grupal, destacando o processo de aprendizagem;
- Refletir quanto à natureza, limite e possibilidade da ação educacional;
- Sistematizar os dados da observação em vista de uma reflexão científica sobre eles;
- Adquirir as técnicas fundamentais para a pesquisa científica;
- Conhecer e aprofundar a história, objetivos e estruturas fundamentais do modelo teórico da EFA;
- Adquirir e exercer os instrumentos fundamentais da Comunicação e Expressão Humanas;
- Adquirir e exercer os instrumentos fundamentais da prática pedagógica, destacando a administração de uma E.F.A.;
- Adquirir as noções fundamentais da agricultura e zootecnia;
- Abordar a principal problemática das duas estruturas sociais mais ligadas ao mundo agrícola: Sindicalismo e Cooperativismo;
- Ilustrar as principais responsabilidades do Monitor diante da Entidade e de sua profissão de Educador.

II - O MATRICULADO

Os alunos matriculados no Curso já completaram o 2º Grau.

As moças, geralmente, cursaram o normal. Os rapazes cursaram o técnico-agrícola. Há casos de alunos que cursaram contabilidade, científico, etc.

provêm, em sua maioria, do interior capixaba. Sua motiva-

ção para o curso é um misto de animação para trabalhar em uma Escola diferente e de procura de maior formação e emprego.

Há também alunos de outros Estados (Bahia - Paraná) onde existem Entidades interessadas na implantação deste novo tipo de Escola para o mundo agrícola.

Geralmente existe nos alunos grande receptividade como também grande empatia para com o meio rural.

As deficiências maiores se registram na área de Comunicação e Expressão e, naturalmente, na área pedagógica.

2. Recrutamento e inscrição

O Centro de Formação promove, juntamente com as EFAs, um programa de apresentação e convite para pessoas que queiram e possam trabalhar como monitores nas EFAs.

A época melhor para esta apresentação e convite é setembro e outubro.

A modalidade pode variar: através de publicações, visitas, palestras, entrevistas e sobretudo através de contatos diretos, visitas aos colégios agrícolas e às escolas técnicas. Nesta etapa de recrutamento as EFAs têm papel importante, sendo que o C.F. dará primazia aos candidatos apresentados pelas próprias Escolas-Família do MEPES.

Em seguida é estabelecida uma data, meados de janeiro, para o teste de seleção. Os objetivos do teste são verificar no candidato:

- a) vontade de trabalhar no Movimento;
- b) suficiente inteligência e equilíbrio psíquico;
- c) abertura aos problemas sociais do interior;
- d) certa vocação ao magistério;
- e) suficiente preparo técnico (base cultura geral).

Os que passam no teste são admitidos e matriculados nos cursos.

3. Critérios básicos para a seleção

Na realidade, o único verdadeiro critério de seleção, é a decisão inteligente e prudente da Equipe do C.F. enquanto avalia os fins a serem alcançados, as possibilidades do candidato e a situação concreta do Movimento.

Contudo, há certos critérios básicos que podem orientar a própria Equipe do C.F.:

a) para os que pretendem mesmo integrar as Equipes das EFAs, requer-se diploma de 2º grau, sendo que serão preferidos diplomas de técnico agrícola, em seguida normal, contabilidade, técnicas de economia doméstica;

b) É desejável que os candidatos sejam da região, possivelmente perto da Escola;

c) que tenha uma atitude de respeito aos sentimentos religiosos e tradicionais do povo em cujo meio irá trabalhar;

d) que tenha vocação para o magistério;

e) que seja aceito e integrado no grupo.

III - O FORMADO (Perfil)

O termo escolhido, "monitor" e não "professor" quer significar de algum modo a especialidade da função que poderíamos caracterizar como:

- acompanhar e ajudar aos alunos das EFAs a descobrir, aprofundar, expressar sua própria experiência e a de seu ambiente humano;
- acompanhar e ajudar aos alunos das EFAs a informar-se: obter informações, decifrar, entender, analisar, sintetizar;
- acompanhar e ajudar os alunos a informar-se: obter informações, decifrar, entender, analisar, sintetizar;
- acompanhar e ajudar os alunos a relacionar os fatos entre si;
- acompanhar e ajudar os alunos a trabalhar, pessoal, livre e auto-disciplinadamente;
- acompanhar e ajudar os alunos a dialogar, a trabalhar e a viver em equipe;
- acompanhar e ajudar os alunos a descobrir, familiarizar-se, localizar-se e a enfocar criticamente o mundo contemporâneo, com seus processos de integração social; a valer-se dos meios de comunicação, da ciência, da técnica e da economia; a enfrentar a mudança como fenômeno permanente.

IV - ESTRUTURAS GERAIS DO CURSO

O Curso para monitores das EFAs de 1º Grau, caracteriza-se por quatro estruturas gerais:

- alternância;
- ambiente educativo;
- responsabilidade dos agricultores;
- responsabilidade das Escolas da Família Agrícola.

1. Alternância

É o ritmo pelo qual os futuros monitores das EFAs passam períodos alternados de estudo integral no Centro de Formação e períodos de engajamento total na realidade, isto é, no meio rural ou nas EFAs.

A duração das alternâncias varia a partir da lógica do processo de aprendizagem e de formação. Em média, porém, para o 1º ano de formação, a duração de cada alternância é de 3 semanas no ambiente de engajamento (Meio Rural-EFA) e três semanas no ambiente de estudo (C.F.). No 2º ano os monitores estagiários passam apenas 5 semanas no C.F., sendo essas distribuídas regularmente ao longo do ano conforme o cronograma fixado a cada ano. Desta forma os estagiários passam cerca de 26 semanas no Centro de Formação ao longo de 2 anos.

Os estágios, porém, não são meras interrupções das atividades acadêmicas, eles constituem verdadeiros períodos de formação, devendo os alunos realizarem pesquisas orientadas pelo Centro de Formação com o objetivo de "alimentarem" diretamente o estudo teórico.

Enfim, trata-se de uma formação permanente em atividades e ambientes radicalmente alternados.

2. Ambiente educativo

a segunda estrutura do curso de "Ambiente Educativo"

vo" por considerarmos a maneira de conviver e refletir juntos extremamente importante e formativa. Os períodos de reflexão e estudo no C.F. absorvem o tempo integral dos alunos. Os professores convivem com os alunos na medida do possível; em todo caso há sempre uma certa convivência dos professores com os alunos.

Aulas expositivas, trabalho em grupo, pesquisas, sínteses pessoais, serões, discussões, etc., são atividades que constituem o ambiente educativo. A biblioteca é o lugar de estudo.

3. Responsabilidades dos agricultores

As EFAs, pela filosofia e metodologia características, consideram que a responsabilidade política da Escola cabe aos próprios agricultores: monitores e administradores tornam-se assessores dos pais dos alunos. É uma escola da classe agrícola. Por isso, também o curso para Monitores das EFAs deverá respeitar esta característica. Os estagiários passam os dois primeiros períodos de estágio nas famílias dos agricultores e serão avaliados por eles mesmos juntos à equipe do Centro de Formação. Além disso, um Conselho Geral de agricultores, representando a totalidade das EFAs, se responsabiliza pela localização dos problemas a serem solucionados pelo C.F. a fim de formar verdadeiros educadores das EFAs. Por isso é preciso ser o currículo bastante flexível.

4. Responsabilidades das Escolas da Família Agrícola

A vida e a experiência profissional são a base da formação porque, já o dissemos, a vida educa mais que a Escola.

Este princípio, em nível de formação dos docentes, foi estruturalmente produzido no sentido de as Escolas serem consideradas o legítimo e indispensável lugar da aprendizagem e formação de seus futuros docentes. O Centro de Formação, a rigor, nada mais é do que o lugar de coordenação e sistematização do processo formativo. Essa estrutura, que representa uma concretização da própria alternância, se evidencia pelo número (nº 4) dos estágios nas Escolas, pelo longo tempo (10 semanas) que aí se passa, pelo fato da experiência preceder o estudo e pela avaliação que as equipes das Escolas fazem do estagiário e mandam para o Centro de Formação. O conceito de avaliação (vide adiante, Avaliação) é registrado no histórico escolar assim que ele chega ao Centro. Portanto, as equipes das Escolas tornam-se estruturalmente verdadeiras responsáveis (educadores) pela formação dos novos docentes.

Além disso, o próprio currículo do Curso é elaborado a partir das opiniões das equipes das Escolas.

Finalmente, se desaparecesse o Centro de Formação, ainda seria possível formal novos docentes apenas coordenando os estudos deles nas Escolas e acompanhando sua reflexão junto aos monitores das Escolas; se, porém, desaparecessem as Escolas, de nada adiantaria a existência do Centro, faltando o elemento essencial para a formação deles.

V - METODOLOGIA GERAL DO CURSO

O perfil humano e profissional necessário para cumprir com as tarefas de monitor da EFA descritas acima, não se pode alcançar apenas com a assimilação de um conteúdo adequado, desenvolvido segundo as normas clássicas: o monitor não é, por exemplo, um professor de ciclo básico que ensina matérias adaptadas ao meio rural. Sua função é diferente. Espírito, objetivos, métodos e meios de sua formação devem adequar-se muito estreitamente com sua

futura profissão. Portanto, a organização da formação se fundamenta sobre conceitos básicos, cuja exposição se necessita para entender este plano pedagógico.

1. Capacitação para uma profissão

Embora não exclua a possibilidade de mudança de profissão, a capacitação de monitor da EFA é de tipo "formação profissional". Tal escolha traz como consequência as seguintes características:

- O perfil da pessoa capacitada e o currículo de formação decorrem da análise, mais rigorosa possível, do "posto de trabalho" de monitor da EFA;

- Em consequência, formação e avaliação se farão em função de conhecimentos utilizáveis, aptidões e atitudes necessárias na profissão de monitor da EFA;

- O número de candidatos a formar está determinado em função das necessidades da EFA ou por outras possibilidades reais. No fim da formação o MEPES propõe um cargo de Monitor a cada formado;

- A seleção para o ingresso ao C.F. e as avaliações realizadas durante a formação se fazem em função das aptidões para a profissão, aptidões que têm ao mesmo tempo componentes intelectuais, afetivos e físicos;

- A seleção para a entrada deve ser suficientemente precisa e rigorosa para que a maioria das pessoas que iniciarem os estudos possam exercer a profissão se trabalharem normalmente;

- A formação inclui, em todo seu decorrer, estadias profissionais - que permitam ao aluno situar-se em sua futura profissão;

- A profissão do aspirante se baseia nas aptidões para a profissão, verificadas no exercício da mesma e não apenas no nível de conhecimento;

- O compromisso de mútua aceitação, ao iniciar-se a formação, constitui um contrato moral entre a Entidade, o grupo de alunos e cada um deles.

Tais características devem eliminar vários fatores negativos bem conhecidos em todos os sistemas de formação, como indecisão quanto à escolha de uma profissão, alargamento indevido do tempo de estudo, falta de motivação e responsabilidade, individualismo, procura do diploma como fim em si mesmo.

O MEPES, portanto, considera que as deficiências na seleção e avaliação dos futuros monitores terão consequências mais graves ainda, como deformação, e até fracasso, no próprio Monitor e, mais para frente, prejuízo para toda a comunidade educativa que constitui a EFA.

Em consequência, o processo de seleção e avaliação não contempla o aluno-monitor como pessoa, mas se refere de modo bastante explícito ao perfil humano e profissional necessário para exercer a profissão.

2. Formação para adultos

A formação para o Monitor da EFA requer uma suficiente maturidade humana. Seleção e formação devem contribuir para alcançá-la:

- A seleção dos matriculados em seus objetivos e métodos deve permitir eliminar os candidatos que não tenham as condições básicas, nem as possibilidades de evoluir neste campo;

- Os alunos, como indivíduos e como grupos, têm uma ampla responsabilidade no andamento de sua formação e do Movimento;

- A metodologia da formação conta com uma maturidade já adquirida e aberta para os estagiários: a experiência de cada um, o trabalho pessoal e grupal, a investigação, a consulta de documentos, tem mais lugar que o curso dado pelo corpo docente;

- Os conteúdos têm a mesma característica: mais que a memória, se desenvolve a compreensão, o sentido crítico, metodologia;

- Uma parte importante da formação se faz fora do Centro, através de experiências, de convivências em diferentes situações profissionais, sociais e culturais;

- Evita-se uma duração demasiadamente longa de estudos teóricos, o que conspira contra o compromisso necessário para o adulto;

- Correlativamente, a formação é de tempo completo e intensivo.

3. A vida e a experiência profissional como base de formação

A vida educa mais que a Escola: esta é a chave da educação de Monitores. Será traduzida concretamente da seguinte maneira:

- O período de estudos que precede o ingresso na profissão é muito breve: um ano;

- Já durante este primeiro ano o Monitor realiza seis estágios com uma duração de aproximadamente três semanas cada (sobre 10 meses de formação). Tais estágios, cujo enfoque é a integração do aluno à realidade do campo e da Escola, seu descobrimento e sua análise, constituem um ponto de referência e relação para toda a formação;

- Durante o segundo ano, o aluno Monitor se encontra já em posição de residente numa EFA. Todas as bases pedagógicas, psicológicas e sociológicas que adquirirá durante este período, se apoiarão sobre suas experiências.

O primeiro ano representa uma iniciação profissional que permite ingressar na profissão, lugar de formação.

4. Integração dos fatores afetivos

Os fatores que não pertencem ao domínio cognitivo ou psico-motor, embora relacionados com ele, se agrupam atualmente sob o título genérico de "domínio afetivo", e são reconhecidos como decisivos para a realização pessoal, social e profissional do homem. Os planos educativos mais modernos, porém, lhes dão pouca importância, deixam-nos no capítulo de declarações de intenções ou conseguem poucos resultados em sua prática educativa.

As razões desta carência nos parecem evidentes: a educação se reduz, em geral, a uma transmissão de saber, que tem pouca influência sobre o domínio afetivo.

Tratando-se da formação de Monitores da EFA, considera-se indispensável uma vida afetiva rica e equilibrada.

Para alcançar tal objetivo pode-se citar os seguintes meios:

- O perfil descreverá as características afetivas do Monitor;

- A seleção de entrada e as avaliações levarão em consideração tais características;

- As estadias proporcionarão experiências humanas fora da escola, favorecendo a maturidade afetiva;

- Permitirão, também neste campo, avaliações mais objetivas das que

podem ser feitas apenas na escola (Ex. Avaliações feitas pelos agricultores e pelas escolas);

- O compromisso mútuo que rege a formação e a responsabilidade aluno em todo o andamento da escola, a metodologia do ensino, chamando constantemente ao aluno para uma reflexão e um trabalho pessoal e grupal não posto, serão também elementos valiosos neste campo;

- Enfim, o internato alternado permite organizar uma vida grupal muito mais ampla da que se pode conseguir durante o trabalho intelectual.

A totalidade do tempo vivido no Centro de Formação é "tempo de educação" organizado enquanto tal. Esta vida grupal será avaliada a nível individual e grupal, pelos professores e pelos próprios alunos.

5. Formação por etapas

Considerando que sempre se deve evitar no aluno uma confusão entre os diferentes aspectos de sua formação, que se transformarão, amanhã, em setores diferentes de sua atividade docente, distinguiremos:

- Uma primeira etapa: abordagem do meio Rural, que deve conduzir o aluno-monitor a localizar-se como homem e profissional ao serviço do mundo agrário e das profissões agro-pecuárias.

Tal etapa compreende;

- bases de cultura geral;
- bases científicas;
- bases técnicas;
- experiências do mundo agrário.

Esta etapa se desenvolve durante o primeiro semestre de formação.

- Uma segunda etapa: abordagem da escola da família agrícola, ou seja, preparação direta da tarefa docente (2º semestre).

- Uma terceira etapa: abordagem de uma área de ensino, que constitui a iniciação da formação permanente (2º semestre).

- Uma quarta etapa: complementação e aprofundamento pedagógico (2º ano de formação).

6. Formação integrada

Os conhecimentos intelectuais, aptidões para atuar, atitudes afetivas, constituem as partes de unidade da pessoa. Numa formação de tipo "distributiva" ou "acumulativa", cada parte pode ficar justaposta uma à outra. O Plano Pedagógico do Centro de Formação de Monitores quer promover uma formação integrada, isto é, realizando tal unidade a nível metodológico. Essa integração realiza-se pelos seguintes meios:

- O perfil que se contempla, não é o de um técnico que precisaria de um certo volume de conhecimentos e aptidões para cumprir sua profissão, mas o de um educador, pessoa equilibrada e localizada;

- As avaliações também se referem a uma pessoa, medindo uma situação que requer uma integração entre contribuições intelectuais, afetivas e psico-motoras;

- Os trabalhos dos alunos terão sempre um conteúdo real, isto se alcança com os estágios e o estudo que comporta: exercícios dos conhecimentos e aptidões adquiridas, necessidade de aquisição de novos conhecimentos e aptidões para informar-se ou produzir informações, raciocinar e criticar, lo-

calizar-se física e afetivamente.

7. Formação de uma mentalidade de mudança

A formação dos monitores será feita para uma situação em evolução . Numa situação de mudança, a pedagogia da EFA é uma pedagogia da mudança. Por isso são necessários Monitores capazes de adaptar-se e provocar mudança. A procura desta capacitação se fará através dos seguintes meios:

- na avaliação do matriculado e no decorrer da formação se estará particularmente atentos ao processo de desenvolvimento de cada aluno;

- a formação estará mais orientada à investigação de um "saber que se está fazendo", que para uma memorização de um saber acabado;

- A formação básica pedagógica e de especialização será apresentada e realizada como uma iniciação e se prosseguirá com sessões anuais e trabalhos de investigação, realizando um processo de formação permanente.

VI - CONTEÚDO DO CURSO

1. O Currículo

<u>Disciplinas Básicas</u>	<u>Créditos</u>
Metodologia Aplicada (Planos de Estudo)	4/64 h.aula
Metodologia do Trabalho Científico	4/64 h.aula
Comunicação e Expressão (I)	4/64 h.aula
Comunicação e Expressão (II)	3/48 h.aula
Estudos Brasileiros	4/64 h.aula
Religião e Educação	3/48 h.aula
Iniciação às Técnicas Agrícolas	4/64 h.aula

<u>Disciplinas Fundamentais</u>	
Sociologia Rural	4/64 h.aula
Psicologia Social	3/48 h.aula
Psicologia do Adolescente Rural	3/48 h.aula
Psicologia da Aprendizagem	4/64 h.aula
Planejamento e Avaliação Educacional	4/64 h.aula
Didática Geral	4/64 h.aula
Metodologia da EFA (I)	4/64 h.aula
Metodologia da EFA (II)	4/64 h.aula
Didática Especial	4/64 h.aula
* História da Educação	4/64 h.aula

<u>Disciplinas Complementares</u>	
Sindicalismo	3/48 h.aula
Cooperativismo	2/32 h.aula
Direito Agrário	2/32 h.aula
Inspiração e Organização do MEPES	1/16 h.aula
* Estruturas e Funcionamento do 1º Grau	2/32 h.aula
* Ética Profissional	2/32 h.aula
* Orientação Educacional	2/32 h.aula
* Dinâmicas de Grupo	2/32 h.aula

<u>Estágios</u>	
Estágio no Meio Rural (I)	2 semanas
Estágio no Meio Rural (II)	3 semanas

Estágio na EFA (I)	3 semanas
Estágio na EFA (II)	3 semanas
Estágio na EFA (III)	2 semanas
Estágio na EFA (IV)	2 semanas
* Viagem de Estudo	2 semanas

Plano de Estudo

A Família Rural
 A Comunidade Rural
 O Ambiente Educativo
 A Alternância - Plano de Estudo
 A Participação dos Pais
 Minha Área de Ensino

2. Descrição e Comentário do Currículo

2.1. Metodologia Aplicada:

- Preparação do P.E. - Registro dos Estágios - Redação do Relatório de Estágios - Colocação em comum espontânea - Colocação em comum sistemática do P.E. - Conclusões do P.E. - Confecção do Caderno da Experiência (Estágios - P.E.s) - Confecção do Caderno da Teoria - Temas dos Planos de Estudo (A família rural; A comunidade rural; O ambiente educativo; A participação dos pais e alternâncias; A técnica do P.E.; Minha área de ensino).

Não se trata, propriamente, de uma disciplina, e sim de uma atividade de ao longo de todo o curso. A responsabilidade dessa atividade é da equipe inteira, sendo que o professor de Comunicação e Expressão juntamente com o professor cuja área é mais ligada ao conteúdo do Plano de Estudo, deverão mais diretamente seguir os alunos.

O sentido dessa atividade decorre do sentido do próprio Plano de Estudo. Metodologia aplicada, portanto, é a tradução, em nível de Centro de Formação, da especificidade metodológica da Escola da Família Agrícola, ou seja, da Escola em alternância.

A escolha dos temas do Plano de Estudo e a metodologia de aplicação deverão repetir o mesmo processo realizado nas Escolas, inclusive com o objetivo de os futuros monitores aprenderem o como fazer nas Escolas através do como está sendo feito no Centro de Formação.

Em nível mais profundo, podemos afirmar que Metodologia Aplicada é a praxis educacional por excelência do Curso, sendo ela a operacionalização do conceito de Filosofia da Educação como Reflexão sistemática, de conjunto e radical a partir da problemática encontrada na realidade.

2.2. Metodologia do Trabalho Científico:

- Abordagem de um Texto e Preparação de Seminário (Delimitação de uma unidade de estudo; Preparação da análise; Análise temática; Análise interpretativa; Problematização) - Pesquisa Bibliográfica (Aspectos teóricos para a realização de uma pesquisa; Aspectos técnicos para a realização de uma pesquisa).

2.3. Comunicação e Expressão (I):

- Elementos de Vernáculo (Concordância nominal; Concordância verbal; Pontuação; Crase; Colocação dos pronomes oblíquos) - Técnicas de Exposição Oral e Escrita - O resumo (técnicas de elaboração pessoal) - A Síntese - A

Estrutura Lógica do Texto e da Expressão - O Parágrafo - Técnica do Parágrafo - Técnica da confecção de um informe (jornal mural) - Técnica de um Relatório - Leitura Dinâmica - Carta, Telegramas, etc... - Organização das pastas - A composição - Correspondência (Particular; Bancária; Comercial; Oficial).

2.4. Comunicação e Expressão (II):

- Âmbito da Comunicação e Expressão - Comunicação e Expressão Linguística (conceito) - Comunicação e Expressão Dinâmica (conceito) - Comunicação e Expressão Plástica (conceito) - Comunicação e Expressão Artística - Linguagem convencional, informação demonstrativa - Linguagem Sensorial, ambiguidade conotativa - Artes e Educação: objetivos e métodos - Linguagem verbal: texto literário e texto técnico, Interpretação, Redação - Linguagem não verbal: experiências criadoras: Artes Plásticas, Ritmo e Som, Expressão Corporal - Atividades dramáticas.

A Metodologia do Trabalho Científico e a Comunicação e Expressão constituem ao mesmo tempo o momento instrumental, com o objetivo de informar-se e informar, como também o momento de realização profunda do ser humano.

A "palavra" foi aos poucos monopolizada pela classe dominante que, para torná-la sempre mais alheia à classe dominada, a identificou com uma série de condições (gramática, tipos de expressão, etc.). Desta forma a classe dominada (e, naturalmente, o homem do campo) se auto-convence de que não possui mais a palavra e isso já constitui um fato de 'castração' em nível de Comunicação e Expressão. A necessidade de "desenvolver" a palavra do homem do campo se identifica com a necessidade de seu crescimento e realização.

O esforço, naturalmente, será muito maior. Primeiramente é preciso convencê-lo de que, de fato, ele possui a sua "palavra" que, inclusive, é extremamente expressiva. Em segundo lugar, é preciso também que ele possua a "palavra" da cultura dominante para poder se defender e "parlamentar". O resultado, porém, talvez seja a melhor mudança esperada do processo educativo, porque terá um valor que transcende a instabilidade da situação sócio-econômica e das necessidades técnico-profissionais.

2.5. Estudos Brasileiros:

- Breve História Econômica do Brasil - O Brasil - O Estado do Espírito Santo - Leituras Críticas.

Em termos de desenvolver nos alunos uma aguda consciência da realidade em que vão atuar, Estudos Brasileiros desempenha papel de importância primária. Trata-se de situar, de forma explicativa, a problemática sócio-econômica do meio rural dentro do contexto histórico, nacional e mundial.

2.6. Religião e Educação:

- O fenômeno da Religião Popular, descrição - Religião Oficial e Religião Tradicional - Função existencial da Religião - Religião e desenvolvimento (o impacto da Religião sobre o desenvolvimento; o impacto do desenvolvimento sobre a Religião) - O Pluralismo Religioso - O agente promocional, (educador) diante do fenômeno religioso (atitudes adequadas).

O fenômeno religioso, além de constituir um dos arquétipos da pessoa humana, desempenha um papel psico-social de primeira importância em nos

so meio rural. Essa disciplina é uma abordagem crítica desse fenômeno, em vista de encontrar atitudes adequadas no que fazer educativo dos docentes das Escolas.

2.7. Sindicalismo e Direito Agrário:

- História do Sindicalismo Brasileiro - Situação atual no Brasil e no Espírito Santo - Objetivos do Sindicalismo - Estrutura e Funcionamento - Problemas - Perspectivas.

A constituição de uma consciência de classe e a defesa dos próprios direitos é o objetivo geral dessa disciplina. As classes dominantes chegaram a esvaziar a consciência da classe dominada que introjetou uma imagem de si fabricada pela cultura dominante.

2.8. Cooperativismo:

- História do Cooperativismo - Objetivos e Filosofia do Cooperativismo - Estrutura e Funcionamento - Problemas e debates - Perspectivas.

A única estrutura social que congrega pequenos e médios agricultores com objetivo econômico é ainda a Cooperativa.

2.9. Sociologia Rural:

- Estrutura Social - Mudança Social - Consciência Social - Estratificação Social e Estrutura de Classes - Relações de Produção e Proletariado Rural - Capitalismo Agrário no Brasil.

A Sociologia Rural constitui, juntamente com Estudo de Problemas Brasileiros, o momento forte da 1ª. Etapa de formação.

Seu objetivo geral foi definido em termos de adquirir um esquema teórico que permita uma leitura e interpretação da estrutura e dos mecanismos do grupo social em estudo.

2.10. Iniciação às Técnicas Agrícolas:

- Agricultura (o solo; os adubos; adubações) - Zootecnia (o animal; as raças; as doenças; a reprodução).

Essa disciplina é a "caçula" do currículo e se justifica pelo fato da presença de técnicos agrícolas, no grupo de estagiários, ser sempre mais escassa.

Esse problema induziu o MEPES a introduzir no currículo uma iniciação à técnica agrícola que, pelo visto, deverá talvez ocupar uma carga horária ainda maior nos anos vindouros. Em todo caso, a partir da natureza da Escola da Família Agrícola, o objetivo dessa disciplina é mais em termos de uma familiarização para com a técnica agrícola do que propriamente realização de uma aprendizagem completa. Essa "sensibilização" é pressuposto indispensável para uma comunicação autêntica entre a Escola e seu meio ambiente, os agricultores.

2.11. Psicologia do Adolescente Rural:

- Conceituação da Adolescência - Critérios de definição da adolescência - Limites da adolescência - Tarefas evolutivas da adolescência - Tipos de Adolescentes - Ritos de iniciação - Adolescência e fenômeno cultural - Lutas do processo do adolescente - Adolescência, sinônimo de crise - De-

envolvimento social do adolescente - Características do comportamento do adolescente no meio rural.

2.12. Psicologia Social:

- Finalidade de um grupo (sentido da existência de grupos na sociedade) - História de um grupo e conflitos num grupo - Normas de elaboração da ação coletiva - Reflexão sobre o papel do responsável num grupo - Método de decisão - Método de trabalho de grupo - Método de avaliação - liderança de grupos.

2.13. Psicologia da Aprendizagem

- Educação Bancária ou Educação Libertadora - Aprendizagem e Auto-desenvolvimento - Aprendizagem e Forma de Vida - Aprendizagem e Nível de Desenvolvimento Individual - Características da Aprendizagem - Formas de Aprendizagem (por condicionamento simples; por condicionamento instrumental; por ensaio e erro; por imitação; por discernimento ou compreensão; por raciocínio) - Conclusões Práticas - Consciência Crítica e Ingênua.

As disciplinas de psicologia se justificam em termos de adquirir esquemas teóricos-científicos que expliquem os mecanismos psicológicos da pessoa (adolescente rural), de seu grupo e de sua aprendizagem, já que as Escolas lidam com esse tipo de população.

2.14. Metodologia da EFA (I):

- História e geografia das EFAs (as EFAs do Espírito Santo, Brasil; as EFAs do mundo; Estruturas da Union Internacional das EFAs) - Pressupostos da EFA (contexto social (onde); clientela (com quem); filosofia social (para que); o sujeito (quem); a EFA (delimitação); A Educação (delimitação)) - Objetivos da EFA (objetivos gerais quanto ao aluno; objetivos gerais quanto ao meio ambiente; objetivos gerais da EFA de 1º Grau).

2.15. Metodologia da EFA (II):

- Estruturas da EFA (alternância; ambiente educativo; participação dos pais e comunidade) - Processo educativo na EFA (perfil do matriculado; objetivos da metodologia; processo de formação nos 3 anos, currículo).

A Escola da Família Agrícola não é uma Escola tradicional, seu modelo tem estruturas e metodologia originais.

Os alunos do Centro de Formação já cursaram os 08 anos de 1º Grau mais os 03 ou 04 anos de 2º grau (normal, técnico-agrícola, etc.). Eles, portanto, já sabem o que é uma Escola e como funciona. Infelizmente este "saber" não ajuda para a implantação da Escola da Família, podendo, pelo contrário, constituir-se em vício. Torna-se, portanto, necessária uma lenta desestruturalização através de vivências e de estudo. Em termos de "estudo", Metodologia da EFA visa justamente levar o aluno a uma aprendizagem e aprofundamento do marco teórico da Escola da Família Agrícola.

2.16. Planejamento e Avaliação Educacional:

- Objetivos do Planejamento - Definição do Planejamento - Tipos de Planejamento - Características do Planejamento - Etapas do Planejamento - Vantagens de Planejamento - Dinâmica do Planejamento - O Plano de Curso, de Unidade, de Aula - O Processo de Avaliação da EFA - Introdução: a que ponto

estamos - Porque Avaliar? - Dificuldades da Avaliação - Objetivos do Sistema de Avaliação - Campo que Abrange a Avaliação na EFA - Agentes Avaliadores da EFA - Método da Avaliação - Os Símbolos da Avaliação - Avaliação da EFA do MEPES: Esquema Geral - Conclusão: Avaliação do Próprio Processo de Avaliação.

2.17. Didática Geral:

- Comparação entre a sociedade pré-industrial e a sociedade industrial a respeito dos "valores" e do sentido da educação - Normas de elaboração da ação, insistindo na coerência entre a ideologia e os meios usados na ação - Sensibilidade e motivação dos alunos - Material didático: elaboração e utilização - Exercícios práticos de elaboração de cartazes e outros materiais - Organização de uma aula expositiva - Exercícios práticos de aula - Alguns métodos de grupo - Escolha de um método relacionado com os objetivos educacionais - O conteúdo do ensino e a situação do grupo.

2.18. Administração Escolar:

- O Regimento Interno da EFA - Fundação de uma EFA - Construção e Manutenção de uma EFA - Recrutamento, Matrícula - Coordenações - Contabilidade e Administração Financeira - Obrigações com a Secretaria da Educação.

2.19. Didática Especial:

- Didática geral e didática especial e relacionamento - Objetivos do Ensino da área na EFA - O professor da área, caracterização - Os alunos da EFA que vão estudar, caracterização e perfil - O programa da área, Unidades e subunidades, articulação com as demais disciplinas e com o P.E. - Planejamento de ensino da área, Plano de Curso, unidades, aula, atividades extra-classe - Motivação no ensino da área - Técnicas de ensino da área - Dificuldades no ensino da área - Material didático no ensino da área - Verificação (avaliação) da aprendizagem do ensino da área - Material bibliográfico para o ensino da área (compêndios, tratados, revistas, etc...).

Essas quatro disciplinas constituem o núcleo técnico-pedagógico. Através delas presume-se capacitar o futuro docente para o "que fazer" educacional em sua Escola.

Pode-se reparar que a Didática Especial é privilegiada em termos de carga horária já que o curso de 2º grau não só, como foi dito, pode criar dificuldades na concepção e funcionamento da Escola, como também é insuficiente proporcionar conteúdos.

2.20. Ética Profissional e Organização e Inspiração do MEPES:

- Realizações do MEPES - Inspiração e Metodologia - Análise Crítica - Os Estatutos do MEPES - O Regimento Interno das EFAs - Conceito de Ética Profissional - Comunicação e Expressão do Educador - Solidariedade Profissional - Formação Permanente - Respeito dos Costumes, Princípios e Sentimentos da Comunidade - Cumprimento dos Compromissos Assumidos - Regras do Jogo.

A iniciativa da Escola da Família Agrícola, no Brasil, foi promovida e está sendo mantida pela Entidade-MEPES. Portanto, o docente da EFA tem necessidade de se situar face à Entidade mantenedora como também face à sua profissão de educador.

2.21. Estrutura e Funcionamento do 1º Grau:

- História da Cultura Brasileira - Legislação (Lei 4.024/61 - 5.692/71) - Sistema Educacional - Perspectivas - Para um Balanço da Educação.

Com essa disciplina complementar, trata-se de oportunizar uma visão crítica da História da Cultura Brasileira situando a problemática do Sistema Educacional no contexto das relações sócio-político-econômicas.

2.22. História da Educação no Brasil:

- O "apriori" histórico da Educação Brasileira - Educação Cristã - Aristocratização da Educação - Transições - Socialização da Educação - Em Busca de Autenticidade.

Porque a Educação, no Brasil, vive numa situação de marginalização? Porque a legislação e a técnica educacional, às vezes, são tão sofisticadas enquanto a praxis em sua grande parte não alcança o nível do mínimo suficiente?

A História da Educação deveria tentar responder a esses tipos de questões a partir de seu contexto ou "apriori" histórico.

2.23. Dinâmica de Grupo:

- Educação e Vida Comunitária - Regras Essenciais para o Trabalho em Grupo - As Técnicas e sua Aplicação - Dificuldades e Possíveis Soluções.

Em termos de complementações da formação básica, os docentes pediram um curso de técnicas de trabalho em grupo por ser, o trabalho deles, essencialmente grupal, quer com os alunos, quer com os agricultores.

2.24. Estágios no Meio Rural (I), (II):

Os estágios no meio rural são de máxima importância. Eles são também chamados de "Banho de Realidade". Realmente (cf. Cronograma), os recém-chegados ao Centro de Formação, técnicos agrícolas ou normalistas, estranham o fato de, após apenas 5 dias de permanência no Centro, ter que ir para o meio rural, inclusive sem nenhuma tarefa específica de levantamento, análise ou, menos ainda, de ensino destinada para o pessoal da roça. A tarefa fundamental que eles recebem do Centro de Formação é a de conviverem com os agricultores como se fossem "filhos deles". Alguns "técnicos" ou "professores" acabam por achar tudo isso um erro e se afastam do Curso. No entanto, a maioria, logo após os primeiros dias, acha tudo isso bom, interessante e quando retorna ao Centro têm mil coisas, fatos, anedotas para contar. Os agricultores, (o casal), os filhos, os vizinhos gostam da "novidade", se apegam ao estagiário(a) e na hora da despedida há quem chore, quem dá um presentinho, etc... Em seguida, o estagiário escreve e a família responde e/ou vem visitá-lo ao Centro. Desta forma, conhece o Centro, os professores, e já vão pedindo outros estagiários para o próximo ano.

Sintetizando, podemos dizer que os objetivos dos estágios no meio rural são:

a) Realizar um "banho de realidade", sendo, que a realidade é percebida melhor quando o estagiário não fica em sua própria casa, onde está acostumado, e sim em um lar diferente;

b) Avaliar o estagiário pela observação dos próprios agricultores (casal e filhos maiores). Acontece que a família é escolhida entre as que tem ou tiveram filhos nas Escolas da Família Agrícola. Eles, portanto, com-

nhecem a Escola, sabem o perfil do ótimo professor e estão interessados, já que o estagiário é um possível professor de seu filho. Em seguida o Centro de Formação entrega ao chefe da família uma ficha de avaliação que retornará ao Centro devidamente preenchida após o estágio. As observações dos agricultores são interessantíssimas e raramente eles se enganam na avaliação.

c) Desencadear um processo de autêntica Comunicação entre pais de alunos (agricultores), docentes, Centro de Formação, Escolas;

d) Concretizar o princípio de responsabilidade educativa das próprias famílias;

e) Acumular dados de informações, por parte dos estagiários, sobre os problemas do Meio Rural e da Escola, prestados pelos agricultores a fim de que sirvam de embasamento ao estudo teórico no Centro de Formação.

2.25. Estágios nas EFAs (I), (II), (III) e (IV):

Os estágios nas Escolas fundamentam-se na mesma filosofia e metodologia dos estágios no Meio Rural, apenas acentua-se mais o aspecto de aprendizagem técnico-pedagógico.

O critério para a realização dos estágios é a variedade das experiências, portanto é preferível que a cada estágio se mude de Escola.

Os objetivos podem ser sintetizados da seguinte forma:

a) Avaliação: os antigos docentes avaliam os novatos;

b) Comunicação: desencadeia um processo de Comunicação das Escolas com o C.F. através dos estagiários;

c) Exercer a responsabilidade das Escolas para com a formação dos futuros docentes;

d) Coleta de problemas e observações em vistas de um estudo teórico mais centrado;

e) Aprendizagem: aprender, pela observação e pelo exercício, como se administra uma Escola. Evidentemente, a cada novo estágio o enfoque muda (vide temas do Plano de Estudo).

2.26. Sínteses (nº 1 e nº 2):

Pelo cronograma, pode-se observar que ao finalizar a 1a. etapa (abordagem do meio rural), como também ao finalizar a 3a. etapa (abordagem da Escola e de uma área de ensino), os futuros docentes são convidados a elaborar uma síntese final que se caracteriza por ser pessoal e abranger o universo inteiro do que se experimentou e estudou até aquele momento.

A síntese deve ser entregue aos professores do Centro que, após a leitura, publicamente a debatem com os estagiários, resultando, desta forma, em debate interessante e global.

Os objetivos fundamentais dessas sínteses são:

a) Avaliação por parte da equipe dos professores;

b) Auto-avaliação por parte do estagiário;

c) Interiorização pessoal do processo de aprendizagem e de formação por parte do estagiário.

2.27. Viagem de Estudo:

A viagem de estudo é tradição no MEPES e é tradição também nas Escolas da Família Agrícola de outros países.

Ela foi sempre considerada um recurso didático fundamentado na pedagogia da Escola da Família Agrícola, para a qual a reflexão e a criatividade são estimuladas comparando as vivências pessoais com novas realidades.

Na maioria dos casos escolhem-se o Rio Grande do Sul, por apresentar caracteres sócio-econômicos semelhantes à região interiorana do Espírito Santo, tendo, porém (o R.G.S.) um grau de desenvolvimento maior. Os dois objetivos principais de uma viagem são: vivência com os agricultores de outra região e pesquisa (vide Planejamento da Viagem).

3. Cronograma

Semana	Sessão-Est.	A T I V I D A D E S
1a.	1a. Sessão	- Comun. e Expr. (I) = (Auto- Apresentação - Expressão ambiental) - Metodologia Aplicada (Prep. do P.E.).
2a. 3a. 4a.	Estágio Meio Rural (I)	- Plano de Estudo (I) "A Família Rural".
5a. 6a. 7a. 8a.	Segunda Sessão	- Religião e Educação - Metodologia Aplicada (C.C.P.E.) - Metodologia do Trabalho Científico - Comunicação e Expressão (I) - Estudos Brasileiros - Metodologia Aplicada (Prep. P.E.)
9a. 10a.	Estágio Meio Rural (II)	- O Plano de Estudo (II) "A Comunidade Rural".
11a. 12a. 13a. 14a.	Terceira Sessão	- Metodologia Aplicada (C.C.P.E.) - Sindicalismo - Direito Agrário - Cooperativismo - Sociologia Rural - Estudos Brasileiros - Comunicação e Expressão (I) - Técnicas Agrícolas - Síntese nº 1 - Avaliação - Metodologia Aplicada (preparação do Plano de Estudo).

PRIMEIRA ETAPA

Abordagem do Meio Rural

O Meio Rural é uma Realidade interessante e problemática que precisa de mudança. Para isso existe um instrumento (EFA), do qual nós seremos os técnicos.

		A T I V I D A D E S	
Semana	Sessão-Est.		
15a. 16a. 17a.	Estágio na EFA (I)	- Plano de Estudo (III) "O Ambiente Educativo".	
18a.	FÉRIAS		
19a. 20a. 21a.	Quarta Sessão	- Metodologia Aplicada (C.C.P.E.) - Psicologia do Adolescente - Metodologia da EFA (I) - Comunicação e Expressão (II) - Metodologia Aplicada (Prep. P.E.)	
22a. 23a.	Estágio EFA (II)	- Plano de Estudo (IV) "O P.E. = Alternância e Participação dos Pais"	
24a. 25a. 26a. 27a.	Quinta Sessão	- Metodologia Aplicada (C.C.P.E.) - Metodologia da EFA (II) - Psicologia Social - Comunicação e Expressão (II) - Metodologia Aplicada (Prep. do P.E.)	
28a. 29a.	Estágio EFA (III)	- Plano de Estudo (V) "O P.E. = Métodos de Ensino"	
30a.	Sexta sessão	- Metodologia Aplicada (C.C.P.E.) - Didática Geral - Planejamento Educacional - Administração Escolar - Didática Especial (Exercício de Preparação de aula) - Metodologia Aplicada (Prep. do P.E.)	

SEGUNDA ETAPA

Abordagem da Escola da Família Agrícola

A Pedagogia da EFA é uma dialética entre vida-escola. A Alternância é sua estrutura fundamental. O Plano de Estudo é seu meio principal. Os pais são a base do processo Educativo, os alunos o motor, os monitores os técnicos.

199

N

TERCEIRA ETAPA

Abordagem de uma área de ensino

Cada Monitor é responsável pela aprendizagem global. Cada um, porém, é mais competente em uma área.

Semana	Sessão-Est.	A T I V I D A D E S
34a. 35a. 36a.	Estágio na EFA (IV)	- Plano de Estudo (VI) "A Minha Área de Ensino na EFA".
37a. 38a. 39a. 40a.	Sétima Sessão	- Metodologia Aplicada (C.C.P.E.) - Didática Especial (Complementação da Formação do Monitor em sua área específica). - Ética Profissional (Organiz. e Inspiração do MEPES). - Síntese nº 2 - Avaliação - Encerramento.

QUARTA ETAPA (IIº ANO)

Complementação e Aprofundamento Educacional

SESSÕES	A T I V I D A D E S
PRIMEIRA SESSÃO	- História da Educação - Metodologia da EFA (Plano de Estudo Simulado)
SEGUNDA SESSÃO	- Viagem de Estudo: - Sociologia Rural - Sindicalismo e Cooperativismo
TERCEIRA SESSÃO	- Estruturas e Funcionamento do Iº e IIº Grau - Metodologia da EFA (Plano de Estudo Simulado)
QUARTA SESSÃO	- Psicologia da Aprendizagem - Metodologia da EFA (Plano de Estudo Simulado)
QUINTA SESSÃO	- Filosofia da Educação - Metodologia da EFA (Plano de Estudo Simulado)

VII - PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Fundamentalmente, o processo de avaliação no Centro de Formação se realiza em três níveis: a) Agricultores (Pais de alunos da EFA); b) Equipes docentes das Escolas da Família Agrícola; c) Equipe docente do Centro de Formação.

a) Agricultores (=Pais de alunos)

A participação (ou responsabilidade) dos pais no processo educativo das Escolas da Família Agrícola é um princípio fundamental. Já dissemos que as famílias constituem a base do processo, os alunos, o motor e os monitores são os mecânicos. Portanto, a avaliação dos Pais dos alunos sobre os futuros docentes é nada mais que o exercício dessa responsabilidade que, o sabemos, se constitui e fortalece no e pelo exercício da mesma.

b) Equipes docentes das Escolas da Família Agrícola.

O segundo nível de avaliação se realiza nas Escolas através de suas equipes. Pelo que já foi dito acima (cf. estruturas gerais do curso), a participação das equipes das Escolas no processo de avaliação é evidentemente necessária. Através das quatro avaliações, correspondentes aos quatro estágios, o C.F. pode perceber o andamento de seu aluno.

Deve-se notar, contudo, que neste nível a operação sempre traz uma série de problemas. Rejeições, por parte dos estagiários, das avaliações; avaliações muito diferentes entre uma equipe e outra, etc. Parece que a objetividade diminui e o Centro de Formação se encontra diante de fichas sem saber como interpretá-las. A rigor, os professores já atuantes nas Escolas, deveriam estar nas melhores condições de avaliações a respeito dos futuros docentes. Acontece, porém, que neste nível não existe mais a situação de interesses objetivos e definidos como no caso dos agricultores; a interferência de interesses subjetivos diminui a objetividade da avaliação. Problema de concorrência, de rivalidades, de desentendimento com o próprio Centro de Formação, de falta de união na mesma equipe, etc...; tudo isso torna a avaliação, aparentemente a mais viável, a mais problemática.

c) Equipe docente do Centro de Formação.

O terceiro nível de avaliação se realiza no e pelo próprio Centro de Formação.

Esta terceira avaliação abrange a aprendizagem dos alunos, suas aptidões e suas atitudes.

Em termos de aprendizagem, avalia-se o aproveitamento de cada disciplina (cf. currículo) e registram-se as avaliações dos estágios. Nas disciplinas, cada professor é responsável pela sua área.

Em termos de aptidões, avaliam-se as seguintes:

- observação - convivência - informação - habilitação (carteira de motorista) - datilografia - elaboração de material didático.

Em termos de atitudes, avaliam-se as seguintes:

- criatividade - iniciativa - empatia com o meio rural - interesse - participação no trabalho - motivação para essa atividade - disponibilidade - adaptação - espírito crítico - reflexão - responsabilidade.

Se pela aprendizagem, o conceito expresso é de responsabilidade do

professor da disciplina, pelas atitudes e aptidões, ao contrário, o conceito expresso é a média dos conceitos expressos pela equipe do Centro de Formação.

Para completar o processo de avaliação que se desenvolve pelo Centro de Formação, é necessário registrar as avaliações grupais realizadas pelos próprios alunos em conjunto com a equipe docente. As avaliações grupais se classificam da seguinte forma:

- objetivas (a partir dos objetivos do Curso ou da sessão);
- funcionais (a partir das tarefas de cada um);
- espontâneas (a partir do estado psicológico de cada um);
- mistas.

Essas avaliações grupais se realizam ao término de cada sessão de estudo (vide cronograma) e todas as vezes que o grupo sente necessidade. Elas são de extrema importância tanto para os alunos quanto para os professores: constituem a bússola de direção em termos de aproveitamento do programa e em termos de convivência (internato).

B I B L I O G R A F I A E D O C U M E N T A Ç Ã O

1. BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICAS.

AGOSTINI, D., Relazione all'incontro di aggiornamenti degli insegnanti delle scuole della Famiglia rurale di Verona, Gargagnago 1970 (mimeografado).

✓ APEFA, Otra Escuela en America Latina, enfoques Latinoamericanos, nº 8, Ed. Bonum, Buenos Aires, 1974.

✓ ARCANGELI, Gabriella, Aspetti psicologici del Rapporto Scuola-Famiglia, tesi di laurea, Università statale di Padova, 1969-1970.

✓ Chance aos agricultores, Cadernos do CEAS, nº 8, Salvador, 1970.

✓ DUFFAURE, A., e ROBERT, J., Une Méthode Active d'Apprendissage Agricole, E.A.M., Paris, 1955.

_____, L'esperienza Francese delle "Maisons Familiaes", em "Atti del Convegno sulla formazione professionale dei giovani coltivatori", Ed. ERSA, Castello di Gorizia, 1970.

_____, Les Chances educatives des Maisons Familiaes (relação), U.N.M.F.A.R., Paris, 1969.

_____, Pour une Pedagogie de l'enseignement agricole, em "Ecole nouvelle Française", nº 79, Paris, 1969.

_____, Une Stratégie de Desenclavement en milieu rural: Les Maisons Familiaes d'Educaction et d'Orientalion, Academie d'Agriculture, Paris, 1970.

✓ GRANEREAU, Abbé, Le livre de Lauzun, ed. Gerbert à Aurillac, Paris, 1969.

✓ GRIGNON, C., L'Orientalion scolaire des élèves d'une école rurale, Revue Francaise de Sociologie, numero special, 1968.

JACQUET, A.V., A la lueur de l'expérience de l'Ecole rurale, grave problème, em "Annales", nº 3, Paris, 1969.

MARTINELL, F., L'Alternace École-Vie: une nouvelle ère de l'Éducation, Cahier nº 1, Cerf, Paris, 1971.

_____, La juventud del silencio, Magistério español, Madrid, 1974.

_____, Las escuelas Familiares Agrarias: Fondo para la investigación económica y social de la Confederación Española de Cajas de Ahorros, Madrid, 1971.

MEPES, Uma cultura nova para um mundo novo, Documentário, IIº Simpósio, Vitória (E.S.), 1976 (mimeografado).

_____, Uma cultura nova para um mundo novo, relatório final, IIº Simpósio, Vitória (E.S.), 1976 (mimeografado).

_____, Relatórios das atividades, Anchieta (E.S.), 1973 - 1974 - 1975 (mimeografados).

_____, Documento de Santa Helena, (mimeografado).

_____, Planos de Estudo Simulados, Vitória (E.S.), 1976 (mimeografado).

_____, Visão preliminar da Estrutura organizacional do MEPES, Anchieta (E.S.), 1976 (mimeografado).

_____, O Plano de Estudo das Escolas da Família Agrícola, Vitória (E.S.), 1976 (mimeografado).

_____, As Estruturas da Escola da Família Agrícola do MEPES, Vitória (E.S.), 1976 (mimeografado).

_____, O Processo de Avaliação das Escolas da Família Agrícola do MEPES, Vitória (E.S.), 1975 (mimeografado).

_____, AES, Progetto di sviluppo nello stato Brasiliano dello Spirito Santo, Pádova, 1973 (mimeografado).

_____, Um novo educador do meio rural, Vitória (E.S.), 1975, (mimeografado).

NOSELLA, Paolo, Um novo Prédio para a Escola do meio rural, MEPES, Vitória (E.S.), 1975 (mimeografado).

_____, Organization des activités d'une alternace, U.N.M.F.A.R., Paris, 1970.

Ou en est la pedagogie des Maisons Familiales, em "Documents pédagogiques", nº 11, Paris, 1970.

ROBERT, J., La Recherche d'une Méthode active dans l'Apprendissage Rural, C.E.F.A., Paris, 1973.

ROUILLE D'ORFEUIL, H., et SENTILHES, H., Analyse des Reformes de l'Education de base en Afrique noire Francophone et à Madagascar, en relation avec le développement rural, These pour le Doctorat d'Economie Appliquée, Paris, 1971.

✓ Una experiència de alternância educativa, las Escuelas Familiares Agrárias, Magistério Español, Madrid, 1973.

✓ Une iniciative originale pour la formation professionnelle de la Jeunesse Paysanne: la Maison Familial de Lauzun, Dossier de l'Action Populaire, nº 410, Spes, Paris, 1938.

✓ Une pédagogie de la curiosité: les Maisons Familiales Rurales, Dossier pour nostre temps, nº 360, Paris, 1969.

"Visites aux familles", em "documenti", Supplement au "Lien des Maisons Familiales d'apprendissage rural", nº 49, Paris, 1966.

2. BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

América Latina: Filosofia y Liberación, em Enfoques Latinoamericanos, nº 7, Ed. Bonum, Buenos Aires, 1974.

CARDOSO, F.H., O modelo político Brasileiro, DIFEL, São Paulo, 1973.

CUNHA, L.A.R., Política Educacional no Brasil: a Profissionalização no ensino médio, Ed. Eldorado, Rio, s/d.

Dependência cultural y creación de la cultura en América Latina, em Enfoques Latinoamericanos, nº 5, Ed. Bonum, Buenos Aires, 1974.

DUMONT, R., ROSIER, B., La prossima carestia mondiale, Ed. Jaca Book, Milano, 1967.

FREIRE, Paulo, Concientización, Ed. Búsqueda, Buenos Aires, 1970.

_____, Extensão ou Comunicação?, Ed. Paz e Terra, Rio, 1971.

✓ FREIRE, Paulo, Las Iglesias, la Educacion y el processo de liberación humana en la história, Buenos Aires, Editorial la Aurora, 1974.

_____, Pedagogia do Oprimido, Rio, Ed. Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. et alii, Brasil: Tempos Modernos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

FURTER, Pierre, Educação e Reflexão, Ed. Vozes, Petrópolis, 1966.

HEIDEGGER, Martin, Sobre o problema do Ser - O caminho do campo, Livraria Duas Cidades, S.P., 1969.

Hacia una filosofia de la Liberacion Latinoamerica, em Enfoques Latinoamericanos, nº 2, Ed. Bonum, Buenos Aires, 1973.

IANNI, Octávio, Imperialismo e cultura, Ed. Vozes, Petrópolis, 1976.

JANCSÓ, István, O nordeste e os programas de intervenção social, em Cadernos do CEAS, nº 44, Salvador, 1976.

✓ LEHMANN, D., & ZEMELMAN, H., El campesinado: clase y conciencia de clase, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1972.

PARISI, Alberto, La problemática de la cultura Latinoamericana, nº 4, Ed. Bonum, Buenos Aires, 1974.

PEROTTA, Cosimo, L'aiuto al terzo mondo, Donato Editore, Bari, 1971.

RIBEIRO, Darcy, Configurações sociais dos povos americanos, Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1975.

_____, O Processo Civilizatório, Ed. Civ. Brasileira, Rio, 1975.

_____, Teoria do Brasil, Civ. Brasileira, Rio, 1975.

_____, As Américas e a Civilização, Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1970.

_____, O dilema da América Latina, Ed. Siglo XX, México, 1971.

SANTOS, José Henrique, Filosofia e crítica da ciência, em Cadernos do CEAS, nº 43, Salvador, 1976.

SAVIANI, Dermeval, Educação Brasileira: Estrutura e Sistema, Ed. Saraiva, SP. 1973.

SAVIANI, Dermeval, Análise crítica da Organização Escolar Brasileira através das leis 5540/68 e 5692/71 (no prelo).

IIº Plano Nacional de Desenvolvimento, Sugestões literárias, S/A, SP., 1975.

3. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Fernando de, O Problema da educação rural, Ed. Melhoramentos, SP., 1968.

BERMAN, Luiz M., Novas prioridades para o Currículo, Ed. Globo, Porto Alegre, 1975.

BEST, J.W., Como investigar en Educación, Edición Morata, Buenos Aires, 1972.

China, uma revolução dentro da Revolução, em Revista Civilização Brasileira, nº 13, ano III, 1967.

✓ CIRIGLIANO, Gustavo F.G., Educación y Política, Libreria del Colegio, Buenos Aires, 1971.

_____, Fenomenologia da educação, Ed. Vozes, Petrópolis, 1969.

FURTER, Pierre, Educação Permanente e Desenvolvimento Cultural, Ed. Vozes, Petrópolis, 1974.

GALVÃO, Silvio, Organização e Aparelhamento da Educação Rural no Brasil, Revista Brasileira dos Municípios, nº 17, Rio, 1952.

HERRERO, J., Los intrínquilis del problema agrário, Madrid, 1973.

ILLICH, Ivan, Sociedade sem escolas, Ed. Vozes, Petrópolis, 1973.

POSTMAN E WEINGARTNER, Contestação, uma nova fórmula de ensino Ed., Expressão e Cultura, Rio, 1971.

RIBEIRO, Sylvio Wanick, Desempenho do setor agrícola década de 1960-1970, Instituto de planejamento Econômico e Social, Brasília, 1973.

✓ SZMRECSANYI, Tamás, Vida rural e mudança social, Companhia Editora Nacional, S.P., 1973.

✓ VINHAS, M., Problemas agrário-camponeses do Brasil, Ed. Civilização Brasileira, S.P., 1972.